



Câmara dos
Deputados

A sociedade no Parlamento

Imagens da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988

Ana Luiza Backes
Débora Bithiah de Azevedo





Os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte assinalaram um momento decisivo no processo de consolidação das instituições representativas brasileiras – e, em particular, no processo de afirmação das prerrogativas do Poder Legislativo. Não por acaso, começa a crescer, a partir da legislatura em que se deu a promulgação da Constituição Federal de 1988, o interesse de instituições de pesquisa e de pesquisadores individuais por um conhecimento mais detalhado do funcionamento interno da Câmara dos Deputados, interesse que só aumentará com o passar do tempo, na medida do aumento da influência do Congresso nas grandes decisões nacionais.

Em convergência com o interesse externo, a Câmara dos Deputados vem desenvolvendo a capacidade de levar aos pesquisadores – e, ainda mais importante, às cidadãs e aos cidadãos em geral – dados confiáveis sobre o que acontece no cotidiano da instituição e informação histórica relevante recolhida de seu vasto acervo. Esse movimento se exprime na transmissão por rádio e televisão do que de mais importante acontece na Casa, na elaboração de exposições referentes à participação do Poder Legislativo nos momentos decisivos da história brasileira e em publicações diversas, que abarcam dados estatísticos respeitantes ao funcionamento da Casa, análises teóricas e práticas da realidade brasileira, informações sobre o processo legislativo e seus resultados, depoimentos e biografias de vultos significativos de nossa história. O próprio portal da Câmara dos Deputados na internet é um exemplo ímpar de transparência institucional e de desenvolvimento de tecnologia adequada à célere oferta de informação sobre procedimentos e decisões legislativas (projetos, pareceres, votações).

O livro que agora se entrega à população brasileira constitui mais um exemplo do que a Casa vem fazendo nessa área, ao mesmo tempo em que se revela um caso singular. É que nele predominam, não as letras e os algarismos, mas as fotografias. Sabemos que os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte podem ser levados ao conhecimento popular por meio de palavras e de números. Muito material desse tipo será dado à luz, pelo Congresso Nacional, neste ano em que se comemora o vigésimo aniversário da Carta Magna; mesmo neste livro, aliás, a escrita cumpre seu papel. Mas, aqui, a prioridade é para o material fotográfico, para as imagens que nos levam de maneira mais imediata à comunhão com aquele momento histórico.

Não se trata de um trabalho simples. O acervo fotográfico é extenso e o esforço de escolher imagens e de organizá-las de maneira a contar uma história exige o concurso de especialidades variadas. A Câmara dos Deputados dispõe dos recursos materiais e pessoais para desenvolver esse tipo de tarefa – e é muito bom que assim seja, pois faz parte de sua vocação institucional contribuir para o conhecimento da história legislativa brasileira. Iniciativas dessa natureza servem, ademais, para chamar a atenção da sociedade para a riqueza do material sob a guarda do Centro de Documentação e Informação da Casa. Essas iniciativas destinam-se, é certo, a disseminar o conhecimento aqui acumulado, mas funcionam também como um convite para que cada vez mais pessoas e instituições venham contatar essas informações na fonte – e sobre elas refletir. As portas estão abertas.

Sérgio Sampaio Coutinhos de Almeida
Diretor-Geral da Câmara dos Deputados

A sociedade no Parlamento

Imagens da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988



**Mesa da Câmara dos Deputados
53ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa
2008**

Presidente | Arlindo Chinaglia

Primeiro-Vice-Presidente | Narcio Rodrigues

Segundo-Vice-Presidente | Inocêncio Oliveira

Primeiro-Secretário | Osmar Serraglio

Segundo-Secretário | Ciro Nogueira

Terceiro-Secretário | Waldemir Moka

Quarto-Secretário | José Carlos Machado

Suplentes de Secretário

Primeiro-Suplente | Manato

Segundo-Suplente | Arnon Bezerra

Terceiro-Suplente | Alexandre Silveira

Quarto-Suplente | Deley

Diretor-Geral | Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa | Mozart Vianna de Paiva



Câmara dos
Deputados

A sociedade no Parlamento

Imagens da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988

Ana Luiza Backes
Débora Bithiah de Azevedo

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2008

Câmara dos Deputados

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor Adolfo Costa Araújo R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora Maria Clara Bicudo Cesar

CONSULTORIA LEGISLATIVA

Diretor Ricardo José Pereira Rodrigues

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Térreo – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5802; fax: (61) 3216-5810

edicoes.cedi@camara.gov.br

Este livro é parte integrante do projeto de comemoração dos “20 anos da Constituição Cidadã”, no âmbito da Câmara dos Deputados.

SÉRIE

Coleções especiais. Obras comemorativas
n. 1

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Backes, Ana Luiza.

A sociedade no Parlamento : imagens da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988 / organização e textos de Ana Luiza Backes, Débora Bithiah de Azevedo. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

243 p. – (Série coleções especiais. Obras comemorativas ; n. 1)

ISBN 978-85-736-5558-2

1. Brasil. Assembléia Nacional Constituinte (1987). 2. Assembléia constituinte, fotografias, Brasil, 1987-1988. I. Azevedo, Débora Bithiah de. II. Título. III. Série.

CDU 342.4(81)

ISBN 978-85-736-5558-2

Agradecimentos

À Assessoria de Projetos Especiais da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, à Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados e à Biblioteca do Senado Federal pelo apoio.

Ao Museu da República, no Rio de Janeiro, em especial à sua Diretora Magaly Cabral, pela cessão dos cartazes e das publicações do movimento social utilizados no livro.

Aos cartunistas Chico Caruso e João Spacca e ao Sr. Ivan Cosenza de Souza, filho do cartunista Henfil, pela cessão das charges.

Aos consultores legislativos da Câmara dos Deputados Alberto Queiroz Filho, Cassiano Negrão, Luiz Henrique Vogel e Márcio Rabat; ao consultor de orçamento da Câmara dos Deputados Ingo Antônio Luger, ao consultor legislativo do Senado Federal Fernando Trindade e à estudante Maria Cândida Luger pela leitura e sugestões apresentadas.

Aos demais servidores do Centro de Documentação e Informação que colaboraram na identificação, organização e digitalização das imagens.

Sumário

Apresentação	9
Introdução	11
Capítulo 1 – A assembleia por dentro	19
Capítulo 2 – A assembleia debate	47
Capítulo 3 – A assembleia dá a palavra à sociedade	69
Capítulo 4 – A sociedade se faz ouvir	97
Capítulo 5 – A assembleia redige e vota as propostas	153
Capítulo 6 – A promulgação da nova carta	173
Notas	185
Bibliografia	189
Anexos	193
Ficha técnica	243

Apresentação

A Reconquista da Cidadania

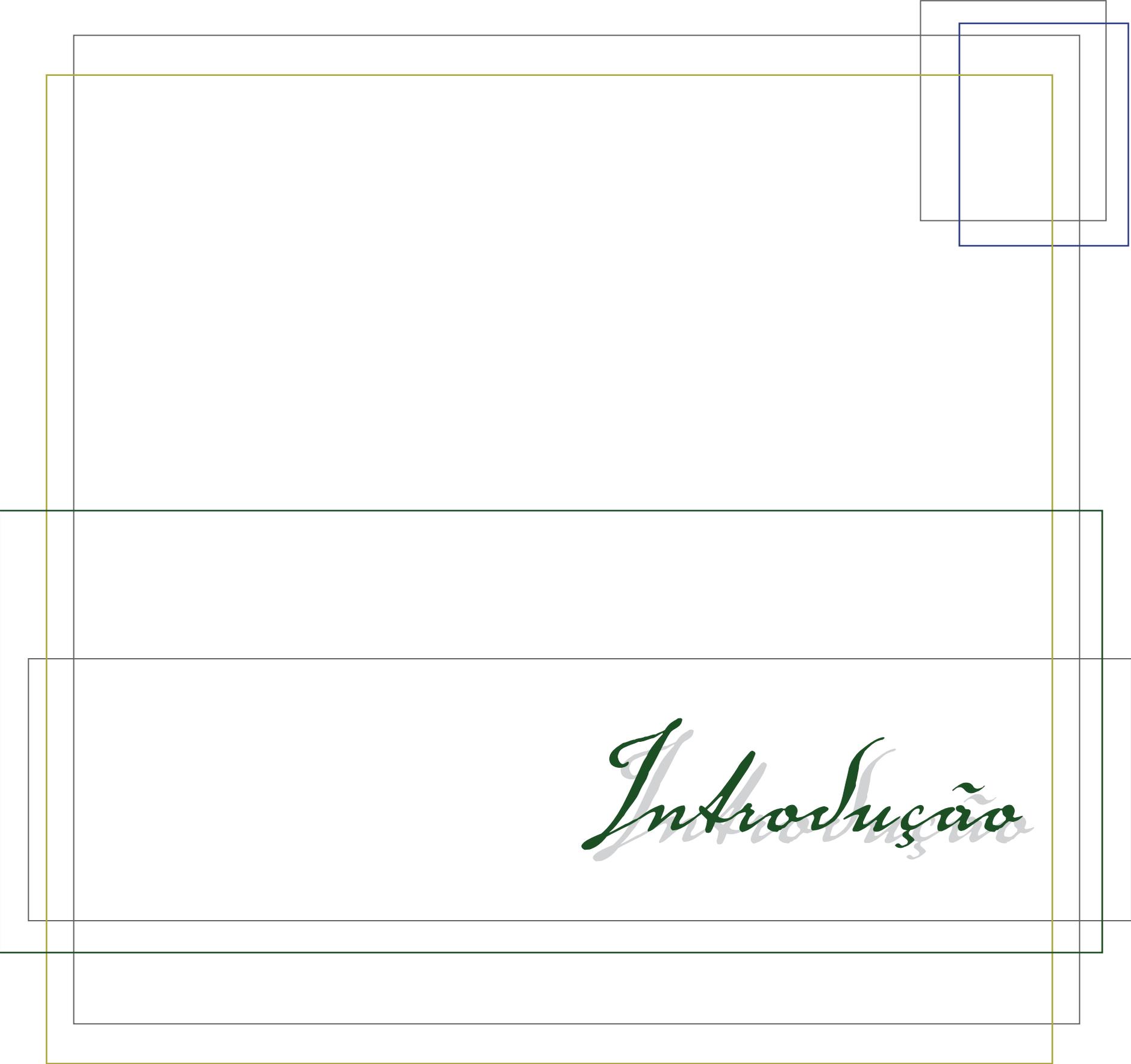
O movimento cívico que conduziu aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, há mais de vinte anos, foi o grande marco democrático da história recente do país. Em seus corredores e galerias, o Congresso recebeu a presença ativa da população, que, nas manifestações de rua e em seus movimentos sociais, despertava para as possibilidades de realizações propiciadas pela democracia.

Este livro é um registro precioso desse momento único da vida nacional. Mais do que contar uma história, ele conseguiu capturar o alvorecer da cidadania, o momento histórico em que a sociedade brasileira fez sua aposta na renovação de nossas instituições.

O trabalho iconográfico sobre os constituintes ora publicado é resultado de exaustiva e cuidadosa pesquisa no acervo fotográfico da Câmara dos Deputados. Trata-se de painel primoroso, que oferece ao leitor uma memória visual abrangente de todo o processo de elaboração da nova Constituição.

Somos conduzidos a uma viagem no tempo que reconstrói o enorme esforço realizado durante os vinte meses em que esteve reunida a Assembléia. Dentre as muitas homenagens que a Câmara dos Deputados presta aos vinte anos da Constituição cidadã, este livro se destaca pela capacidade de síntese que as imagens tão bem produziram. Um trabalho valioso, que preserva a memória das conquistas políticas brasileiras.

Arindo Chinaglia
Presidente da Câmara dos Deputados



Introdução

27-10-73

CA - ENFERMARIA
PELO ENSINO
PUBLICO E GRATUITO

CEBS - COMISSÃO
PARTICIPACAO POPULAR
NA CONSTITUENTE

11/24
30/11/73

Bom dia



REUNIAO DAS LIDERANÇAS SINDICAIS

ENCONTRO NACIONAL DA MELITE



ASSEMBLEIA DA CONSTITUENTE





Folhas com copiões,
negativos e fotos.

O Serviço Fotográfico da Câmara dos Deputados recebeu a tarefa de registrar as atividades da Assembleia Nacional Constituinte em 1987 e 1988. O trabalho nos legou um acervo de cerca de 28 mil fotos, um retrato amplo e variado da atividade legislativa e da movimentação social que envolveu o Congresso naquele período, abarcando indivíduos e multidões. O Arquivo da Câmara guarda essa rica documentação, que já serviu a pesquisas, biografias e documentários e permanece aberta a novas leituras.

Oito fotografos cobriam o fazer da Constituição, revezando-se entre o plenário, o gabinete da Presidência, os corredores e o entorno do Congresso Nacional. Buscavam captar a dinâmica dos trabalhos, documentando tanto o desenrolar institucional da Assembléia como as diversas manifestações da população, inclusive aspectos casuais como os transeuntes e pedintes atraídos pela visibilidade que o Congresso adquiriu na época.

Tais registros tanto podem ser lidos como fotos oficiais quanto destacados como produto de observadores inseridos numa dinâmica política que lhes permitia transcender as pautas formais. O acervo fotográfico mostra que as câmeras estavam voltadas para todos os lados, no afã de captar a profusão de atores envolvidos na elaboração da nova Constituição do país.

Para marcar os vinte anos da Carta Magna, a Câmara dos Deputados designou um grupo de trabalho para selecionar e publicar fotos do período. Profissionais de diferentes formações debruçaram-se sobre esse acervo, procurando estabelecer um critério que compreendesse e transcendesse a qualidade iconográfica em si. O fio condutor escolhido foi resgatar a complexidade do processo constituinte, destacando a interação entre o Parlamento e representantes dos mais diversos setores sociais: o protagonismo da sociedade emerge como que espontaneamente das fotos arquivadas.

A Constituição Federal que hoje rege a vida brasileira foi gerada em um contexto político de democratização, marcado por mobilização social intensa. A construção do novo ordenamento jurídico-constitucional canalizou as forças sociais, que se voltaram para o Congresso Nacional, fazendo dele o centro da disputa de projetos para o país.

Ao apresentar uma seleção fotográfica dos diferentes momentos desse processo, buscou-se captar a convergência entre o movimento social e o mundo ritualizado do Parlamento. As idéias e propostas, para se transformarem em texto constitucional, foram redigidas, defendidas, discutidas, negociadas, votadas. Cada um desses momentos

Exemplos do
Jornal da Constituinte.





Caixas de armazenamento das folhas com copiões, negativos e fotos.

foi acompanhado atentamente pela sociedade, das mais diversas formas. O objetivo, aqui, é mostrar a riqueza desses fazeres que envolveram uma infinidade de atores, dando rostos e formas a um dos momentos da história nacional em que a política foi mais intensa e apaixonada.

O primeiro capítulo trata da Assembléia, destacando sua instalação e as estruturas fundamentais de funcionamento, a Mesa da Constituinte, a relatoria, os partidos políticos e seus líderes, a presença das mulheres e as bancadas suprapartidárias.

O segundo capítulo é dedicado aos debates parlamentares, destacando a importância da fala, das negociações e dos acordos na dinâmica política da Constituinte.

No terceiro capítulo são abordadas as formas de participação popular que foram formalmente admitidas na rotina do trabalho parlamentar e definidas no Regimento da Assembléia: o recebimento de sugestões de cidadãos e de emendas populares, a realização de audiências públicas, a defesa das emendas populares por representantes da sociedade civil, bem como a ocupação das galerias do plenário e o uso das instalações do Congresso Nacional para a realização de encontros e seminários de diversas entidades.

O quarto capítulo trata das manifestações de diferentes setores da sociedade no exterior e no interior do prédio do Congresso Nacional durante a Constituinte, em expressivas mobilizações, salpicadas de bandeiras, faixas, camisetas, cartazes, que buscavam dar visibilidade às diferentes demandas em relação ao texto constitucional.

A redação e a votação de propostas é o tema do quinto capítulo, onde são destacados alguns dos assuntos polêmicos apreciados na Constituinte.

Por fim, o sexto capítulo mostra cenas da promulgação da Constituição, assinalando o caráter simbólico de que se revestiu esse ato como marco da construção do Estado Democrático de Direito no Brasil.

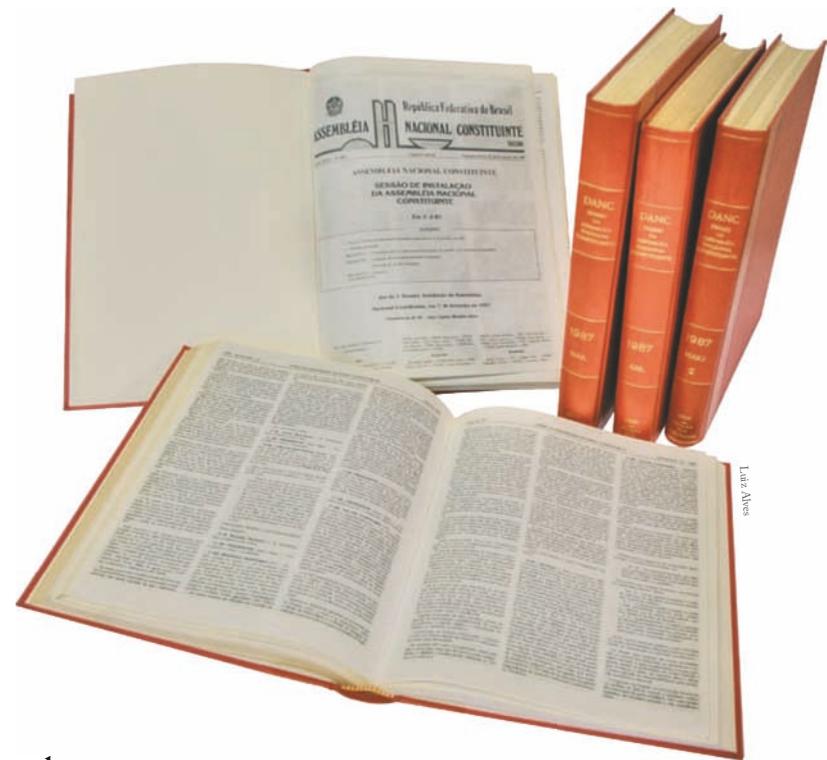


Características do acervo usado para este trabalho

Cerca de 28 mil fotos estão arquivadas em caixas com os copíões (miniaturas), os negativos e várias ampliações. Embora subsista um grande e variado acervo, cabe assinalar que muitos negativos foram perdidos ao longo do tempo, apagando o registro de momentos importantes, bem como há fotos sem identificação da data e do evento registrado e muitos negativos deteriorados.

Por decisão do Serviço Fotográfico da época, as imagens não têm os créditos dos autores, sendo consideradas resultado do trabalho coletivo do órgão. O merecido reconhecimento dos fotógrafos pode ser feito, no entanto, nominando aqueles que se desdobraram ao longo de dezenove meses para registrar aquele importante momento da vida política nacional: Benedita Rodrigues; Dalton Eduardo Dalla Costa; Guilherme Rangel de Jesus Barros; João José de Castro Junior; Jorge Pereira Rosa; Maria de Fátima Wense Dias Fernandes; May Wolf; Reynaldo Loureiro Stavale; Roberto Stuckert; Salustiano Mesquita Pinto.

A Constituinte utilizou os meios de comunicação existentes na época para divulgar o andamento dos trabalhos. Um jornal semanal era produzido e distribuído em todos os estados, chegando à tiragem de 100 mil exemplares – o *Jornal da Constituinte*. A preocupação de fazer chegar o debate parlamentar a todos os cantos do país expressou-se ainda na produção do *Diário da Constituinte*, com dois programas televisivos diários transmitidos em rede nacional, e a participação do Congresso na *Voz do Brasil* tornou-se o programa *A Voz da Constituinte*. Os debates e votações nas subcomissões, comissões



Diários da Assembleia Nacional Constituinte.



Equipe do *Jornal da Constituinte*, incluindo os fotógrafos, em outubro de 1988.

e no plenário estão registrados na íntegra, impressos nos *Diários da Assembléia Nacional Constituinte*.

O Arquivo da Câmara guarda todo o acervo documental produzido durante o funcionamento da Assembléia: o *Diário da Assembléia Nacional Constituinte* (DANC); as 63 edições do *Jornal da Constituinte* (JC); os programas televisivos; as sugestões de entidades, cidadãos e constituintes, bem como o trabalho parlamentar propriamente dito – emendas, anteprojetos, projetos, pareceres, relatórios, atas de reuniões e de audiências públicas, regimentos. No total, são 2.707 caixas de documentos originais, disponíveis para consulta.



Durante a Constituinte, diferentes órgãos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal dedicaram-se integralmente ao trabalho da Assembléia.

I

*A assembleia
por dentro*



Sessão de instalação da Assembléia Nacional Constituinte, com a presença dos chefes dos três Poderes, em 1/2/87.



Os chefes dos três Poderes na instalação da Assembléia, da esquerda para a direita: o presidente do Senado, senador Humberto Lucena, o presidente da República, José Sarney, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Carlos Moreira Alves, e o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, em 1/2/87.

Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reuniram-se unicameralmente em Assembléia Nacional Constituinte no dia 1º de fevereiro de 1987, em sessão presidida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. A instalação e o funcionamento da Assembléia representavam um passo decisivo na superação do regime autoritário implantado em 1964, uma vitória do movimento pela democratização do país.

A eleição dos parlamentares constituintes, em 1986, foi um momento importante neste processo, marcando um significativo avanço da capacidade do Congresso Nacional de representar a sociedade brasileira. A liberdade de organização partidária, recém-conquistada, levou a que treze partidos alcançassem representação e à eleição de representantes de setores sociais excluídos da esfera política pelo regime autoritário implantado em 1964, entre eles, um número considerável de pessoas que haviam tido seus direitos políticos cassados.

Interesses específicos de cunho regional, étnico/racial, econômico e outros encontraram, então, lugar para se expressarem. O vigoroso movimento sindical, que ressurgira no final dos anos 70, elegeu vários representantes. Setores historicamente excluídos dos espaços de poder, com destaque para as mulheres, atingiram representação expressiva.

A Assembléia era composta de 559 parlamentares, sendo 72 senadores (48 eleitos em 1986 e 24 que haviam sido eleitos em 1982) e 487 deputados.¹ As deliberações eram tomadas em sessão unicameral, em que os votos de senadores e deputados tinham o mesmo valor.



Charge de Chico Caruso referente à sessão de instalação da Assembléia Nacional Constituinte em 1º de fevereiro de 1987 sob a presidência do ministro José Carlos Moreira Alves. Revista *Isto É*, n.º 529 (jan/fev.87), p. 22/23.



Mesa Diretora da Assembléia: (da esquerda para a direita, sentados) deputados Marcelo Cordeiro (PMDB – BA) e Jorge Abarge (PDS – PA), senador Mauro Benevides (PMDB – CE), deputado Ulysses Guimarães (PMDB – SP), senador Mário Maia (PDT – AC) e deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB – SP), em 10/11/87.

No início do funcionamento da Assembléia foi eleita sua Mesa Diretora, encarregada da coordenação dos trabalhos (definir a pauta, conduzir as reuniões, decidir as questões de ordem, encaminhar as votações, entre outras tarefas).



Deputado Ulysses Guimarães (PMDB – SP), presidente da ANC, e deputado Bernardo Cabral (PMDB – AM), relator, em 2/2/88.



Reunião do Presidente Ulysses Guimarães com presidentes de comissões, em 22/6/87.

Membros da Mesa Diretora da
Assembléia Nacional Constituinte

Presidente	Ulysses Guimarães (PMDB – SP)
1º Vice-Presidente	Mauro Benevides (PMDB – CE)
2º Vice-Presidente	Jorge Arbage (PDS – PA)
1º Secretário	Marcelo Cordeiro (PMDB – BA)
2º Secretário	Mário Maia (PDT – AC)
3º Secretário	Arnaldo Faria de Sá (PTB – SP)



Senador Mauro Benevides, 1º Vice-presidente da ANC, em 29/6/87.

Jornal da Constituinte

Órgão Oficial de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, 1º a 7 de agosto de 1988 — Nº 56

Antes da aprovação do texto global, Ulysses garante à Nação que

INGOVERNÁVEL É A FOME

ADIRP/Reynaldo Stavale

Por uma ampla maioria de 403 votos, a Assembléia Nacional Constituinte assinalou, na última quarta-feira, dia 27 de julho, uma data histórica: estava aprovado, em segundo turno, o projeto global da nova Carta Magna do país. Apenas 13 constituintes colocaram-se contra a iniciativa, enquanto outros 55 se abstiveram de votar, num total de 471 parlamentares. Já está, pois, assegurado que o Brasil disporá de uma Constituição moderna, "uma Constituição cidadã", nas palavras do Presidente Ulysses Guimarães, cujo pronunciamento, antes da votação, publicamos a seguir:



O presidente Ulysses Guimarães é aplaudido pelo plenário após defender a soberania da Constituinte

Cidadão é o usuário de bens e serviços. Isso não acontece com milhares de brasileiros segregados pela sociedade

em Brasília, onde estão os recursos.

Com os hodiernos conceitos de seguridade, estamos entre os sete países que a adotam, instituindo a universalidade dos beneficiários, mesmo aos que comprovadamente não possam contribuir.

Como governar é encurtar distâncias, diminui-se pela equivalência a separação entre o trabalhador rural, com oito benefícios, e o urbano, com trinta e dois.

Quanto aos 11 milhões de aposentados, foi-lhes garantido o valor real dos proventos através do tempo, para que não sejam destro-

Jornal da Constituinte
vol. 395. nº 56. Capa.

Em 26 de julho de 1988, o presidente Sarney criticou a Constituição que estava sendo votada, alegando que deixaria o país ingovernável. O presidente Ulysses exerceu seu papel, respondendo em nome da Assembléia Constituinte, em pronunciamento transmitido em rede nacional de televisão.

"Sras. e Srs. Constituintes, a Constituição, com as correções que faremos, será a guardiã da governabilidade. (Muito bem! Palmas prolongadas)

A governabilidade está no social. A fome, a miséria, a doença inassistida são ingovernáveis. (...) Repito, será a Constituição cidadã. Porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros."

Presidente Ulysses Guimarães, DANC, 27/7/88.



Comissão de Sistematização reunida no plenário do Senado Federal, s/d.

A Comissão de Sistematização, presidida pelo senador Afonso Arinos, teve papel fundamental nos trabalhos: apreciou os textos enviados pelas comissões e subcomissões, apresentando o projeto para votação em Plenário.



Comissão de Sistematização,
em 15/11/87.



Senador Mário Covas (PMDB – SP), em 11/7/87.

Líder do PMDB, partido com a maior bancada na Assembleia, até sua saída para fundar o PSDB, Mário Covas teve papel fundamental nas negociações ao longo da Constituinte. Suas indicações para as relatorias das comissões e subcomissões fortaleceram o bloco considerado progressista na época.

Outra figura importante dos trabalhos parlamentares é a liderança partidária. O líder é indicado pela bancada e tem a prerrogativa de intervir no debate a qualquer momento:

“Em caráter preferencial e independentemente da inscrição, poderá o Líder discutir matéria da Ordem do Dia e encaminhar votação, obedecidos os prazos e condições estabelecidos neste Regimento” (art. 12, § 4º).”

Aos líderes cabe ainda indicar os representantes de seu partido nas comissões, encaminhar votações indicando a posição da bancada e fazer comunicações de lideranças para orientar seus parlamentares.



Reunião da Mesa com os líderes partidários, em 21/7/88.

Líderes dos partidos após a instalação da ANC

PMDB: Mário Covas; PFL: José Lourenço; PDS: Amaral Netto; PDT: Brandão Monteiro; PTB: Gastone Righi; PT: Luiz Inácio Lula da Silva; PL: Adolfo Oliveira; PDC: Mauro Borges; PCB: Roberto Freire; PC do B: Haroldo Lima; PSB: Jamil Haddad; PMB: Antônio Farias.

Além disso, atuou como líder do governo o deputado Carlos Sant'Anna, embora este papel não tenha sido formalmente reconhecido junto à Mesa.

Ao longo das votações do texto constitucional, impôs-se a necessidade de negociação entre os partidos para organizar acordos, impedindo que o processo de votação fosse demasiadamente caótico ou que se gerassem os chamados “buracos negros” (quando nenhum texto apresentado conseguia maioria para ser aprovado).

A Mesa da Assembléia passou a reunir-se sistematicamente com as lideranças dos partidos para preparar as votações. Vale registrar que mais tarde, em 1989, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados institucionalizou esse procedimento, criando o Colégio de Líderes.



Deputado Bernardo Cabral, relator, em 8/3/88.

Os relatores das propostas gozam de um papel especial no Parlamento, pois sistematizam as negociações que definem o texto final que vai à votação. Na Constituinte esse papel foi especialmente importante, pois o relator reunia os textos que vinham de cada comissão, cabendo-lhe a organização de matérias muito complexas e por vezes superpostas. Era ademais uma tarefa gigantesca, dada a dimensão do processo, com milhares de emendas em cada fase.

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, foi assessorado por três relatores adjuntos: senador José Fogaça, deputado Adolfo Oliveira e deputado Antônio Carlos Konder Reis.



Deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS - SC), 30/9/87.



Deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), em 6/10/87.



Senador José Fogaça (PMDB - RS), em 25/8/87.



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I — Nº 33

QUARTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1987

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Faço saber que a Assembléia Nacional Constituinte aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

A Assembléia Nacional Constituinte representa momento decisivo da vigorosa luta do povo brasileiro pelo término do regime autoritário. A memorável campanha em prol das eleições diretas — “diretas-já” — e, mais tarde, as eleições dos Presidentes Tancredo Neves e José Sarney tornaram viável essa transição democrática.

A Emenda nº 26, de 27 de novembro de 1985, à Constituição em vigor representou um novo passo no caminho da democratização. Por ela o povo, detentor originário da soberania nos regimes democráticos, delegou aos Constituintes — Deputados e Senadores — poderes para elaborar, livre e soberanamente, a nova Constituição, que assegurará ao Brasil o autêntico Estado democrático de direito.

Nesta fase de transição institucional, os Constituintes — delegados do povo — têm o poder de sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia, no cumprimento da missão histórica que lhes foi conferida.

A urgência para que se complete a transição política com a promulgação da futura Constituição leva os Constituintes a darem prioridade à elaboração da nova Carta, que sepultará definitivamente a legislação antidemocrática do regime autoritário.

RESOLUÇÃO Nº 2 Da Assembléia Nacional Constituinte CANTILÃO GREGO Do Regimento e da Composição

Art. 1º A Assembléia Nacional Constituinte realizará os seus trabalhos, sob o regime de Regimento Interno, no Salão do Congresso Nacional, em Brasília.

§ 1º Compõem a Assembléia Nacional Constituinte os membros do Senado Federal e do Congresso dos Estados, no exercício de mandato.

§ 2º Os Constituintes são inalienáveis, irrevocáveis e não podem ser substituídos em qualquer tempo ou lugar, sob pena de nulidade absoluta, com exceção dos membros da Assembléia Nacional Constituinte, sob as condições estabelecidas.

§ 3º A pauta dos Regimentos para os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte será estabelecida pelo Conselho de Regimento e de Composição, sob a supervisão e controle da Assembléia Nacional Constituinte, sob a supervisão e controle da Comissão de Sistematização.

§ 4º Não poderá a Comissão de Regimento e de Composição alterar a pauta dos trabalhos, sob pena de nulidade absoluta, com exceção dos membros da Assembléia Nacional Constituinte, sob as condições estabelecidas.

O regimento interno de uma casa legislativa é essencial para o seu funcionamento, é onde se dá a definição das “regras do jogo”: normas para a apresentação das propostas, para a condução dos trabalhos, para as decisões. Os artigos votados criaram toda a estrutura da Assembléia, as oito comissões e 24 subcomissões e a poderosa Comissão de Sistematização, com 93 membros.

O Regimento da Constituinte foi votado em março de 1987, em meio a debates intensos que polarizavam o Plenário. As polêmicas envolviam a definição de marcos fundamentais sobre o poder da Assembléia, sobre sua estrutura decisória e sobre as formas e limites da participação popular.

O texto votado consagrou avanços importantes, situando-se firmemente no compromisso com o fim do autoritarismo, como expresso em seu Preâmbulo.



Na abertura dos trabalhos, o Movimento Pró-Constituinte mandou representantes a Brasília para pressionar pela inclusão de formas de participação popular, sendo imediatamente recebidos pelo presidente recém-eleito da Assembléia. Importantes conquistas foram inscritas no Regimento, como a possibilidade de apresentação de emendas populares, a realização de audiências públicas, a defesa das emendas populares por representantes da sociedade. Esses avanços refletiam o ascenso dos movimentos sociais no país, que, na década de 80, revelaram grande pujança.

Ulysses aprova a sugestão da sociedade civil

BRASÍLIA: O delegado do “Plenário Pró-participação Popular na Constituinte”, Francisco Whitaker, propôs ontem ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, que se apresente às comissões encarregadas de elaborar o ante-projeto de Constituição as sugestões dos representantes da sociedade civil, desde que contenham pelo menos 30 mil assinaturas.

Ulysses (...) comprometeu-se a encaminhar a proposta aos responsáveis pela redação do texto do Regimento Interno. Whitaker, que estava acompanhado do Senador Mário Covas, informou que sua proposta já estava com apoio por escrito de 83 parlamentares do PMDB, 16 do PT, 10 do PDT, 4 do PTB, 3 do PC do B. Whitaker foi o primeiro representante civil a visitar a Assembléia.

O Globo, 4/2/87.



Os partidos na Assembléia

Composição das bancadas partidárias na instalação da ANC²

Partido	Bancada
PMDB	303
PFL	135
PDS	38
PDT	26
PTB	18
PT	16
PL	07
PDC	06
PCB	03
PCdoB	03
PSB	02
PSC	01
PMB	01
Total	559



Convenção do PMDB, em 17 e 18/7/87.



Reunião da bancada do PFL, em 20/10/87.



Reunião do PT, em 11/12/87.



Congresso do PCB, em 17/7/87.



Reunião para criação do PSDB, em 24/6/88.

Durante a Constituinte, outros partidos surgiram de cisões e recomposições de forças, a exemplo da criação do PSDB, em junho de 1988.



Diversidade de gênero

26 mulheres foram eleitas para a Constituinte em 1986.

“Se analisarmos esse fato do ponto de vista histórico, vamos perceber que o quadro atual é inédito: Carlota Pereira de Queiroz foi a única constituinte eleita em 1934, mas para a de 1946 nenhuma mulher foi eleita, e apenas 15 mulheres tinham cumprido mandato até hoje na Câmara Federal. Para o Senado nunca foi eleita uma mulher, embora quatro tenham exercido o mandato em substituição aos titulares. As constituintes eleitas em 1986 superaram o número total de mulheres que já passaram pelo Congresso Nacional com mandato próprio em toda a história da República. As mulheres superaram em novembro todos os marcos eleitorais anteriores.”³



Grupo de deputadas constituintes, s/d.



Manifestação de mulheres no interior do Congresso Nacional, em 20/7/88.

“Nós não tínhamos nem banheiro feminino no plenário quando começamos. Ao que parece, Oscar Niemeyer não havia pensado nisso. Nossa primeira reunião com o Ulysses (Guimarães) foi para reivindicar um sanitário.”

Maria de Lourdes Abadia, deputada constituinte pelo PFL – DF. *Correio Braziliense*, em 28/10/07.

“Aí eu me lembro da Tribuna Livre da Mulher. Timidamente, vieram nossas feministas. Tão vazio o plenário... tão vazio. A audiência que davam para os temas corporativos, eles não davam às mulheres.”

Rose de Freitas, deputada constituinte pelo PMDB–ES. *Correio Braziliense*, em 28/10/2007.



Bancada feminina com senador Nelson Carneiro (PMDB – RJ), em 2/3/88.



Ulysses almoça com bancada cristã

O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, manteve vários encontros com constituintes, durante toda a semana, a fim de garantir o maior desempenho dos parlamentares na fase final dos trabalhos das comissões temáticas. Na foto, Ulysses Guimarães, durante almoço com a bancada do Grupo Parlamentar Cristão, integrado por 34 deputados e senadores. O GPC, coordenado pelo constituinte Manoel Moreira, pretende marcar posição intransigente frente aos problemas de ordem moral e social. O Grupo Parlamentar Cristão é integrado pelos

constituintes: Antonio de Jesus, Celso Dourado, Costa Ferreira, Daso Coimbra, Eunice Michiles, Eliel Rodrigues, Enoc Vieira, Fausto Rocha, Gidel Dantas, Jayme Palliarin, João de Deus, José Fernandes, José Viana, Lézio Satler, Manoel Moreira, Mário de Oliveira, Nilton Barbosa, Matheus Iesen, Naftali Alves, Nelson Aguiar, Orlando Pacheco, Paulo Almada, Roberto Augusto, Roberto Vidal, Rubem Branquinho, Salatiel Carvalho, Sotero Cunha, Lúcia Braga, Arolde de Oliveira, Benedita da Silva, Edesio Frias, Eraldo Tinoco, Levy Dias, Lysâneas Maciel.

Jornal da Constituinte, vol. 343, nº 3, p.7

Durante o processo constituinte, surgiram **bancadas suprapartidárias**, organizadas em torno de interesses específicos. Defesa do nacionalismo, de questões trabalhistas, ambientais, religiosas, de direitos das crianças, dos negros, dos índios, entre outros, levaram parlamentares de diferentes origens a se unir em frentes e grupos parlamentares.



Reunião da Frente Parlamentar Nacionalista, s/d.

“Nacionalistas” contra o imobilismo

O “Movimento Nacionalista de Unidade Nacional” é encabeçado pelos senadores peemedebistas Aluisio Bezerra, do Acre, e Mansueto Lavor, de Pernambuco, reunindo parlamentares de todas as tendências do partido. O manifesto do Movimento foi lançado quinta-feira, destacando a preocupação dos signatários com o “imobilismo do governo da Aliança Democrática” e do próprio PMDB diante da crise nacional. Os “nacionalistas” propõem “efetiva e imediata execução da reforma agrária; distribuição imediata dos atuais excedentes da safra agrícola às famílias pobres e aos desempregados”; o aprofundamento da moratória e da utilização dos recursos que seriam transferidos para o pagamento da

dívida externa, a fim de serem aplicados na construção de mais escolas, hospitais e moradias para as populações de baixa renda”.

E mais: recusa à recessão imposta pelo FMI; fixação da eleição direta para presidente da República e sua respectiva data; desvinculação do Cruzado com dólar.

Ano passado, por iniciativa do deputado peemedebista Osvaldo Lima Filho e do ex-deputado Alencar Furtado, já havia sido constituída a “Frente Parlamentar Nacionalista”, com iniciativa basicamente semelhante aos do “Movimento”. A Frente reuniu mais de 100 assinaturas de parlamentares do PMDB, PDT, PT e PTB, mas não prosperou.

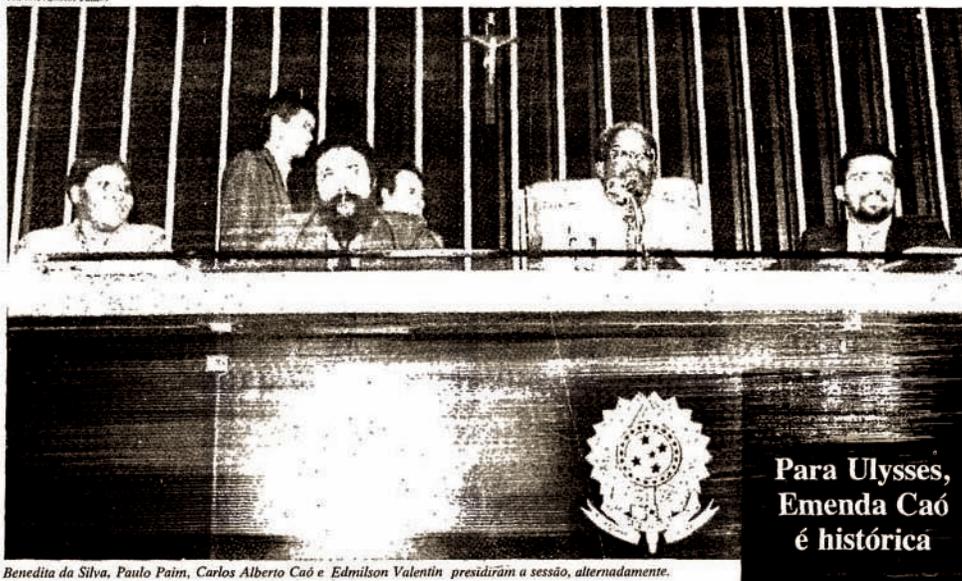
Um mundo para todas as cores

Cem anos depois da abolição da escravatura no Brasil, a raça negra, cuja participação na formação de nossa sociedade foi e continua sendo expressiva, não conquistou, ainda, o desejado espaço nos setores político, econômico, cultural e social. O negro continua marginalizado, e a discriminação se faz presente em nosso dia-a-dia, embora de forma sutil.

Essa situação foi denunciada com veemência na sessão da Câmara dos Deputados no dia 21 — Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial — quando quatorze parlamentares manifestaram solidariedade aos negros e defenderam mudanças nas estruturas sociais para que eles possam dispor de maiores oportunidades.

Na presidência dos trabalhos, o constituinte Albérico Cordeiro chamou para a Mesa os constituintes negros — Benedita da Silva, Paulo Paim, Carlos Alberto Caó e Edmilson Valentim. Cada um deles teve a oportunidade de dirigir a reunião, sucessivamente. E no correr dos pronunciamentos, voltou a ser defendida a tese de que o Brasil deve romper relações com o regime racista da África do Sul.

ADIRP/Castor Júnior



Benedita da Silva, Paulo Paim, Carlos Alberto Caó e Edmilson Valentim presidiram a sessão, alternadamente.

Para Ulysses,
Emenda Caó
é histórica

Jornal da Constituinte, vol. 380, nº 41, p. 16.

Negros contra discriminação

Em defesa das populações negras, emenda apresentada pelo Centro de Estudos Afro-Brasileiros, Associação Cultural Zumbi e Associação José do Patrocínio quer que a lei puna como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos fixados na Constituição. Como forma de discriminação deve ser considerado subestimar, estereotipar ou degradar grupos étnicos raciais ou de cor, ou pessoas a eles pertencentes, por palavras, imagens e representações através de qualquer meio de comunicação.

Pretende que o poder público assuma o dever de promover a igualdade social, econômica e educacional e declara que não constitui privilégio a aplicação de medidas compensáveis visando à implementação do princípio constitucional de plena igualdade a pessoas ou grupos vítimas de comprovada discriminação. Entende-se como medida compensatória dar preferência a cidadãos ou grupos de cidadãos a fim de garantir sua participação igualitária no acesso ao mercado de trabalho, à educação, à saúde e outros direitos sociais.

A emenda pretende que a educação condene as formas de discriminação, que não sejam firmados tratados com países que discriminam raça e cor e que seja garantida a propriedade das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos.

Jornal da Constituinte
vol. 353, nº 13 p. 7.



Reunião do deputado Ulysses Guimarães com os deputados Benedita da Silva (PT - RJ), Paulo Paim (PT - RJ) e Carlos Alberto Caó (PDT - RJ), s/d.

Questões regionais

Interesses comuns aproximaram os representantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que buscaram atuar conjuntamente em sua defesa.

Erradicação da miséria une 292

ALBIR/Revista Meseli

Chegou a hora. Agora é pra valer. Os 292 parlamentares que compõem o movimento Norte-Nordeste-Centro-Oeste, unidos, começam a discutir e a votar, no plenário da Constituinte, as emendas que, aprovadas, vão beneficiar, direta e indiretamente, uma população de cerca de 60 milhões de brasileiros, espalhados por 7 milhões de quilômetros quadrados.

O movimento, que se fortaleceu com o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, tem como objetivo defender e fazer aprovar as propostas que, certamente, reverterão o quadro de pobreza e miséria social dessas regiões. Suprapartidário, o movimento congrega parlamentares de todos os partidos.

À VOTAÇÃO, TODOS

A partir desta semana, o Plenário da Constituinte começa a discutir cerca de 100 emendas de interesse do Grupo dos 292 constituintes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Entre as emendas, estão em pauta as seguintes propostas que, de acordo com um dos coordenadores do Grupo dos 292, constituinte Albeiro Cordeiro, vão receber os votos sim ou não do Grupo:

- Nova composição da Câmara dos Deputados (art. 56, § 2º, do Projeto e art. 55, § 2º, do Centro). **Voto: Sim**
- Voto ponderado, para a eleição presidencial (art. 91 do Projeto). **Voto: Sim**
- Adicional de 5% do Imposto de Renda (art. 184, § 1º, do Projeto e do Centro). **Voto: Não**
- 3% do Imposto de Renda mais IPI para financiamento do setor produtivo, nas três regiões (art. 188, I, C, do Projeto e do Centro). **Voto: Sim**
- Regionalização do decoreto fiscal e das estatals, segundo o critério populacional (art. 194, § 5º, do Projeto e do Centro). **Voto: Sim**
- Quorum de 2/3 do Senado para fixação de alíquotas interestaduais do ICM (art. 184, § 5º, do Projeto e art. 184, § 6º, do Centro). **Voto: Não**
- Fixação, pelo Senado, das alíquotas mínimas e máximas das operações internas (art. 184, § 6º, do Projeto e art. 184, § 7º, do Centro). **Voto: Sim**
- Restabelecimento do planejamento nacional equilibrado (art. 203, § 4º, do Projeto. Omitido no Centro). **Voto: Sim**
- Aplicação, pelas instituições financeiras regionais, dos recursos do Governo Federal voltados para o desenvolvimento regional (art. 228, § 2º, do Projeto e art. 225, § 2º, do Centro). **Voto: Sim**
- Cumprimento da regionalização do Orçamento pelo critério populacional (art. 14, § 1º, das Disposições Transitórias do Centro). **Voto: Sim**
- Imediata aplicação dos 3% do Imposto de Renda, mais IPI, nas Regiões Norte/Nordeste e

NORTE/NORDESTE/CENTRO-OESTE
CONSTITUINTE
292
VOTOS
E UMA SÓ
VONTADE.

A mobilização extrapola os limites da assembléia, ganha as ruas e empolga os que não acreditam um país desigual

Jornal da Constituinte 7

Os parlamentares das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste tinham maioria na Constituinte (292, num total de 559). No Senado, cada estado tinha 3 representantes, e os territórios, Roraima e Amapá, nenhum.

Deputados por unidade da Federação:

Norte: Acre (8) Amazonas (8) Pará (17) Rondônia (8) Roraima (4) e Amapá (4)

Nordeste: Alagoas (9), Bahia (39), Ceará (22), Maranhão (18), Paraíba (12), Pernambuco (25), Piauí (10), Rio Grande do Norte (8) e Sergipe (8)

Centro-Oeste: Distrito Federal (8) Goiás (17) Mato Grosso (8) Mato Grosso do Sul (8)



Reunião de governadores com a bancada das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em 15/9/87.

Questões trabalhistas

A ampliação de direitos dos trabalhadores aglutinou parlamentares de diferentes partidos, com destaque para aqueles eleitos pelo movimento sindical.



Encontro de Sindicalistas, em 16/9/87.

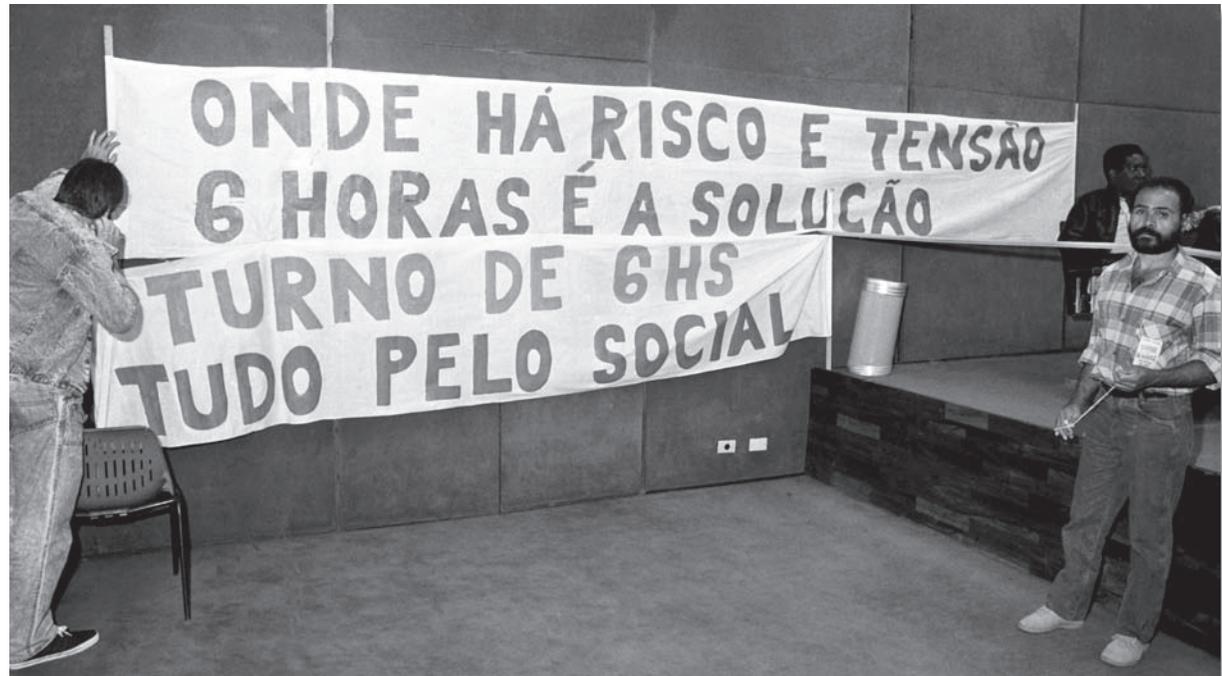


Deputado João Paulo (PT – MG) com trabalhadores rurais de Minas Gerais, em 18/11/87.

O sindicalismo se fez presente em passeatas, manifestações, em um período em que as greves foram muito frequentes. Houve inclusive paralisações de natureza estritamente política, com demandas relacionadas com a elaboração da Constituição. Um exemplo é a greve dos funcionários da Embratel, em outubro de 1987, em defesa do monopólio estatal das telecomunicações (o assunto era tema de uma emenda popular).

“O SR. PAULO RAMOS (PMDB-RJ). Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assistimos, na semana passada, a um esforço desenvolvido pelos funcionários da Embratel, que entraram em greve para evitar que o monopólio das telecomunicações fosse quebrado. E, em sendo uma questão de altíssimo interesse nacional, dessa tribuna desejamos manifestar toda a solidariedade aos servidores dessa empresa.”

(DANC, 28/19/87, p. 3263)



Manifestação pela jornada de seis horas de trabalho, s/d.



Sindicalistas pelo direito de greve com deputado Paulo Paim (PT – RS), em 10/8/88.



Ecologistas se movimentam pelo verde

Liderada pelos ecologistas Fábio Feldmann (PSDB — SP), Augusto Carvalho (PCB — DF), Moema São Thiago (PSDB — CE) e Cunha Bueno (PDS — SP) uma comissão de ecologistas esteve em visita ao presidente da ANC, deputado Ulysses Guimarães, a quem entregou um relatório da “Frente Verde da Constituinte”, no qual são apontadas

medidas urgentes e amplas para a defesa da ecologia na futura Constituição. Ulysses Guimarães demonstrou seu interesse pela questão, prometendo empenhar-se na defesa dos princípios ecológicos na Assembléia Nacional Constituinte, onde a questão tem sido objeto de grande preocupação e muitos debates.

Jornal da Constituinte, vol. 399 nº 60 p. 15.

Índios ganham uma Frente na Constituinte

Com o objetivo de fazer constar do texto da futura Constituição medidas amplas de defesa dos interesses e direitos das populações indígenas, criou-se, na Assembléia Nacional Constituinte, a Frente Parlamentar do Índio, integrada por quarenta e sete parlamentares. A formação desse grupo foi coordenada pelo deputado Tadeu França (PMDB — PR) que, no documento enviado ao presidente Ulysses Guimarães comunicando a iniciativa, afirmou tratar-se de uma medida inadiável, “principalmente agora, quando mais se agravam as condições da já precária sobrevivência dos índios brasileiros”.

Jornal da Constituinte, nº 42, p. 15.
Abril de 88.

2

*A assembleia
debate*

A ocupação da **Tribuna** é o símbolo da atividade parlamentar, dando visibilidade à representação conferida pelo voto. Após longos anos de autoritarismo, o final dos anos 80 via uma sociedade ávida por se expressar. A eleição para a Constituinte deu-se sob o signo da liberdade de organização partidária, conquistada em 1985. Os representantes eleitos usam da palavra com paixão, tornando a tribuna parlamentar uma arena de debates e denúncias.





Senador Afonso Arinos (PFL – RJ), em 1/9/88.

O Senador Afonso Arinos era um dos parlamentares mais experientes na Assembléia, tendo sido membro da Constituinte de 1946. Sua longa e importante trajetória como homem público revela a importância da tribuna parlamentar como momento essencial da ação política. Em entrevista, o senador se definiu como “o homem que falava”: “O que eu era era o homem que falava. Isso eu sempre fui. Então, eles precisavam de mim porque queriam que eu falasse.” Seu discurso de 13 de agosto de 1954, pedindo a renúncia de Getúlio Vargas, é considerado um marco da queda do presidente, desembocando no episódio do trágico suicídio.⁴

Na Assembléia Nacional Constituinte se fizeram ouvir tanto parlamentares antigos, experientes, como setores até então carentes de representação no Parlamento.



Deputada Benedita da Silva (PT - RJ), em 8/3/88.

“Estou presente nesta Assembléia, pela primeira vez, na condição de mulher, de negra e de favelada.”

Benedita da Silva. (PT - RJ). DANC da sessão de 19/2/87, p. 363.

A garantia do direito de expressão e o respeito à palavra dos representantes do povo é um marco importante da passagem do absolutismo para as monarquias constitucionais. Essa importância foi exemplarmente expressa pela famosa frase de Antonio Carlos Andrada, chefe da Representação Brasileira nas Cortes Constituintes de Lisboa, dirigindo-se às galerias que tentavam abafar sua fala em defesa do Brasil, na sessão de 9 de maio de 1822:

“Silêncio! Aqui desta tribuna, até os reis têm que me ouvir!”

O debate

“Capítulo IV – Dos debates

Art. 52. Os constituintes falarão ao microfone das tribunas ou dos apartes.”

(Regimento Interno da Constituinte)





Deputado Nelson Jobim (PMDB – RS) ao microfone, em 24/8/88. (o deputado substituiu Mário Covas na liderança do PMDB, em julho de 88).



Deputado José Lourenço (PFL – BA), ao microfone, em 16/3/88.



Ao microfone, deputado Roberto Freire (PCB – PE), em 9/6/87.

Desde a discussão do Regimento Interno passando pelas subcomissões, pelas comissões temáticas, pela Comissão de Sistematização, pelas votações em Plenário, o debate foi a tônica do fazer da Constituição. Na tribuna, com as inúmeras questões de ordem apresentadas em cada sessão, a discussão parlamentar permeou os 19 meses da Constituinte. O debate se fez além dos espaços definidos no Regimento. Na tribuna, nos corredores e em Plenário, em entrevistas ou pronunciamentos na TV, as idéias e propostas foram debatidas e examinadas, defendidas e criticadas.



Deputados Cristina Tavares (PMDB – PE) e Fernando Lyra (PMDB – PE). s/d.

Com diferentes estilos e maneiras, os parlamentares procuram convencer uns aos outros.



Ao centro, deputado Roberto Cardoso Alves (PTB – SP) na votação da reforma do Regimento, em 9/12/87.



Ao microfone, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB – BA) – líder do governo, em 23/11/87.



Debate entre o senador Marcondes Gadelha (PFL–PB) e deputado Paulo Ramos (PMDB – RJ), em 13/7/87.

O debate e a defesa das propostas produziram momentos emocionantes, alterando, em muitas situações, a tendência das votações.

“Eu vou contar para vocês um episódio. (...) Estávamos debatendo uma proposta do deputado Alceni Guerra, que concedia 5 dias de licença-paternidade. O Dr. Ulysses, sempre muito brincalhão, conseguia temperar a aridez das discussões temáticas com alguma pihéria que ele colocava no meio da discussão. Com isso, gerava a gargalhada, renovava as energias, e a Assembléia ia tocando o barco. E ele fez uma pihéria sobre isso. Disse o seguinte: “Esta é uma homenagem ao homem gestante”. Os 5 dias de licença-paternidade.

A Assembléia explodiu numa efusiva gargalhada. O Alceni ficou mais vermelho que um pimentão – ele estava aqui hoje, pela manhã. Com aquilo, ele, que não estava inscrito para sustentar a proposta que estava em discussão, pediu a palavra, foi para a tribuna, cresceu, fez um discurso memorável, depois de ter conquistado o grande silêncio de toda a platéia. E o resultado? O Dr. Ulysses foi obrigado a se desculpar, e, submetida a votos, a proposta virou lei e hoje está no inciso XIX do art. 7º da Constituição Federal. Vejam como nasceu a licença-paternidade.”

Senador Valter Pereira, deputado constituinte (PMDB – MS).⁵

Placar da votação	Sim	337
	Não	67
	Abstenções	28
	Total	432



Deputado Alceni Guerra (PFL – PR), em 22/10/87.

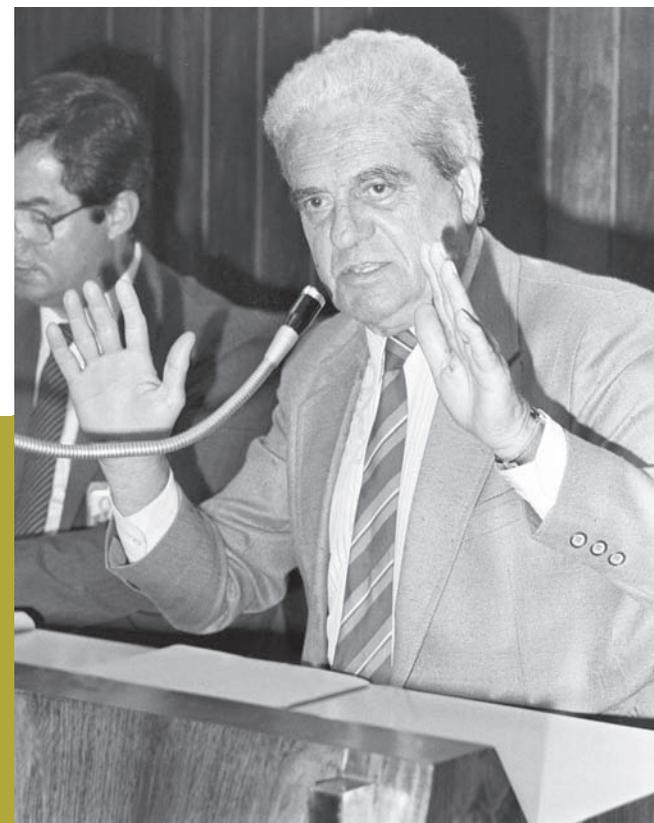
O SR. ALCENI GUERRA (PFL-PR) - Sr Presidente, Sras e Srs. Constituintes, confesso-me evidentemente amargurado com a chacota e com os risos. (...) Confesso a V. Exas, com muita humildade, que tive vergonha de apresentar esta emenda na fase da subcomissão, da comissão e da Comissão de Sistematização. Mas Deus me ajudou num caso muito particular. No dia 14 de dezembro de 1987, quando nasceu minha filha Ana Sofia, para minha infelicidade, minha mulher esteve à beira da morte e depois passou duas semanas imobilizada no leito, por acidente anestésico. Sr. Presidente, não havia no mundo, naquele instante, nenhuma Assembléia Constituinte, nenhum emprego, nenhum patrão, nenhuma força do mundo, nada que me tirasse do lado dela e de meus filhos.

Encaminhamento de votação da emenda da licença paternidade. (DANC, 26/2/88, pg. 7663.)

Em movimento incessante, cada assunto tratado na Assembléia mereceu réplicas, tré-
plicas, apartes, apoíamentos, protestos. Boa parte daqueles temas continuam hoje a ser
objeto de discussão na sociedade e no Parlamento, em uma espécie de eterno retorno
de questões que dizem respeito à própria concepção da vida humana. Alguns temas
foram debatidos à exaustão.

*Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tenho a impressão de que este Plenário, o
Sr. Relator, o Sr. Presidente e toda a Mesa já devem estar bastante esclare-
cidos quanto à minha posição, porque hoje, nesta tribuna, estou defendendo
a pena de morte pela sétima vez, nesta Constituinte, desde as subcomissões,
passando pela comissão, pela Sistematização e pelo Plenário.*

Deputado Amaral Netto, (PDS – RJ). (DANC 10/8/88. p. 12405 – votação da emenda da pena
de morte).



Deputado Amaral Netto (PDS – RJ), em 11/6/87.



Deputado José Genoíno (PT – SP), s/d.

*Sr. Presidente, vou ser breve. Essa é a sétima vez que enca-
minho contra emendas apresentadas pelo constituinte Amaral
Netto sobre a pena de morte.*

Deputado José Genoíno, PT – SP. (DANC 10/8/88. p. 12405 – votação da
emenda da pena de morte).

Regras regimentais do falar

O debate no Parlamento se faz sob regras específicas, definidas no Regimento Interno. Há fórmulas cujo uso se consolidou, formando uma linguagem específica, ritualizada.

O SR. PRESIDENTE – A lista de presença registra o comparecimento de 309 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá a leitura da ata da sessão anterior.

V. Exa. me concede um aparte?

Ouço com muito prazer o aparte do nobre colega.

O SR. PRESIDENTE – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



Presidente Ulysses Guimarães na tribuna, s/d.

ENCAMINHAMENTOS DE VOTAÇÃO

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, atendendo à sugestão do Presidente do PDS, na nossa bancada a questão está em aberto.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, considerando esta uma das conquistas democráticas mais importantes deste capítulo, o PC do B vota "sim".

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a liderança do Partido Demócrata Cristão, em nome da independência necessária ao Poder Judiciário, vota "não".

O Sr. Brandão Monteiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos passar à votação. A proposição tem parecer contrário do nobre Relator.

(Procede à votação)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado. (Votação nº 382):

SIM — 201
NÃO — 245
ABSTENÇÃO — 2
TOTAL — 448

Os destaques foram rejeitados.

DANC, 8/4/88, p. 9211.



Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB – SP) durante discussão sobre reforma do Regimento, em 23/11/87.

Sr. Presidente, eu seria o último a desprezar o Regimento desta Casa. O Regimento desta Casa manda que falem dois oradores a favor da matéria em votação e dois contra.

Senador Fernando Henrique Cardoso, PMDB – SP. (DANC, 27/1/88, votação da emenda do presidencialismo.) O então senador por São Paulo foi relator do Regimento Interno da Constituinte.



Debate em Plenário, durante a votação de dispositivo referente à Reforma Agrária, em 29/8/88.

Acordos, negociações

O debate é necessário também para costurar acordos que viabilizem as decisões. Diante da infinidade de propostas que se apresentam, não é possível decidir e votar sem que haja um intenso processo de negociação: adaptar textos, avançar ou recuar, num diálogo que se dá entre os parlamentares, entre os líderes, entre os parlamentares e suas bases, entre os líderes e o governo, muitas vezes tudo ao mesmo tempo, até chegar-se a um acordo.



Deputado Lula (PT - SP), que havia sido presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, conversa com o senador Albano Franco (PMDB - SE), que havia sido presidente da Confederação Nacional da Indústria, e com o deputado Afif Domingos (PL - SP), que havia sido presidente das Associações Comerciais de São Paulo, em 2/12/87.



Debate em Plenário, durante a votação de presidencialismo X parlamentarismo, em 22/3/88.

Jornal da Constituinte

Órgão Oficial de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, de 14 a 20 de março de 1988 — nº 39

*Livres,
lutam por
igualdade*

Escravo

Vende-se por comércio prático e rápido, para
os interessados, mais de 100 milhões de dólares

PORTE PAGO
DR — BSB
ISR-47-331/86

Acordos aceleram votações

Foi uma semana de recordes na Constituinte. Em mais de uma centena de votações, o Plenário aprovou os artigos de 22 a 45, graças à presença maciça dos parlamentares e às negociações entre os líderes, sob a corderação do presidente Ulysses Guimarães. Trabalhando inclusive no sábado e domingo, com sessões diárias que avançaram até às 23 horas quase sempre, foram aprovados quase 200 dispositivos. O novo texto coloca os recursos naturais e o subsolo sob controle da União, que fica responsável também pelos serviços públicos de telecomunicações, que poderá explorar diretamente ou mediante concessão a empresas estatais. A atividade nuclear ficará sujeita à aprovação e controle do Congresso Nacional. E matéria política, foram estabelecidas eleições em dois turnos para presidente, governador e prefeito de municípios com mais de 200 mil habitantes. O Distrito Federal conquistou autonomia política e administrativa e foi instituída total liberdade de organização partidária. Esta semana, decide-se sobre o direito de greve e de sindicalização do servidor público. A votação do mandato presidencial está se aproximando. (Páginas 3 a 9)

Jornal da Constituinte

Órgão Oficial de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, 21 a 27 de março de 1988 — Nº 40

Assim se evita *buraco negro*



Quem argumentava que negociar sempre era incompatível com o ritmo acelerado das votações, perdeu: a Constituinte está se entendendo e votando muito. A conversa vem impedindo que surjam *buracos negros*, expressão que define o impasse em plenário, quando nenhum grupo obtém 280 votos necessários para se aprovar qualquer matéria. O *buraco negro* surgiu duas vezes: na questão da propriedade e na do direito de greve do servidor. Em ambos, os líderes superaram o obstáculo.

ADIRF/Guilherme Rangel



Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em primeiro lugar é preciso que fique claro que este é um texto de acordo. Portanto, é natural que nem todos estejam satisfeitos. Esta definição, portanto, por ser resultado de um acordo, não tem as qualidades que nós, da esquerda, gostaríamos que tivesse, mas ela evita o confronto, que nos poderia ser prejudicial, porque poderia ser aprovada a emenda do “Centrão” (...)

Deputado Vladimir Palmeira (PT – RJ). DANC, 28/4/88 – votação da definição de empresa nacional.

Sr. Presidente, o PMDB, lamentando que não se tenha chegado até agora a um acordo, confia que ele seja feito no decorrer das votações. Por isso votará “não”.

Senador Nelson Carneiro (PMDB – RJ). DANC, 12/8/88 – votação do direito irrestrito de greve.



Deputados Gerson Peres (PDS – PA) e Jorge Arbage (PDS – PA) e senador Jarbas Passarinho (PDS – PA), em 3/5/88.



Debate em Plenário, em 27/8/88.



Deputado Lula (PT – SP) e senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB – SP) e Mário Covas (PMDB – SP), em 22/2/88.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estou entre aqueles que entendem que um grande esforço deve ser feito nesta Casa na busca de um entendimento, para que possamos encerrar o mais breve possível a votação do texto constitucional.

Deputado Francisco Dornelles (PFL – RJ). DANC – 18/8/88 – votação do monopólio estatal das telecomunicações.



Deputado Ibsen Pinheiro, com papel na mão, negociando em Plenário, em 13/4/88



Deputados Michel Temer (PMDB – SP), Carlos Sant'Anna (PMDB – BA) e José Serra (PMDB – SP), em 8/4/88.

Plenário, aos microfones, senador Mário Covas (PMDB – SP) e deputado Amaral Neto (PDS – RJ), em 6/3/88.



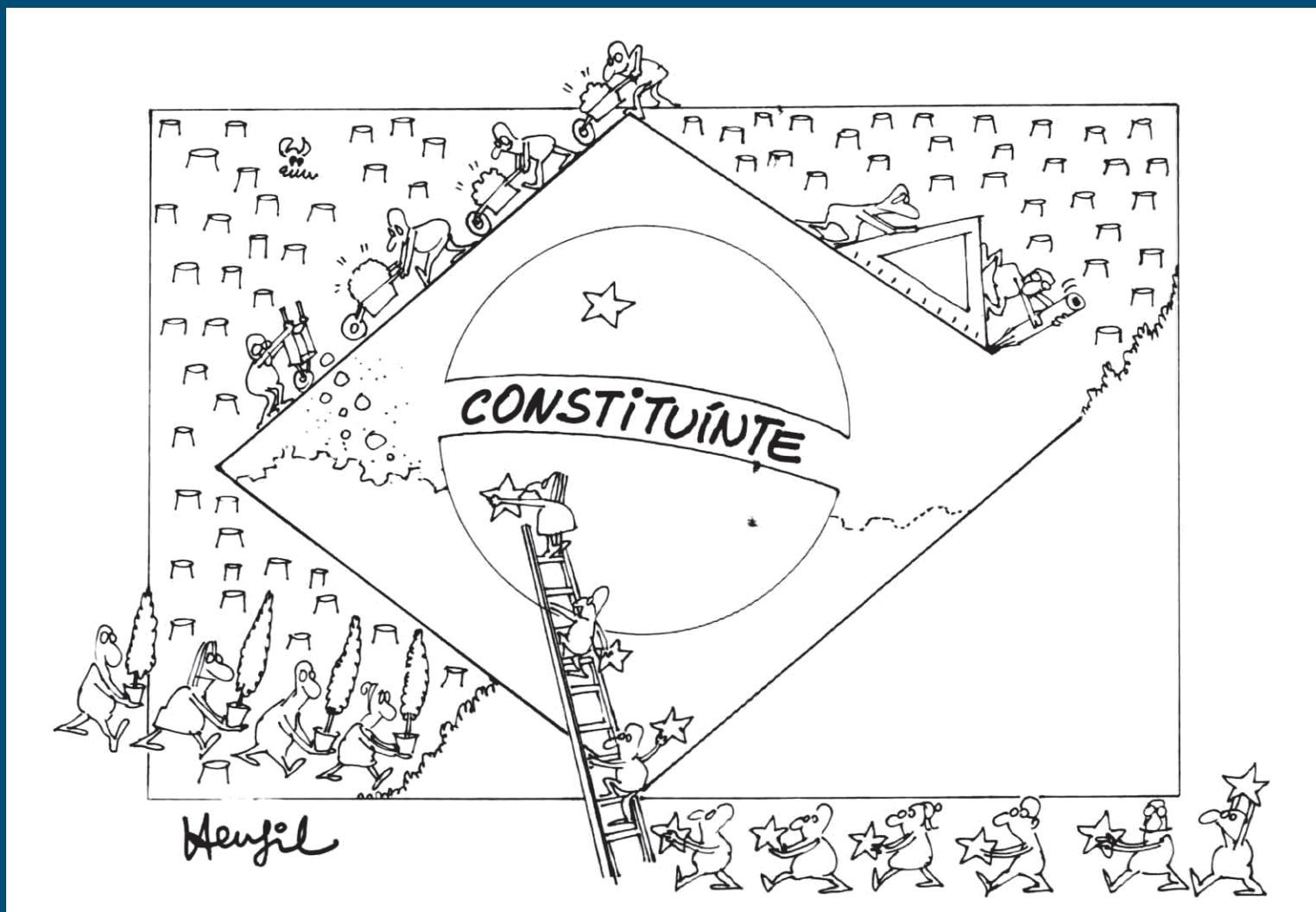


O falar constitui um momento privilegiado de representação da sociedade, conferindo voz aos interesses de diversos grupos sociais. Em seu exercício, manifestam-se peculiaridades individuais: o chamado dom da oratória, os termos que indicam a origem da representação, seja pelo sotaque, seja pela eloquência e domínio da linguagem, os conceitos que indicam posições ideologicamente distintas, as temáticas que identificam o parlamentar com certos temas debatidos na sociedade, os arroubos próprios de cada personalidade.



3

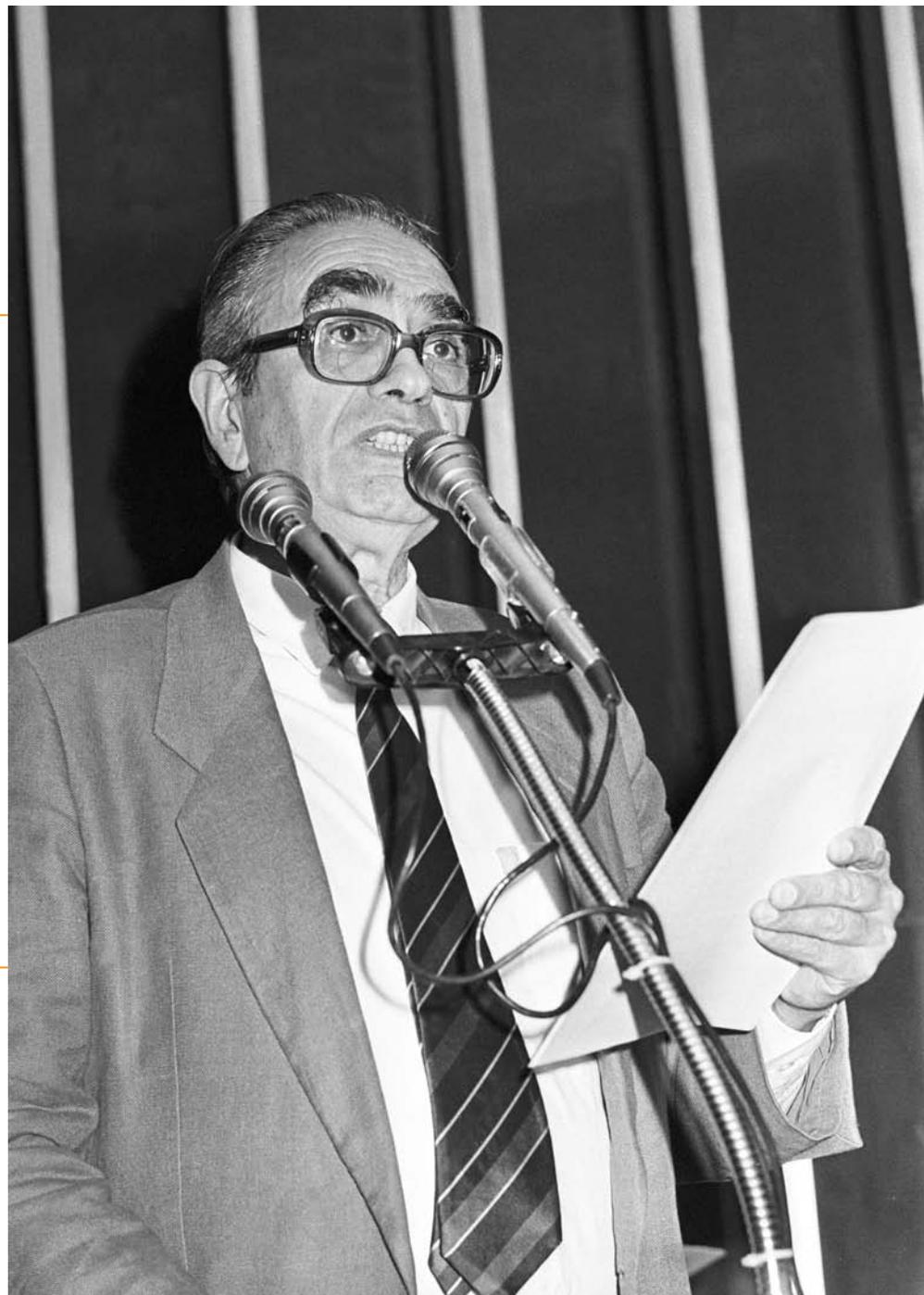
*A assembleia dá
a palavra à sociedade*



A Assembléia Nacional Constituinte foi um dos momentos em que o Parlamento brasileiro foi mais aberto à participação popular. Foram estabelecidas formas institucionais de ouvir a sociedade nos diversos momentos do processo de elaboração da nova Constituição, possibilitando uma intensa interação Legislativo-Sociedade em todas as etapas. E a sociedade ocupou esses espaços, trazendo suas contribuições.

“O Regimento Interno da ANC (...) permitiu uma ampla exposição dos parlamentares àquilo que se poderia chamar de “a voz (ou as vozes)” da sociedade civil. Seja nas subcomissões (e de modo esporádico ou variável nas comissões temáticas), seja em um momento estratégico conjugado ao desencadeamento dos trabalhos da comissão de sistematização, ocorreram manifestações intensas e maciças dos “de fora”, com frequência canais ou expositores dos “de baixo”, que impregnaram as disposições constitucionais advogadas pelos constituintes. Assim, estes se desprenderam relativamente do cordão umbilical com o formalismo constitucional, ampliaram sua rede de articulação à variedade dos interesses e valores das classes e diminuíram ou cortaram seus vínculos com a tirania dos “objetivos espúrios”, filtrados pelos partidos da ordem e do governo. Não se atingiu uma “situação ideal”. Porém conquistou-se um ponto de partida para um processo constituinte moderno, de essência democrática e voltado para o futuro almejado pela maioria real.”

Deputado Florestan Fernandes (PT – SP).⁶



Deputado Florestan Fernandes (PT – SP), em 13/8/87.



Mesmo antes de iniciados os trabalhos da Assembléia, o Senado determinou a distribuição pelo Brasil de formulários para encaminhamento de sugestões pela população, que respondeu avassaladoramente, enviando **71.719 cartas**.

Raimundo José Alves



SENADO FEDERAL
Comissão de Constituição e Justiça
Brasília — DF



Contrato
ECT/SENADO
FEDERAL

**FAÇA, VOCÊ TAMBÉM,
A NOVA CONSTITUIÇÃO**

A Constituinte é um momento importante na vida de todos os povos e no destino das nações democráticas. É a oportunidade em que os cidadãos, usando do seu direito de voto, escolhem aqueles que, em seu nome e reunidos em Assembléia, decidem sobre o papel do Estado, a forma de governo, a ordem econômica e a organização social. A Constituição ateta a vida de todos os cidadãos, assegura os nossos direitos, protege as nossas prerrogativas, garante a nossa segurança e define os nossos deveres.

Este ano, como em outras oportunidades na História do Brasil, você vai eleger os futuros Constituintes, para que eles votem uma nova Constituição. O seu papel e o seus direitos de cidadão não terminam, no entanto, na hora em que você coloca o seu voto na urna e escolhe quem vai representá-lo.

Pela primeira vez, em muitas gerações, você vai poder colaborar, dizendo o que pensa da Constituinte e o que espera da nova Constituição.

O Congresso dá a você a oportunidade de também participar na elaboração da nova Constituição. Para isso basta preencher o formulário que se encontra no verso. Assim você estará, democraticamente, manifestando sua opinião, para que a Assembléia Nacional Constituinte saiba o que você pensa, o que você espera e o que você deseja da futura Constituição brasileira.

VOCÊ TAMBÉM É CONSTITUINTE, PARTICIPE!

COM VOCE NA C
CO
VOCE TAMBÉM É CONS

Caso seja de seu interesse receber uma resposta, basta você preencher estes dados.

09 NOME _____
10 ENDEREÇO _____
11 CEF _____

Se você preferir dirigir a sua sugestão a um parlamentar especificamente, basta preencher este campo com o nome do Deputado ou Senador.

Use este espaço para colocar a sua sugestão. *Que seja aprovada pela Constituinte;*

- A Saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado e o prestador de saúde deve ser dor através de um sistema unificado de saúde que atenda a todos de maneira o paratitular o atendimento em alto nível desde que a complexidade do caso requiera
- A previdência social deve ficar com o Poder Público; a rede particular deve atuar como complementar, mediante concessão do Estado.
- A comunidade deve participar do planejamento das metas do setor saúde e após o seu fim se aplica a política do setor principalmente no que diz respeito a aplicação dos recursos públicos de modo que a mesma venha beneficiar o País
- O financiamento do setor saúde deve resultar de descentralização de recursos de estados, mas e principalmente de impostos incidentes sobre o lucro das EMPRESAS

Exemplo de sugestão popular, em que se propõe a criação de um sistema unificado de saúde. O mesmo assunto foi objeto da Emenda Popular nº 50. O tema foi amplamente discutido e terminou sendo aprovado, na forma do art. 198 da nova Constituição.



Manifestação na frente do Congresso, em 24/5/88.

Entre os diferentes depoimentos nas comissões, destacam-se os de meninos de rua.

O MENINO ARGEMIRO – Não somos nós apenas que estamos aqui, mas muita gente de todo o Brasil, e iremos fazer um apelo para que os governadores e constituintes aqui presentes venham nos ajudar para continuarmos nos estudos e ver o que acontece. Muito obrigado.

A MENINA LUZIMAR – As escolas particulares têm que ser iguais às escolas públicas também. Porque assim, não teremos futuro deste jeito, porque nós não vamos ter condições de estudar.

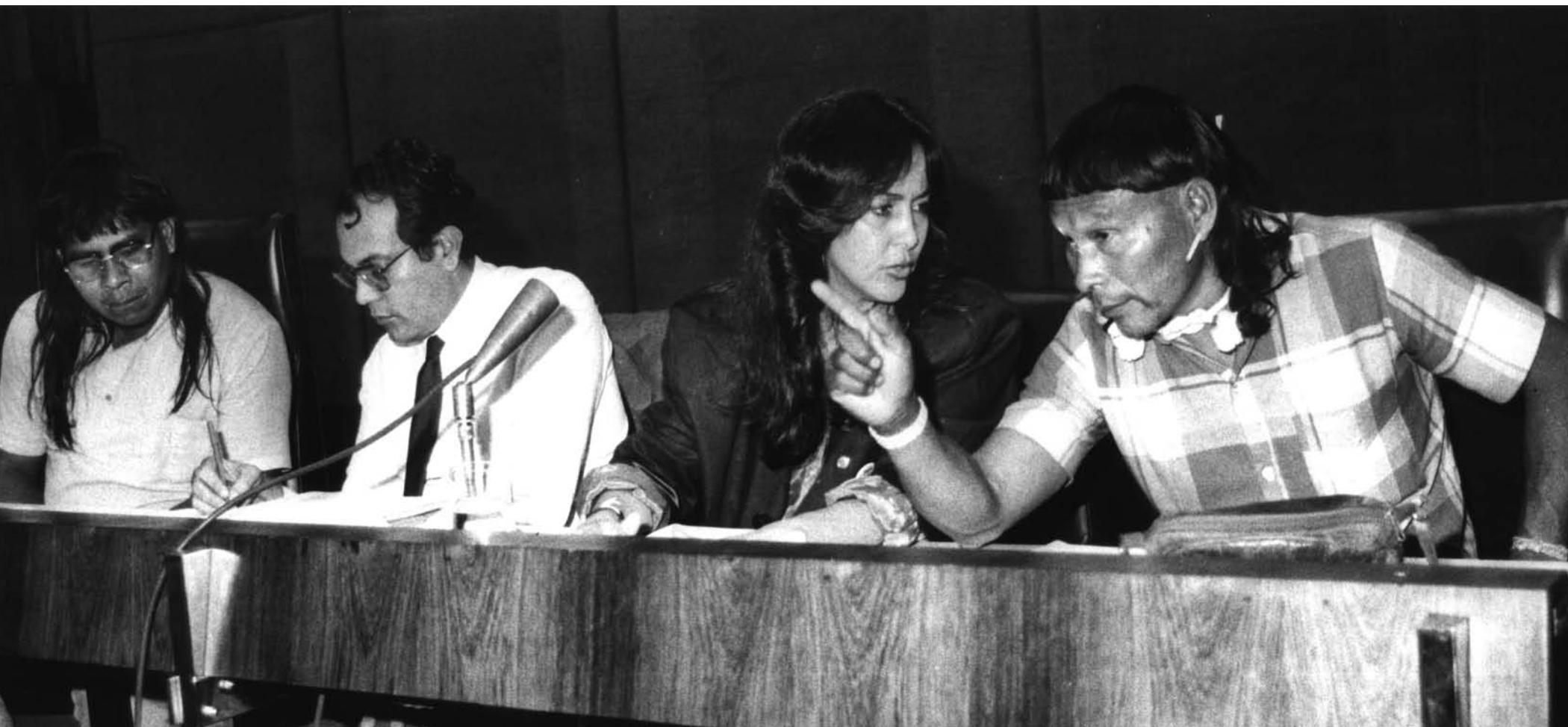
Ata da reunião do dia 5/5/87 da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso.

Outra forma importante de participação foram as audiências públicas, em que representantes das mais diversas categorias sociais e profissionais puderam falar aos Constituintes: associações de profissionais liberais, homossexuais, índios, negros, donas-de-casa, prostitutas, meninos de rua. Alguns desses grupos deram depoimento público pela primeira vez no país.⁷ O Brasil mostrou sua cara, seus sonhos e reivindicações. Para defender causas ou princípios de interesse nacional, 974 pessoas usaram do microfone em comissões ou subcomissões temáticas.⁸

“Meu povo tava morrendo na mão do seu povo. Eu não aceito. Nosso índio não é bicho. Vocês também não é bicho. Vocês têm que brigar pro seu povo e têm que respeitar o meu povo.”

Líder Raoni Mentuktire na audiência pública da Subcomissão da Nacionalidade, Soberania e Relações Internacionais, em maio de 1987.⁹

Reunião de grupos indígenas
na Câmara dos Deputados, em 4/9/87.





Reunião de ambientalistas, s/d.

Foram realizados, nos auditórios do Congresso Nacional, debates e painéis sobre a Constituinte, organizados por diversas entidades de sociedade civil.



Encontro Nacional sobre a Dívida Externa, em 21/6/88.



Folha de S. Paulo. 24/5/87. p. A-8.

Entrega das emendas populares

Uma grande conquista para assegurar a participação popular foi admitir no Regimento da Constituinte a apresentação de emendas populares.

Art. 24. Fica assegurada, no prazo estabelecido no § 1º do artigo anterior, a apresentação de proposta de emenda ao Projeto de Constituição, desde que subscrita por 30.000 (trinta mil) ou mais eleitores brasileiros, em listas organizadas por, no mínimo, 3 (três) entidades associativas, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições: (...)

Regimento Interno da Assembléia Constituinte.



Entrega da Emenda das Donas-de-casa, em 4/8/87.

A mobilização para a coleta de assinaturas foi espantosa, visto que feita com pouquíssimos recursos financeiros e sem apoio da imprensa.

Foram apresentadas 122 emendas populares, reunindo 12 milhões de assinaturas. Considerando-se que o eleitorado da época era de aproximadamente 70 milhões e, ainda, que cada eleitor podia subscrever apenas três emendas, constata-se que em torno de dez por cento da população participou do processo.

NÃO DEMORE EM ASSINAR: O PRAZO DA
CAMPANHA PARA COLETA DAS ASSINATURAS
VAI ATÉ 10 DE JULHO DE 1987.

.DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
SBS Ed. Seguradoras - 6º Andar – Tel.: 225-9704 – Brasília
PLENÁRIO PRO-PARTICIPAÇÃO POPULAR
NA CONSTITUINTE
Rua Visconde do Rio Branco nº 54 – Praça Tiradentes
Tel.: 222-9832 – Rio de Janeiro

CONSTITUINTE SEM POVO NÃO CRIA NADA DE NOVO

O COMITÊ PRECISA
DE SUA CONTRIBUI-
ÇÃO.
QUEM TEM PÔE!



CONTA
Nº 73-279-6
BRASESCO
AG. AMAZONAS
EM NOME DE:
MARITZA FERREIRA
FONSECA

BOCA

NO TROMBONE

ESSE É PRA
COMEMO-
RAR!



BAIXAMOS OS PACOTES NO CONGRESSO



Construindo o Brasil com a participação popular



Os pacotes desta vez vieram do povo...



Dona Maria saiu de Pernambuco pra brigar por educação

O Dia 12 de agosto entrou pra história. Mais de 5 mil pessoas, de tudo quanto é canto do país, tomaram conta do Congresso nacional pra entregar as emendas populares. Foi um acontecimento colorido e emocionante. E todo mundo se sentiu forte, porque estavam ali representando os vários milhões de pessoas que assinaram as emendas populares.

E um grande sacrifício pro povo fazer isso. Natar serviço, gastar uma grana que é sempre curta e ficar na base de sanduiche. Mas marcamos presença e mostramos que não estamos pra brincadeira.

E que já não é tão fácil enganar o povo. Tanto que o Ulisses Guimarães recebeu a maior vaia quando foi receber as emendas. Podemos até achar que não devia ter existido vaia. Mas o povo está com os polticos de duas caras atravessados na garganta. E Ulisses mudou de lado depois que chegou lá em cima. Fez até conchavo com Sarney. Então, váia nele. Foi um grito de protesto que ele (e outros politcos) precisavam ouvir.

MINAS PRESENTE

A caravana de Minas foi das maiores. Sairam 22 ônibus carregados de gente com muita garra, levando faixas, bumbameu-bol, fantasias e instrumentos musicais. Foi muito bonito. O pessoal do Ceará também tava "quente". O importante é que o povo foi lá, ocupou o congresso e gritou alto e bom som: "Queremos ser ouvidos". Só não ouviu quem não quis. E estes vão pagar caro por ignorarem a voz do povo.

No total, foram mais de 13 milhões de assinaturas, distribuídas em 122 emendas populares. Só que muitas delas não são tão populares assim: empresários gaúchos e paulistas e latifundiários de todo o país encaminharam propostas contra a reforma agrária, contra a estabilidade e contra as 40 horas. Os donos de escolas fizeram emenda a favor de verbas para as escolas particulares etc.

Além destas, muitas outras propostas rão defendem realmente os interesses do povo. Naquelas que podemos



Quem não chora não mama: Povo em Brasília defendendo seus interesses.

considerar realmente populares, conseguimos cerca de 6 milhões de assinaturas. Este já é um número fantástico.

Mas o mais importante não é o número de assinaturas e sim todo o processo de recolhimento, que aumentou a consciência de quem assinou. E mostrou que queremos e precisamos ser ouvidos e que também sabemos e podemos fazer leis.



Olha aí a turma de Juiz de Fora "tomando fôlego"...

São estas as principais propostas e o número de assinaturas obtidas:

	NO BRASIL	EM MINAS
Reforma Agrária (dois projetos)	1.188.444	99.900
Direitos dos Trabalhadores	908.338	74.323
Direito de Participação Popular (3)	402.049	35.220
Ersino Público e Gratuito	270.000	20.110
Diretas para presidente	203.064	5.320
Ordem econômica e social	173.703	16.181
Reforma Urbana	163.064	17.000
Monopólio das telecomunicações	111.192	
Direitos dos aposentados	89.094	
Desarmamento nuclear	62.000	1.915
Direito à saúde	57.677	12.985
Proteção ao consumidor	56.000	
Direitos da criança e adolescentes	45.971	
Nações indígenas	44.171	300
Populações indígenas	41.114	600
Direitos da mulher	42.444	2.712
Dívida externa	41.441	1.080
Saúde da mulher	33.809	923
Democratização dos meios comunicação	32.379	5.600
Aposentadoria da mulher 25 anos	32.040	

Além destas, a CNBB (Confederação dos Bispos do Brasil) apresentou quatro emendas (Educação, família, liberdade religiosa e Ordem econômica) que conseguiram juntas, 1.761.519 assinaturas.

Total de assinaturas nas 24 principais emendas populares: 5.738.977

Total de assinaturas recolhidas em Minas nas 24 emendas: 294.169

(Estes números são preliminares e sujeitos a mudanças na contagem final que está sendo feita na Constituinte)



Entrega de emendas populares, em 4/8/87.



Entrega de emendas populares, em 14/8/87.



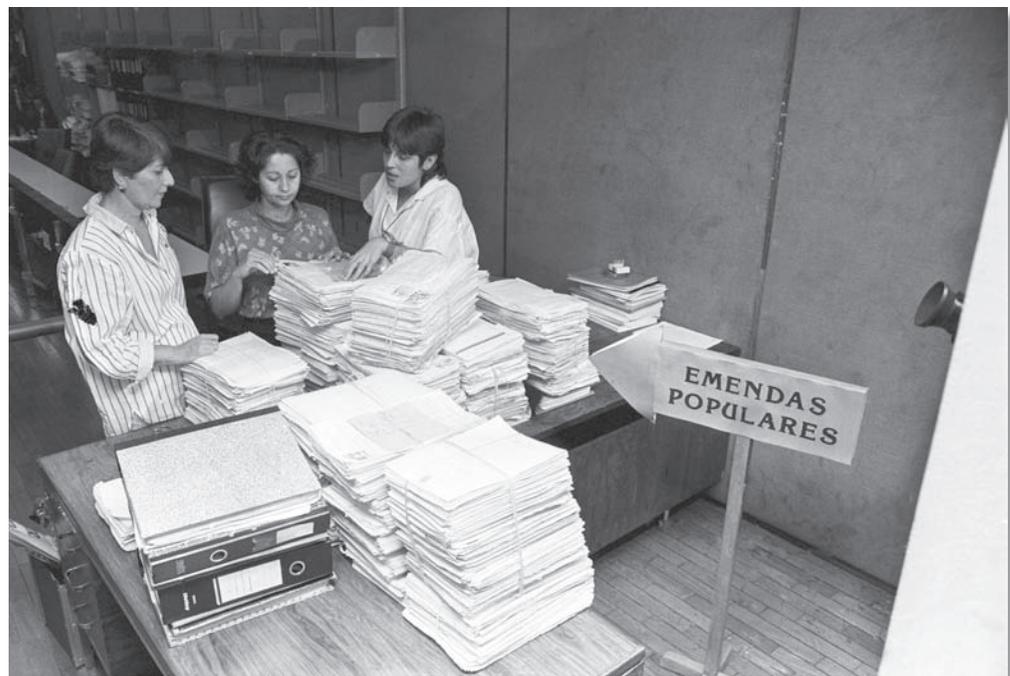
Entrega da Emenda patrocinada pela Confederação Nacional das Indústrias, em 13/8/87.



Entrega das Emendas populares patrocinadas pela Igreja Católica, em 29/7/87.



Entrega de emendas populares, em 14/8/87.



Servidores recebem emendas populares, em agosto de 87.



Emendas armazenadas em prateleiras durante a Constituinte, s/d.

Defesa das emendas populares

Na Comissão de Sistematização, em agosto e setembro de 1987, 83 representantes de entidades defenderam as emendas populares apresentadas. Foram momentos solenes, pois as defesas se davam em Plenário, com debates emocionantes.



Vital Didonet, representante do Movimento Nacional Criança e Constituinte, defendeu a Emenda Popular sobre Direitos da Criança.



Maria Amélia de Almeida Teles, secretária-geral da União de Mulheres de São Paulo, defendeu a emenda que permitia o aborto até três meses de gestação. A seguir, contrapôs-se à exposição de Francisco Massa Filho, presidente da Comissão Arquidiocesana de Acompanhamento Constitucional do Rio de Janeiro, defendendo uma emenda popular no sentido oposto, que proibia a prática abortiva.

Acervo do Museu da República

Ermínia Maricato, fez a defesa da emenda que propunha a reforma urbana.



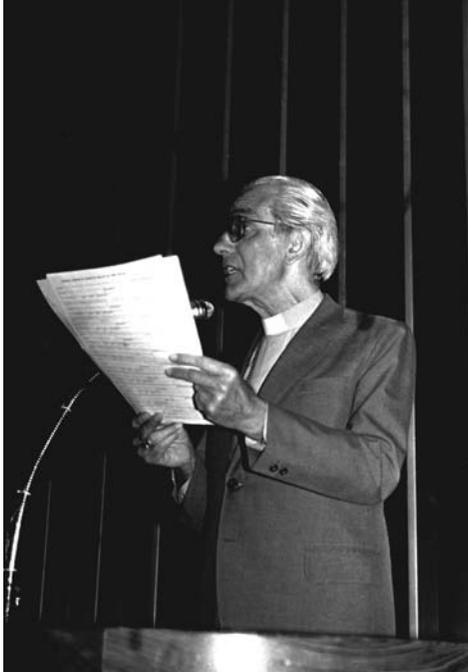
Flávio Teles Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira, defendeu uma reforma agrária restrita, protegendo a propriedade produtiva.



Armando Rollemberg, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, defendeu a emenda que propunha a democratização dos meios de comunicação.



José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, defendeu a emenda que propunha a reforma agrária ampla.



Dom Benedito Uchoa, arcebispo de Uberaba, defendeu a estabilidade da família e o casamento indissolúvel.



Dom Cândido Paim, Bispo de Bauru, defendeu a proposta de educação da CNBB, que previa o repasse das verbas públicas para instituições de ensino privadas.



Gisela Mendonça, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), advogou pela emenda que pedia o afastamento das Forças Armadas da vida política.



Barbosa Lima Sobrinho, s/d.

O conhecido jornalista Barbosa Lima Sobrinho, então com noventa anos, fez a defesa da emenda que propunha o monopólio estatal do petróleo. Seu depoimento recuperava a luta pelo controle nacional do petróleo desde a década de 1940, da qual participou ativamente:

“Sr. Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, meu prezado companheiro da Academia Brasileira de Letras, Srs. Constituintes, minhas senhoras e meus senhores: constituinte de 1946, nunca imaginaria que teria oportunidade de comparecer perante uma outra Constituinte, para defender uma emenda popular que não existia em 1946, e que agora surge para dignificar e prestigiar, cada vez mais, a democracia brasileira. (...)

Do maior movimento popular da História brasileira – “o Petróleo é nosso!” – nasceu a Petrobrás e se estabeleceu o monopólio estatal do petróleo. O substitutivo que deu origem à Lei nº 2.004, de autoria do ilustre brasileiro Euzébio Rocha, foi promulgado em 3 de outubro de 1953, para alegria de todos quantos defendem o interesse nacional.

Naquela época, os opositores da Petrobras diziam ser impossível aos brasileiros conduzir sozinhos a indústria de petróleo. Era dura a nossa realidade em 1953: produção de apenas 2.700 barris/dia (menos de 2% do consumo de então), 30 geólogos e menos de 100 engenheiros trabalhando no setor petróleo. Decorridos praticamente 34 anos, o sonho virou realidade.”

(Ata do dia 3/9/1987. DANC, 27/1/88, no Suplemento B, pg. 514)



Galerias, em 17/3/88.

Galerias

O povo invadiu o Congresso, que abriu suas portas: cinco milhões e quatrocentas mil pessoas por ele circularam livremente entre fevereiro de 1987 e julho de 1988, conforme declarado pelo presidente da Assembléia . As galerias viviam repletas, representantes dos mais diversos movimentos tomavam os corredores, os salões e os gabinetes. As discussões e votações eram acompanhadas atentamente.



Galerias na votação da reforma do Regimento, em 25/11/87.

*“Os corredores estavam repletos de populares, cidadãos, que circulavam de um gabinete ao outro, de uma comissão a outra, abordando constituintes, convocando-os a ouvirem suas idéias e aspirações, numa sadia prática lobista, bem diversa das que por vezes se registram nesta República, um momento em que a atividade política era **res publica**, coisa de todos, de todos nós, brasileiros.”*

Bernardo Cabral.¹⁰



Galerias no último dia de votação, em 1/9/88.

Nem sempre as galerias ficavam caladas. Muitas vezes a sessão teve de ser suspensa para que cessassem as manifestações e vaías do público presente às sessões.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Atenção! A Presidência adverte as galerias de que, diante de qualquer outra manifestação, adotará as medidas previstas no Regimento Interno e determinará a evacuação do recinto. (Apupos nas galerias.)

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência adverte as galerias no sentido de que não podem manifestar-se. (Apupos nas galerias.)

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Qualquer outra manifestação será reprimida pela Mesa, aplicando-se rigidamente o Regimento Interno. (Apupos nas galerias.)

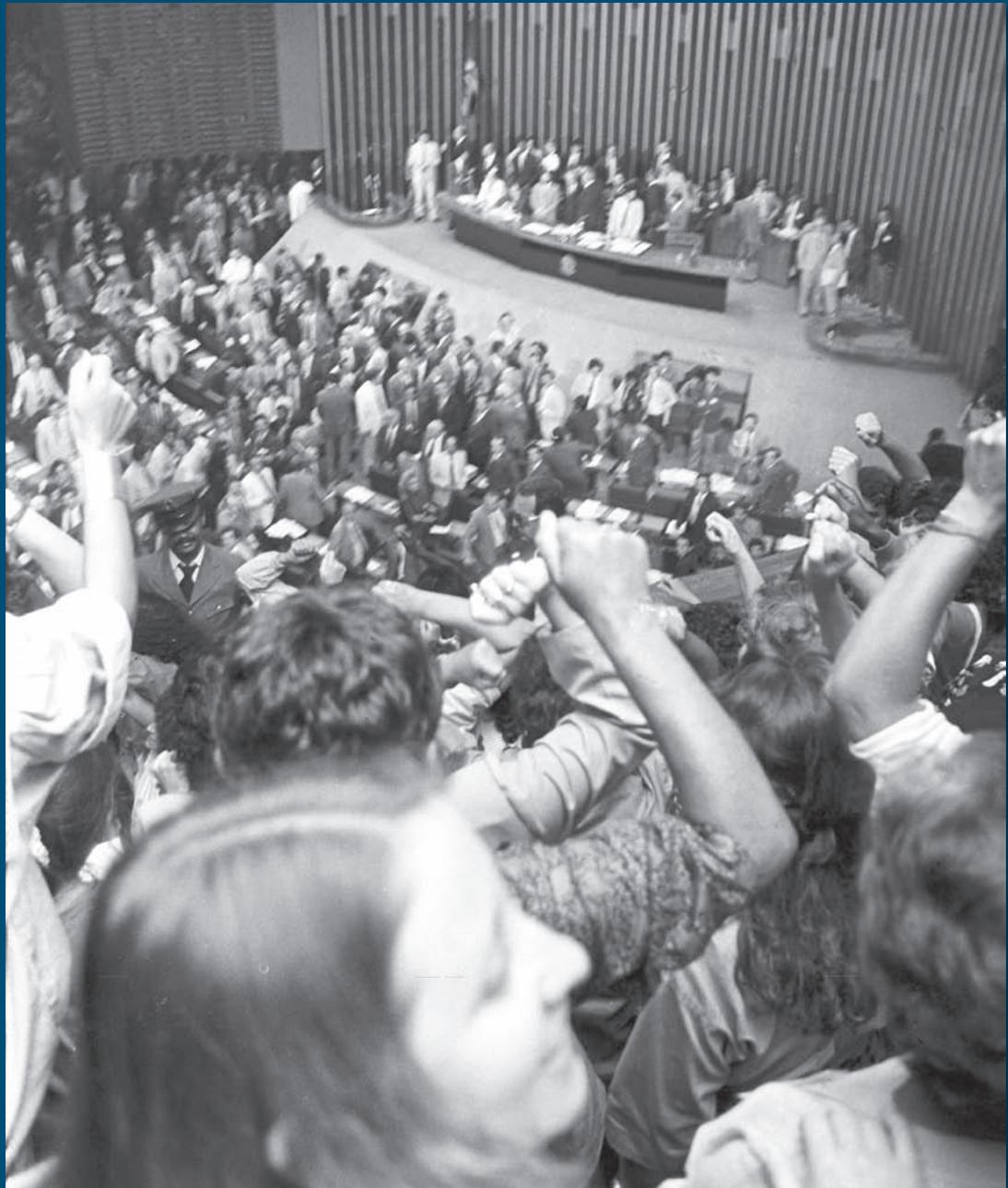
(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Determino a suspensão dos trabalhos por cinco minutos, enquanto a Mesa aplica as providências regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Reabertos os trabalhos desta sessão, a Mesa se sente no dever de comunicar, não apenas aos Srs. Constituintes, mas sobretudo a quantos se encontrem neste plenário, que a aplicação do Regimento no que respeita à ordem dos nossos trabalhos ocorrerá inflexivelmente. Não permitiremos que esta importante sessão da tarde de hoje seja tumultuada de qualquer maneira. (Palmas.)

A Mesa está compenetrada da sua autoridade de bem conduzir os trabalhos desta sessão da mesma forma adotada em outras oportunidades, garantindo a todos os Srs. Constituintes o livre exercício da manifestação da tribuna, obedecidas as preceituações regimentais

No que tange às galerias, como agora, foram adotadas providências saneadoras a fim de resguardar um ambiente de tranquilidade neste plenário. A Mesa volta a advertir que inadmitirá qualquer manifestação que possa impedir o curso normal dos trabalhos da presente sessão.





Galerias, em 14/3/88.



Discussão do voto aos 16 anos, em 2/3/88.



Mulheres bancárias nas galerias, em 10/10/87.

Os mais diversos grupos tomaram conta das galerias:
índios, estudantes, sindicalistas, juízes, burocratas.



Público presente comemora nas galerias, s/d.

No dia da votação do artigo que define os poderes do Ministério Público, 12/4/88, a foto das galerias registra a presença dos interessados.



Galerias, em 12/4/88.

O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT – SP) comenta a presença de promotores e de procuradores no Congresso:

“Há pouco o líder Mário Covas dizia-me que não consegue distinguir entre um Promotor, um Procurador, um Procurador da Fazenda, um Procurador da União, um Procurador de Autarquia. Os corredores estão cheios de representantes dessas duas classes, cada qual apresentando uma versão sobre as normas que estamos votando. (...)”

Aliás, quero deixar claro que considero essa pressão democrática. Sempre a defendi. Estamos aqui para ser pressionados. A mim não incomoda a pressão porque faz parte do jogo democrático.”

(DANC, 12/4/88, p. 9294)

4

*A sociedade
se faz ouvir*



O movimento de participação popular não se dava apenas nos espaços institucionais, mas essencialmente nas ruas, na frente do Congresso, em atos públicos realizados pelo país, nas coletas de assinaturas, em caminhadas e na abordagem corpo-a-corpo, em diferentes tipos de *lobbies* e pressão, nos corredores e gabinetes.

Manifestação, em 3/8/87.



Manifestação, em 17/7/87.

Para tornar visíveis suas reivindicações, os diferentes movimentos organizados buscaram ocupar a frente do Congresso Nacional, espaço público por excelência das manifestações de rua e da fala popular dirigida aos Constituintes. O gramado, a rampa do Congresso e as cúpulas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados foram tomados inúmeras vezes.



Manifestação na entrega de emendas populares, em 12/8/87.



s/d.



25/4/88.

Partidos políticos e organizações tradicionais da sociedade, como sindicatos e associações, dialogaram com os novos setores que se organizavam em torno da Constituinte. A disputa política incluía palavras de ordem e uma luta por espaço visual que colocasse em evidência as reivindicações mais diversas.

O tema da educação mobilizou estudantes e professores, que ocuparam a Esplanada várias vezes, reivindicando desde a garantia das conquistas democráticas na Constituição até questões específicas ligadas ao ensino. Em setembro de 1987 fizeram grande ato na frente do Congresso.



Estudantes, em 29/9/87.

24/5/88.



Escolas e crianças também tomaram a praça, alegremente.



24/5/88.

O movimento sindical ocupou os espaços com bandeiras e reivindicações.



Manifestação sindical, em 4/2/88.



Manifestação pela Reforma Agrária, em 5/10/87.

A reforma agrária mobilizou os trabalhadores do campo, que fizeram grandes manifestações.



Manifestação pela Reforma Agrária, em 5/10/87.



Manifestação pela Reforma Agrária, em 5/10/87.



Manifestação no acampamento da UDR, em 10/7/87.

Os proprietários rurais reagiram organizando a UDR (União Democrática Ruralista), que também mobilizou o campo.



Manifestação de Caiapós, em 14/10/87.

Mobilização indígena

“Durante os 19 meses dos trabalhos da ANC, sucessivas delegações permaneceram mobilizadas em Brasília, reunindo-se e revezando-se periodicamente. Com suas pinturas e adornos cerimoniais, portando arcos, flechas e bordunas e executando danças e cantos rituais, circularam de forma desenvolta e disciplinada pelos gabinetes dos constituintes e corredores das duas Casas. Participaram de audiências públicas, articularam-se com outros movimentos sociais, elaboraram e distribuíram documentos com suas posições, abordaram os parlamentares, deixaram cocares nas cabeças das grandes lideranças e a cada votação postaram-se em “corredor polonês” na entrada do plenário da Câmara. A cada vitória subiram em festejo a rampa do Congresso Nacional.” Ao final, obtiveram o “texto constitucional mais avançado até então visto, em matéria de direitos indígenas.”¹¹



Galerias, em 1/6/88.



Índio em manifestação interna no Congresso, s/d.





A sociedade tomou as ruas fazendo algazarra, expressando as mais diversas reivindicações. Ao redor da coleta de assinaturas para as emendas populares foram feitas manifestações pela participação popular na elaboração da Constituição. Em todo o Brasil, desde antes da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, foram realizados debates, seminários, caminhadas e outras atividades de mobilização.

Ato pela participação popular na Constituinte, em 17/7/87.



Ato pela participação popular na Constituinte, em 17/7/87.

“Participação é um dos cinco princípios da democracia. Sem ela, não é possível transformar em realidade, em parte da história humana, nenhum dos outros princípios. Igualdade, liberdade, diversidade e solidariedade.”

Herbert de Souza.¹²

No mesmo dia, 17/7/87, realizaram-se manifestações em outras cidades do Brasil.



Políticos de todos os partidos foram à Cinelândia apoiar o movimento da Constituinte

Passeata da Constituinte leva 50 mil à Cinelândia

A palavra de ordem era "Constituinte sem povo não cria nada de novo", e foi seguida à risca: mais de 50 mil pessoas tomaram a Avenida Rio Branco e Cinelândia, ontem no Dia Nacional de Mobilização das Emendas Populares, e realizaram uma manifestação diferente para exigir dos constituintes uma Carta livre e soberana. No ritmo de uma escola de samba, o "Bloco da Constituinte" desfilou com 22 alas, cada uma representando as reivindicações populares na Constituinte - da reforma agrária à democratização dos meios de comunicação, passando por direitos dos trabalhadores e tortura nunca mais. No ato-show realizado na Cinelândia, a manifestação acabou enfiada por lemas como "fora Sarney", "diretas já" e "contra a Lei de Segurança Nacional".

Mais criativa que a Beija-Flor, com mais garra que a Portela e mais segura do que a Mangueira, o Bloco da Constituinte e seus 50 mil foliões reuniu, além de artistas como Lucélia Santos e Christiane Tortone, Chico Buarque e Paulinho da Viola, políticos dos mais diversos partidos, inclusive o deputado federal do PMDB, Paulo Ramos, que formalizaram uma frente única contra o que o deputado do PDT, Lysiane Maciel classificou como "resposta ao lobby dos conservadores, o que significa corrupção". Mobilização popular, para todos os presentes, é a única forma de se reverter o quadro retrógrado dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

A concentração do Bloco da Constituinte começou às 16h, na Candelária e já dava para sentir a

Fotos Afey e Cavalcanti



Uma multidão aproveitou a passeata para tocar samba

Jornal Tribuna da Imprensa, 18 e 19/7/87, p. 8

CAMINHADA EM DEFESA DA CONSTITUIÇÃO QUE O POVO QUER

TÁ NA HORA
DA VIRADA

alas das emendas populares

- Comissão de Frente
- Mecanismos de Participação Popular
- Direitos da Criança
- Reforma Agrária
- Reforma Urbana
- Reforma Trabalhista
- Diretas em 88
- Livre Organização Partidária
- Direitos dos Trabalhadores e Aposentados
- Sistema Público e Gratuito
- Direito à Habitação
- Democratização dos meios de comunicação e Fim da censura
- Autonomia Universitária e Científica
- Direitos dos Povos Indígenas
- Direitos das mulheres
- Direitos dos portadores de deficiência
- Fim à discriminação racial
- Direito para os milhões de analfabetos
- Política nacional, rural e urbana
- Fim da ditadura
- O Petróleo é Nosso
- Fim da ditadura

17 de Julho

CONCENTRAÇÃO DAS ALAS • 16h • CANDELÁRIA
COMÍCIO-SHOW • CINELÂNDIA (noite)

TRAGA SEU TÍTULO DE ELEITOR
PLENÁRIO PRÓ PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE

ABI • OAB • ANDES • IAB • FNE • FNM • CUT • CGT • UNE • UEE
CREMERJ • CREA • FAMERJ • FETAG • CPT • CPO • PSB • PCB
PC do B • PT • PV • PDT

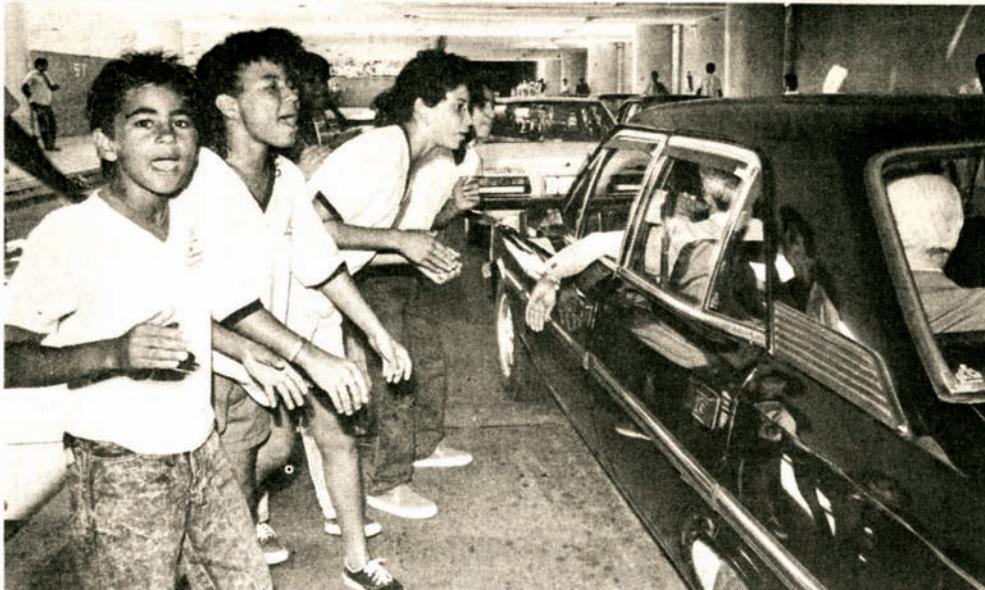
Cartaz convocando para passeata no Rio de Janeiro em defesa da participação popular.



Manifestação de estudantes, em 17/5/88.

Os estudantes e professores voltaram ao Congresso em maio de 1988, quando era votado o capítulo referente à educação.

EUGENIO NOVAES



Impedidos de entrar nas galerias, os alunos recebiam os constituintes com apelos

Estudantes fazem lobby na rua

Impedidos de ocupar as galerias do Plenário da Câmara, milhares de estudantes e professores de todo o País que vieram a Brasília ontem acompanhar a votação do capítulo da Educação, pela Constituinte, concentraram-se no gramado em frente à rampa do Congresso e organizaram-se em minipasseatas pelos corredores dos prédios anexos da Câmara, gritando palavras de ordem em favor da exclusividade de verbas públicas, para escolas públicas, contra o **Centrão** e até mesmo contra o presidente Sarney.

Em palanque montado no gramado, lideranças da Andes, CPB, UNE e UBES, tentavam

controlar a multidão, formada em sua quase maioria por estudantes adolescentes, vestidos com uniformes de escolas de Brasília.

Os próprios organizadores não tinham um controle de quantas delegações participaram do ato, mas garantiam que tinha professores e estudantes de pelo menos 15 estados. Só do Rio de Janeiro vieram 20 ônibus. Goiás mandou mais sete e até Mato Grosso do Sul trouxe um ônibus lotado de professores que, sentados no gramado, jogavam partidinha de **plf-paf** enquanto seus líderes faziam inflamados discursos do palanque.

Eles permaneceram em vigília durante toda a tarde e



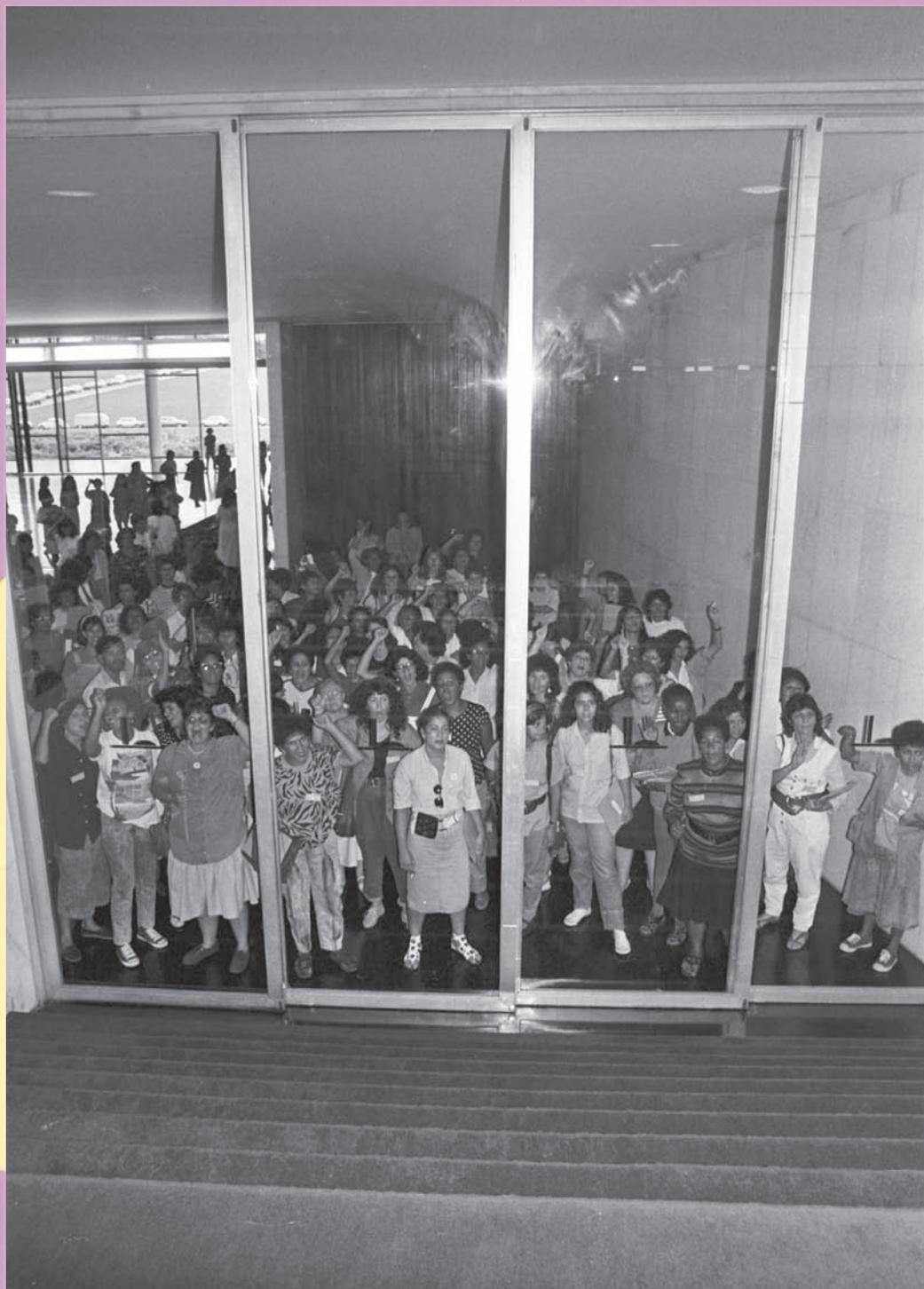
Correio Braziliense, 19/5/88, p. 5.

Manifestação de estudantes, em 17/5/88.



Manifestação de estudantes, em 17/5/88.

O movimento de mulheres
fez pressão durante toda a
Constituinte.



Manifestação de mulheres aguardando abertura das portas
na entrada do Senado Federal, em 25/11/87.

ALIANÇAS, GRUPOS E CONSELHOS DE MULHERES DO BRASIL

Mulheres fazem pressão

A pressão popular sobre a Assembléia Nacional Constituinte foi, esta semana, particularmente grande. E, entre os que pressionaram, notou-se a mulher, em busca de direitos mais amplos e nítidos na Constituição que se está escrevendo. A presença das mulheres não se faz sentir apenas no âmbito da própria ANC, onde atuam 26 mulheres constituintes. A presença feminina é intensa do lado de fora também, como se vê na foto: um grande número de mulheres, vindas de todos os pontos do País, "invadiu" as dependências do Congresso para entregar aos constituintes as reivindicações mais sentidas por mães, esposas, jovens, velhas, casadas e solteiras. Através de emendas populares, apoiadas por milhares de assinaturas dois grupos se apresentaram perante os constituintes: o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte e o Núcleo de Comunicação da Rede Mulher. Agitando bandeiras, faixas e cartazes, cantando hinos e gritando palavras de ordem, centenas de mulheres reuniram-se nos auditórios do Congresso e percorreram gabinetes das lideranças partidárias. Foi um momento de festa em meio aos trabalhos da Constituinte, a pressão legítima exercida pelas mulheres.

ADIRP/Reynaldo Stasler



Jornal da Constituinte, vol. 351, nº 11, p.16.



As lobistas levam a Genoino seu cartaz: Filho (não é só) da Mãe

“Lobby do batom” faz vigília por direitos

Grupos, conselhos e entidades de mulheres de todo o País iniciaram, ontem, no

ção das consuistas” — enfatizou a constituinte Lídice da Mata (PC do B/BA).

frente. “Para mudar o texto ao segundo turno, a falta de quorum poderá se trans-

Correio Braziliense, em 21/7/88.

Apoio: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM

Título originário de cartaz produzido pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo



Jornal da Constituinte

Órgão oficial de divulgação da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, de 17 a 23 agosto de 1987 — Nº 12

PORTE PAGO
DR — BSB
ISR-47-331/86

ADIB/Roberto Stockert

O povo emenda a Carta

São 12 milhões de brasileiros que, através das emendas populares, ajudam a fazer a futura Constituição. Metade desse número elegeu um Presidente em 1961. O povo assume diretamente a construção do seu novo país.

(Páginas 14 e 15)



Entrega das emendas populares

As emendas populares foram entregues no início de agosto de 1987, sendo realizado um grande ato na frente do Congresso Nacional no dia 13/8/87.



Ato da entrega das emendas populares, em 12/8/87.



Ato da entrega das emendas populares, em 12/8/87.



Ato da entrega das emendas populares, em 13/8/87.



O povo veio ao Congresso, e os parlamentares foram às ruas.

Deputado Lula (PT - SP) no ato da entrega de emendas populares, em 13/8/87.



Deputado Ulysses Guimarães, s/d.



**POR UMA NOVA ORDEM
CONSTITUCIONAL**

declaração pastoral

“35. A ação dos cristãos durante o funcionamento da Assembléia Constituinte é tão importante quanto nas etapas anteriores. Os trabalhos dos constituintes devem ser acompanhados e o povo precisa continuar a influir junto à Assembléia.”

Ponto 35 da Declaração Pastoral.

**MANUAL
DA**



PARTIDO D

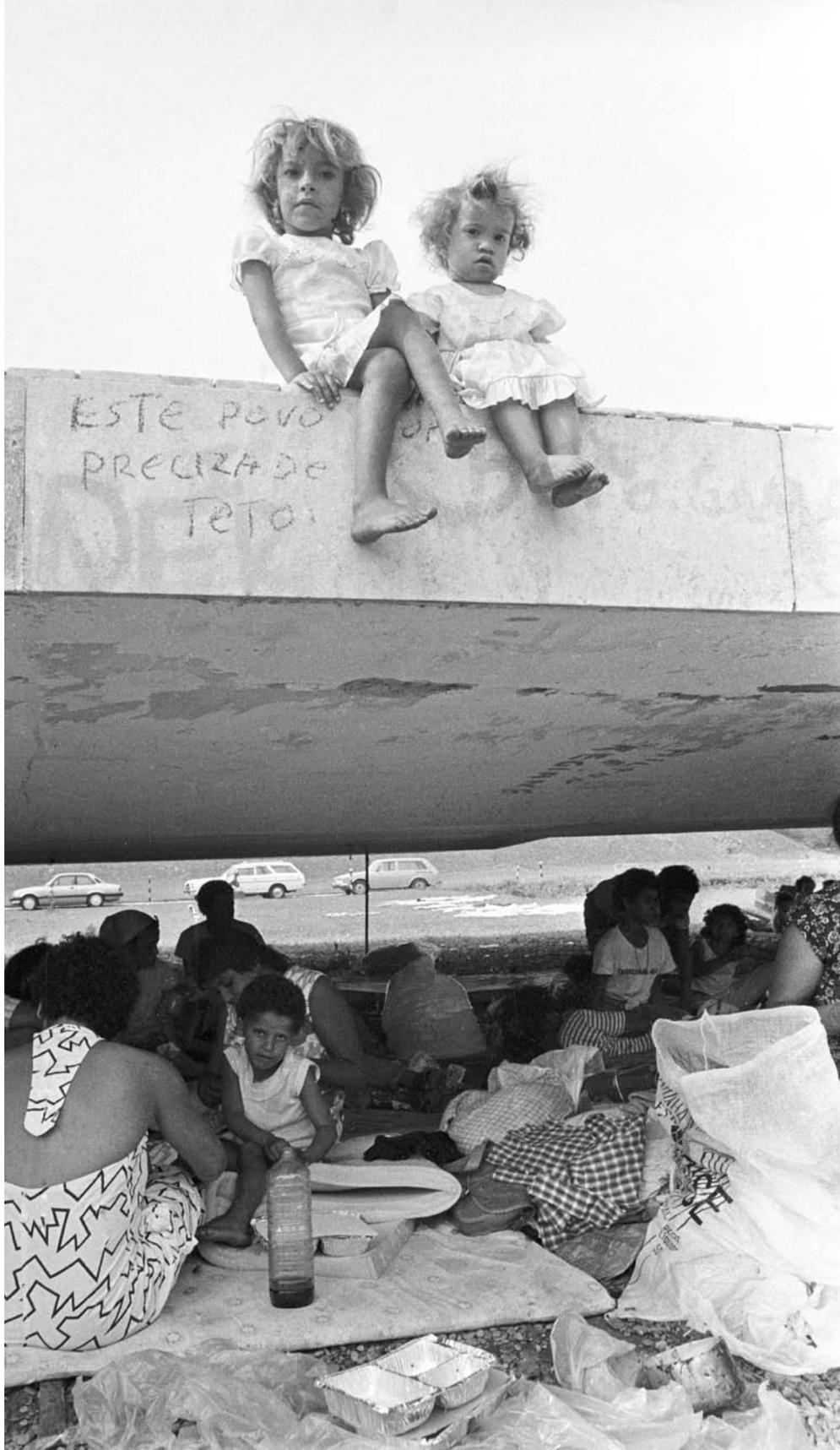
**COMISSÃO CONSTITUCIONAL
GABINETE DA LIDERANÇA NA ASSEMBLÉIA**

UFSM

*projeto
Universidade
&
Constituinte*

**Cartilha da
Constituinte**

Muitas entidades e partidos prepararam cartilhas para informar seus membros e orientar a intervenção na Constituinte.



Populares morando sob a rampa do Congresso Nacional, em 18/9/87.

Paralelamente às manifestações organizadas por entidades, outros segmentos sociais foram atraídos pelo intenso movimento no Congresso Nacional produzido pela Constituinte.



Manifestantes entrando no Congresso, em 12/8/87.

Manifestações no interior do Congresso Nacional

Os manifestantes não ocuparam apenas as ruas e a Esplanada em frente ao Congresso, mas invadiram os corredores da Câmara e do Senado, por todas suas entradas, buscando ser ouvidos pelos constituintes.



Multidão invade os corredores, em 12/8/87.



Manifestação de jornalistas, s/d.



Manifestação de funcionários públicos demitidos, em 25/5/88.

A diversidade de grupos organizados ficava nítida nas formas pelas quais buscavam dar visibilidade às suas demandas. Bandeiras, faixas, camisetas com slogans de campanhas específicas, manifestações artísticas, bonecos, cartazes e adesivos compunham os signos das manifestações.



Manifestantes no corredor de acesso ao plenário, s/d.



Manifestação de professores, em 22/4/88.



Manifestação de metalúrgicos, em 3/8/87.



Manifestantes das Comunidades Eclesiais de Base, em 4/8/87.

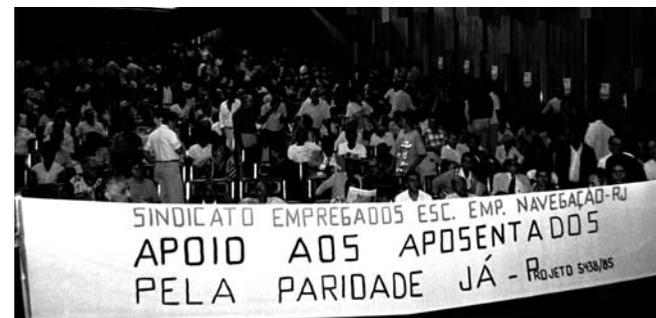
Grande número de entidades e movimentos se fez presente ao longo da Constituinte.



Manifestação de estudantes no interior da Câmara dos Deputados, em 17/5/88.



Manifestação a favor do ensino público e gratuito, s/d.



Manifestação de aposentados, em 27/9/87.



Manifestação de portadores de necessidades especiais, em 30/4/87.

Manifestação de donas-de-casa, em 4/8/87.



Encontro de Constituintes e vereadores, em 15/6/87.



Diversas bandeiras na mesma manifestação, em 12/8/87.



Deficientes visuais em greve de fome pelo direito ao trabalho, s/d.



Presidente Ulysses Guimarães com trabalhadoras domésticas, s/d.



Manifestação de mulheres, s/d.



Encontro de trabalhadoras rurais, s/d.



Manifestação de microempresários, em 21/6/88.



Arquivo do Museu da República

Defesa da pequena indústria

A mobilização social em torno da elaboração da nova Carta fez com que também os grupos empresariais buscassem conferir visibilidade às suas demandas, utilizando faixas, cartazes e outros tipos de recursos e mobilizando os interessados.



Manifestação a favor da liberdade de propaganda, em 12/8/87.



Faixas no plenário, 24/8/88.

Faixas e cartazes eram usados para manifestar posições.



Encontro de aposentados, em 28/9/87.

Brasil

A sombra do quepe

Num pronunciamento duro, o ministro Leônidas ataca a Constituinte e levanta o espantinho da crise militar diante do governo



Leônidas, no Dia do Soldado, entre Sarney e Ulysses: a pior crise militar

Às 11 da manhã da última quinta-feira, quando 26 ministros e os líderes da Aliança Democrática se reuniram em torno do presidente José Sarney na mesa oval do Planalto, o governo tinha um problema a resolver — o controle de suas contas. Encerrado o encontro, no entanto, aquele governo que chegou ao Planalto nos ombros da campanha por eleições diretas estava diante de uma dificuldade de outra natureza, mais forte e, principalmente, mais temível — a sombra do quepe dos comandantes militares. A reunião estava chegando a seu final quando o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, pediu a palavra e começou a ler um discurso que trouxera datilografado. Leônidas não chegou a falar 10 minutos. Quando encerrou seu pronunciamento, porém, a Constituinte sofrera seu mais duro ataque desde que foi inaugurada, sete meses atrás.

Meticuloso, o ministro Leônidas armou sua investida contra dois alvos bem definidos. Num deles, se acumulam problemas que irritam os comandantes militares desde que a Constituinte se reuniu pela primeira vez, como a anistia, por exemplo. No outro, a ambição era maior: atingir o próprio projeto de Constituição que, na véspera, o deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, havia entregue ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte. Para condenar a anistia, o ministro do Exército valeu-se dos argumentos econômicos que haviam circulado na primeira parte da reunião de ministros, lembrando o rombo nas contas do governo. "Os senhores podem contar, para acrescentar no déficit público, a partir do momento em que isto for dado, uma quantia da ordem de 50 bilhões de cruzados", afirmou Leônidas. O golpe mais contundente, no entanto, foi uma carga de chumbo verbal sobre a atuação dos 559 parlamentares encarregados de elaborar a nova carta de leis para o país.

VEJA, 2 DE SETEMBRO, 1987

Setores militares também procuraram exercer pressão sobre a Constituinte.

MILITAR

O ex-candidato à presidência da República, general Euler Bentes Monteiro — que teve como vice-presidente Paulo Brossard na sucessão do general Ernesto Geisel — defendeu ontem na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, a idéia de reformulação do atual papel constitucional das Forças Armadas. Caso contrário, alertou o general da reserva, "os militares continuarão se colocando acima dos três poderes e acima do próprio Estado, em situações de crise".

O Estado de S. Paulo, 6/5/87.

Os constituintes ouviram reivindicações de diversos setores da sociedade.



Senador Mário Covas com empresários da Confederação Nacional do Comércio, em 23/2/88.



Deputado Bernardo Cabral com lideranças sindicais, s/d.



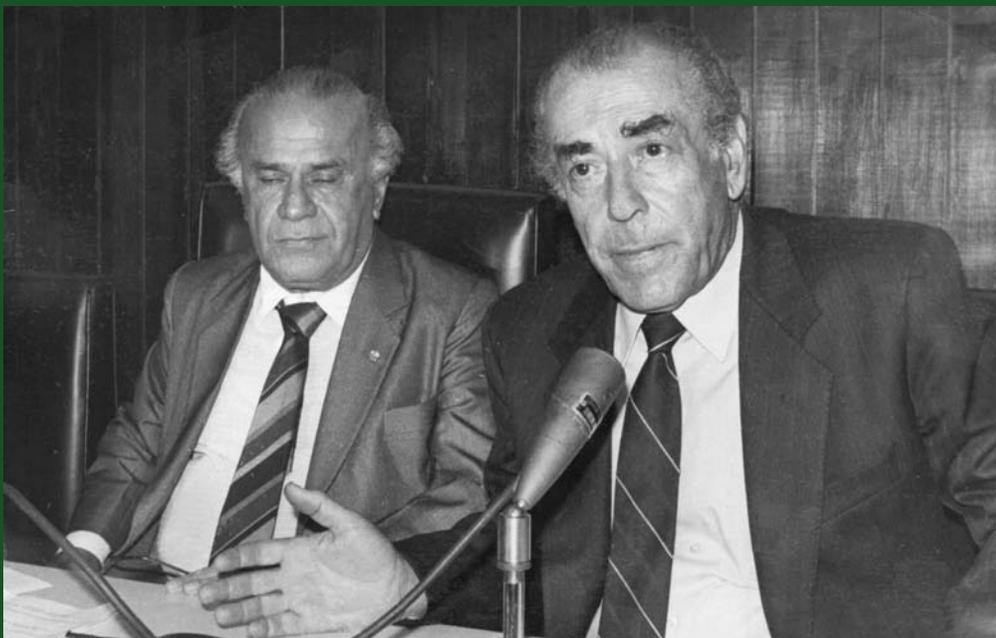
Defensores da Aviação Civil expõem reivindicações, s/d.

Personalidades públicas

As mais diferentes personalidades e lideranças políticas, sociais e culturais visitaram o Congresso Nacional para exercer pressão sobre os constituintes e destacar as lutas que apoiavam. Políticos cassados pelo regime autoritário foram recebidos pelos constituintes e deram depoimentos.



Miguel Arraes, então governador de Pernambuco, é recebido no Congresso, s/d.



Leonel Brizola, então governador do Rio de Janeiro, participou de debate, s/d.



Herbert de Souza em manifestação a favor da emenda que proibia a comercialização de sangue, s/d.

O SR. RAIMUNDO BEZERRA (PMDB - CE) Sr Presidente, dizia que hoje demos ao Brasil uma política racional de saúde. Mas é preciso que estejamos atentos para algo que nos ameaça e que talvez se transforme na maior tragédia do século XX, maior, talvez, do que a da Primeira e da Segunda Guerra Mundiais e das explosões de Hiroshima e Nagasaki. Refiro-me, Sr. Presidente, à AIDS, cujo vírus tem, como um de seus veículos, o sangue e seus derivados, através das transfusões, elementos que são necessários à sobrevivência de milhões de pessoas, mas que agora ameaçam toda a humanidade. Por isso trouxemos, para a apreciação desta Casa, emenda de fusão assinada pelo grande médico, professor e líder do governo Carlos Sant'Anna. S. Exa., ex-ministro da Saúde, conhece bem os problemas desta área no Brasil e se faz presente porque acredita ser necessária uma vigilância, bem como um freio maior do uso do sangue e seus derivados, para que possamos controlar a contaminação e a transmissão da AIDS."

(Encaminhamento da votação de emenda sobre a comercialização de sangue. DANC, 18/5/88, pg. 10459)

Personalidades públicas integraram-se aos movimentos e se fizeram presentes no Congresso.

Os pleitos de grupos específicos foram levados por manifestantes aos constituintes, e novos temas foram efetivamente incorporados ao texto constitucional.



Artistas pedem justiça social

Os artistas, técnicos e os produtores da área cultural, em ofício aos constituintes, reivindicam a manutenção no texto da Carta dos direitos individuais, coletivos e sociais, previdência social e de educação, em benefício das classes menos favorecidas

Jornal da Constituinte, vol. 395, nº 56, p. 16.

ADIRP/ Benedita Passos



Grande Otelo foi homenageado em sessão solene, no plenário da Constituinte

A arte da política abraça a arte da vida

Quando a arte de Grande Otelo abraçou a arte de Ulysses Guimarães — esse representando a arte da política — o que estava acontecendo?

A realidade estava envolvida com a ficção? Qual o papel da política, enquanto arte?

É mais fácil raciocinar no sentido oposto: a arte de representar, o teatro, a música, a plástica, a mímica, dão a dimensão da vida. Um grande ator como Grande Otelo já fez quase todos os papéis de um brasileiro: o bicheiro, o pobre, o malandro, o trabalhador, o mutante. Já fez papéis mundiais, pois a vida não é privilégio nosso. O papel do presidente de uma Assembleia Constituinte, do político Ulysses Guimarães, é criar meios para que a vida imite a arte: que seja rica de alegria, de felicidade, sem eliminar suas contradições.

O papel da política abraçando a arte de Otelo é o de tentar representá-la. A política é um instrumento de promover a convivência entre os homens. A arte, no seu sentido mais óbvio, é a representação do que a política não consegue e não pode: domesticar os homens.

A arte da política e a arte de viver se associam quando buscam a liberdade. No caso de Otelo, enquanto ator de teatro e cinema, sua luta é pela liberdade de expressão.

Enquanto ator da cena brasileira, é cidadão que viveu e vive dias duros, à espera de que a arte da política venha redimir tanta miséria.

Se o plenário da Constituinte fosse um palco e Otelo estivesse trabalhando, seria claro ver que o Brasil encenava a sua perplexidade: a arte da vida anda ávida de soluções a serem oferecidas pela arte da política.

Quando a arte da política abraça a arte da vida é sinal de que o país começa a se encontrar. Ainda que aos prantos.

Ronaldo Paixão

5

*A assembleia redige
e vota as propostas*



Entrega do Projeto da Comissão de Sistematização, em 19/7/88.

Os constituintes tomaram uma decisão arrojada ao início dos trabalhos: não houve anteprojeto de constituição que orientasse a elaboração da nova Carta. O texto foi construído partindo dos trabalhos das subcomissões, depois das comissões e por fim reunido na Comissão de Sistematização, num processo que foi chamado de “construir a aeronave em pleno vôo”.



Fila para entrega dos requerimentos de destaque nas votações. Durante a Constituinte, mais de cinco mil destaques foram apreciados pelos parlamentares.

Os princípios, direitos e garantias que os constituintes e os grupos sociais procuraram inscrever na Carta Magna tomaram a forma de projetos, emendas, substitutivos, destaques. Os números envolvidos tomaram dimensão impressionante.

OS NÚMEROS DA CONSTITUINTE

1ª FASE

A Assembléia Nacional Constituinte iniciou seus trabalhos no dia 1º de fevereiro de 1987. Até 24 de março desse mesmo ano foi elaborado e aprovado o seu Regimento Interno.

2ª FASE

Em seguida foram iniciadas as atividades das 24 subcomissões, apresentando a seguinte estatística:

Período: 7-4-87 a 25-5-87

Duração: 50 dias

Audiências públicas: 182

Emendas apresentadas aos anteprojetos: 6.417

Os documentos foram encaminhados ao Centro de Documentação e Informação para indexação e arquivamento.

3ª FASE

As oito comissões temáticas deram início a seus trabalhos em 26-5-87, concluindo-os em 15-6-87.

Total de emendas (comissões e subcomissões): 14.920

Total de anteprojetos (*idem*): 74

Documentos apreciados pelos relatores: 32.337 (incluindo-se aí 12.000 sugestões, sendo 9.653 de constituintes e 2.347 de entidades).

4ª FASE

Esta ficou por conta da Comissão de Sistematização e do Plenário, iniciando-se com o recebimento, em 17-6-87, dos anteprojetos oriundos das comissões temáticas. As atividades da Sistematização encerraram-se em 18-11-87.

Duração: 224 dias

Número de reuniões: 125

Textos produzidos para discussão, emendas e votação: 5

Emendas apresentadas em plenário: 35.111 (das quais 122 emendas populares).

5ª FASE

Votação em plenário do projeto "A", em 1º turno, que foi de 27-1-88 a 30-6-88. A reforma do Regimento Interno, pela Resolução nº 3, em 5-1-88 possibilitou a apresentação de novas emendas e destaques.

Total de emendas: 2.045

Total de destaques: 2.277

Sessões do 1º turno: 119

Votações: 732

Tempo de trabalho: 476 horas e 32 minutos

Destaques apreciados e votados: 2.277

Dispositivos: 1.812

6ª FASE

Da matéria aprovada resultou o projeto "B", cujo período de votação no plenário correu entre os dias 1º-9-88 a 2-9-88:

Emendas oferecidas: 1.834

Destaques: 1.744

Total de sessões: 38

Dispositivos contidos no projeto: 2.059

7ª FASE

Projeto "C" à redação final, na Comissão de Redação.

Emendas de redação apresentadas: 833

Destaques: 733

Sessões realizadas: 8 (dias 13, 14, 19 e 20-9-88)

RESUMO

Nº de dias em que foram realizadas sessões plenárias: 309

Nº de sessões plenárias: 330

Subcomissões e Comissões temáticas

(7-4 a 15-6-87) 2 meses e 9 dias

Comissão de Sistematização

(9-4 a 18-11-87) 7 meses e 14 dias

PLENARIO

a) Instalação até o início da discussão e votação do 1º turno

(1º-2-87 a 27-1-88) . 11 meses e 26 dias

b) 1º Turno

(27-1-88 a 30-6-88) . 5 meses e 4 dias

c) 2º Turno

(1º-7 a 2-9-88) . 2 meses e 3 dias

d) Redação Final (Projeto "C")

(13-9 a 22-9-88) 5 dias

O total de horas trabalhadas equivale a 1 ano, 11 meses e 1 dia, com carga diária de 4 horas, ininterruptas.



Mesa da Assembléia, em 30/8/88.

Durante as discussões e votação, a Mesa Diretora era constantemente procurada para resolver e encaminhar as mais diversas questões.



Deputados Plínio de Arruda Sampaio (PT - SP) e Roberto Freire (PCB - PE) examinam o texto na Comissão de Redação Final, em 30/9/88.



Deputado Carlos Sant'Anna, em 6/8/87.



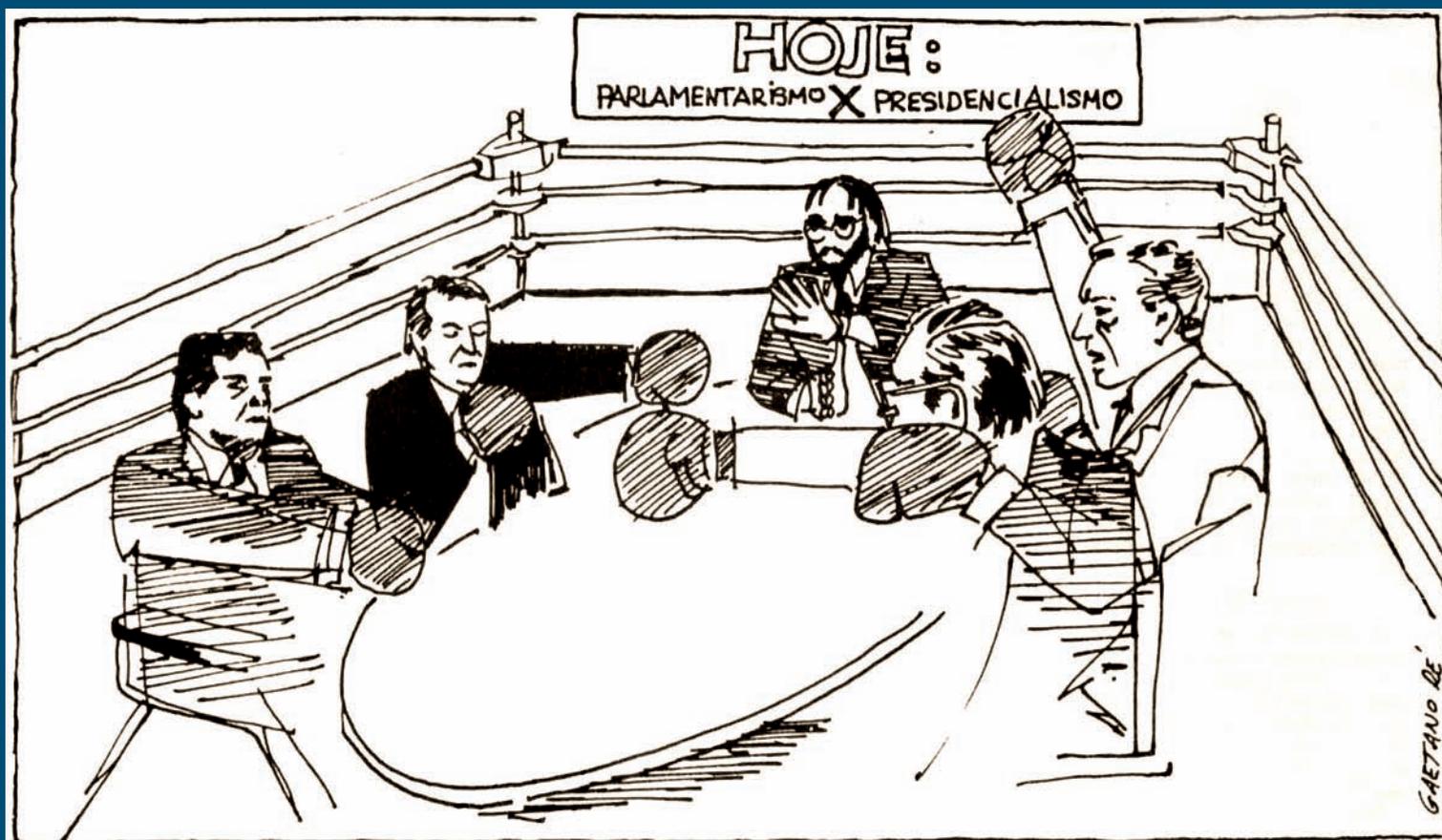
Deputados na Comissão de Sistematização, em outubro de 1987.

A dimensão do processo traduzia-se em projetos muito longos, com centenas de emendas, tornando o trabalho legislativo árduo e cansativo.



Apesar do uso de computadores na época, grande parte do trabalho de planejamento e acompanhamento de votações era feito manualmente.

Senador Mauro Benevides e deputados Plínio de Arruda Sampaio e Amaral Netto analisam horários e datas das sessões da ANC. s/d.



Charge *Jornal da Constituinte*, vol. 354, nº 14, p. 4.

Polêmicas e embates

No plenário, alguns temas foram consensuais, outros foram disputados renhidamente. A seguir são exibidos registros de algumas das decisões que polarizaram a Assembléia.



O painel de votação no dia da apreciação da emenda do parlamentarismo, em 22/3/88.

Presidencialismo x parlamentarismo

A decisão sobre o sistema de governo foi disputada passo a passo. O parlamentarismo venceu na Comissão de Sistematização, mas foi derrotado em Plenário, numa votação emocionante, em que estavam todos os 559 constituintes presentes.



Deputados do Centrão com cartaz, em dia de importante votação, em 9/12/87.



Reunião do Centrão, s/d.

Reforma do Regimento

Em novembro de 1987, aproximando-se o momento das votações em Plenário, houve uma verdadeira revolta quanto à condução dos trabalhos. Um grupo, que passou a se denominar de “Centrão”, reunindo representantes dos partidos conservadores e uma parte do PMDB, lutou por uma reforma regimental, obtendo uma mudança radical das normas do jogo. O principal problema era que o Regimento dava ao texto votado pela Comissão de Sistematização a preferência na votação das propostas: para alterar o texto aprovado na Comissão, onde o quórum mínimo era 47 votos, seria necessário reunir 280 votos em Plenário. As batalhas em torno da reforma duraram quase dois meses, ao final dos quais foi decidido que seria possível apresentar novas emendas e que os textos que reunissem maioria de votos teriam a preferência no momento da votação.



Plenário em votação que deu vitória ao Centrão, 10/12/87.



Manifestação nas galerias divide partidários dos quatro e dos cinco anos, s/d.

Mandato do Presidente Sarney: 4 ou 5 anos

O movimento das Diretas-Já em 1984 havia sido frustrado, e a eleição do presidente da República deu-se pelo Colégio Eleitoral. José Sarney, eleito vice-presidente, assumiu a Presidência, após a morte de Tancredo Neves, para mandato de seis anos.

O encurtamento de seu período à frente do governo para quatro anos implicava eleições diretas para presidente logo após a Constituinte, o que era considerado por setores importantes da sociedade como um passo fundamental para a democratização do país. Os setores que apoiavam Sarney, por sua vez, defendiam que cinco anos já era uma redução do mandato original de seis anos.



Parlamentares manifestam suas preferências por meio de adesivos, em 24/5/88.



Plenário na votação da duração do mandato do presidente Sarney, em 25/5/88.

Definição de empresa nacional

No capítulo da ordem econômica houve uma contenda acirrada em torno da definição de empresa nacional. Os setores nacionalistas obtiveram uma vitória ao estabelecer no texto da Constituição uma fronteira nítida entre empresas nacionais e estrangeiras, de forma a assegurar às primeiras uma situação diferenciada.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT — RJ) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vimos encaminhar a votação deste Capítulo em nome do PDT, do PT, do PC do B, do PSB e do PCB, que depois terá a complementação do nobre Constituinte Mário Covas.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vamos votar, neste Capítulo, o coração da Constituição, aquele conjunto de dispositivos que regulam as relações entre o capital nacional e o capital estrangeiro, que definem o papel do Estado na economia como prestador de serviços públicos, como regulador e controlador das atividades econômicas, e como agente produtivo.

Trecho do discurso do Deputado Luis Salomão (PDT - RJ), DANC, 27/4/88, p. 9881.



Empresários nas galerias, em 27/4/88.



Votação da definição de empresa nacional, em 27/4/88.



Mesa durante a votação de dispositivos relacionados à Reforma Agrária, em 10/5/88. Ao lado do presidente Ulysses, à direita, o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins de Oliveira.

Reforma agrária

A distribuição de terras por reforma agrária foi um dos temas mais debatidos na Constituinte, acompanhado com paixão em todas as fases, tanto pelo movimento dos sem-terra como pelo dos proprietários rurais. As batalhas mais disputadas se deram em torno da possibilidade de desapropriação das propriedades produtivas, matéria onde se deu vitória dos proprietários rurais.



A UDR comemora resultado favorável na votação, carregando nos braços seu presidente, Ronaldo Caiado, s/d.



Galerias, na votação de dispositivo relacionado à Reforma Agrária, em 10/5/88.



Plenário, em 1/9/88.



Plenário na madrugada do dia 2/9/88, após o encerramento da votação do texto constitucional.

O texto constitucional terminou de ser votado na madrugada do dia 2 de setembro de 1988. Foi a seguir encaminhado para a Comissão de Redação Final, que procedeu aos ajustes e correções necessários.



Mesa na madrugada do dia 2/9/88, após o encerramento da votação do texto constitucional.

6

*A promulgação
da nova Carta*



Sessão de promulgação da Constituição, em 5/10/88.

Após dezenove meses de trabalho entre impasses, acordos e incertezas, a Assembléia Nacional Constituinte promulgou a nova Carta no dia 5 de outubro de 1988. Desde então, vinte anos completam já um ciclo único de estabilidade institucional no Brasil.



Entrada dos chefes dos três Poderes no Congresso Nacional, em 5/10/88.

Em uma cerimônia solene, a Sessão de Promulgação foi marcada pelo compromisso dos representantes dos três Poderes de submissão à nova ordem constitucional, um ritual que demarcava a ruptura com o regime autoritário.



Constituintes prestando juramento à Constituição, em 5/10/88.

“Prometo manter, defender, cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil”.

Compromisso prestado pelos constituintes, pelo presidente da República, José Sarney, e pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer.



Na Sessão de Promulgação da nova Carta, as galerias foram ocupadas por governadores, ministros de Estado e outras autoridades, em 5/10/88.



Os chefes dos três Poderes na Sessão de Promulgação, em 5/10/88.

A Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988 mostrou ser possível pensar o país e adotar medidas concretas a partir dos interesses e propostas de diferentes setores. A mobilização popular garantiu a inscrição de direitos fundamentais no novo texto. E o Parlamento brasileiro surgiu como um ator importante na tomada de decisões sobre os destinos do país, passo fundamental para a consolidação da democracia representativa entre nós.

Criticada, emendada, discutida, a Constituição Federal firmou-se como um parâmetro na luta política nacional, ora resgatada como conquistas a preservar, ora colocada como aspectos a superar. Sua promulgação estabeleceu as bases para a construção contínua e cotidiana de um projeto democrático para o país.



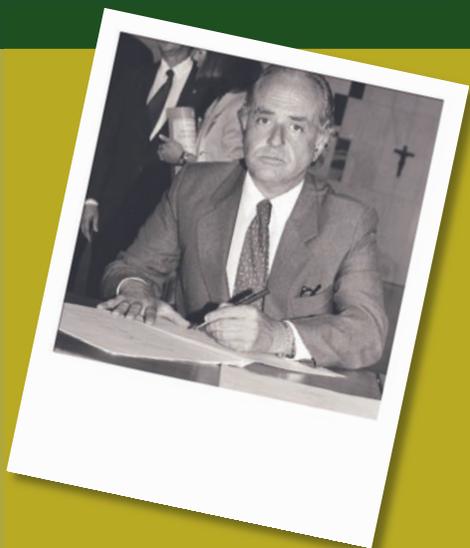
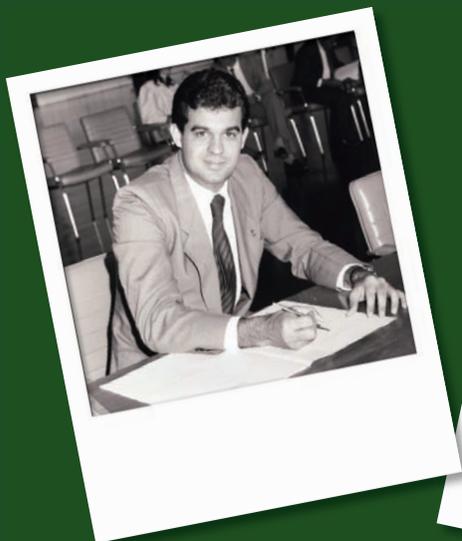


Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléa, consolidou-se como uma liderança fundamental no processo constituinte. Conduziu negociações e acordos, posicionou-se perante a sociedade em todos os momentos críticos e conferiu firmeza ao trabalho parlamentar para garantir a conclusão da nova Carta, cunhando a marca de que aquela era uma “Constituição Cidadã”.

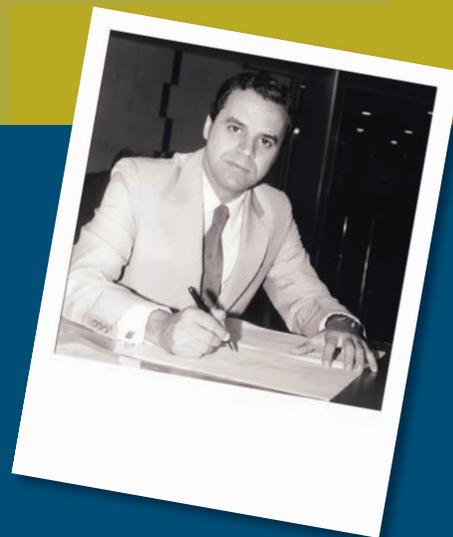
“O enorme esforço é dimensionado pelas 61.020 emendas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de um milhão de assinaturas, que foram apresentadas, publicadas, distribuídas, relatadas e votadas, no longo trajeto das subcomissões à redação final. A participação foi também pela presença, pois diariamente cerca de dez mil postulantes franqueavam, livremente, as 11 entradas do enorme complexo arquitetônico do parlamento, na procura dos gabinetes, comissões, galerias e salões. Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiras, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar. Como o caramujo, guardará para sempre o bramido das ondas de sofrimento, esperança e reivindicações de onde proveio.”

Ulysses Guimarães, no discurso na Sessão de Promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988

PELO ENSINO ESTAMOS ENLUTANDO
PÚBLICO E GRATUITO



Cinco exemplares da nova Constituição Federal foram assinados por todos os constituintes no dia da promulgação, permanecendo dois sob a guarda do Congresso Nacional (um na Câmara dos Deputados, outro no Senado Federal), um com a Presidência da República, um no Supremo Tribunal Federal e, por fim, um com o Arquivo Nacional.



aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias.

Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º

Art. 245. A lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito.

Brasília, 5 de outubro de 1988.

Ulysses Guimarães
 ULYSSES GUIMARÃES
 Presidente

Mauro Bénévides
 MAURO BENEVIDES
 1º-Vice-Presidente

Jorge Arbage
 JORGE ARBAGE
 2º-Vice-Presidente

Marcelo Cordeiro
 MARCELO CORDEIRO
 1º-Secretário

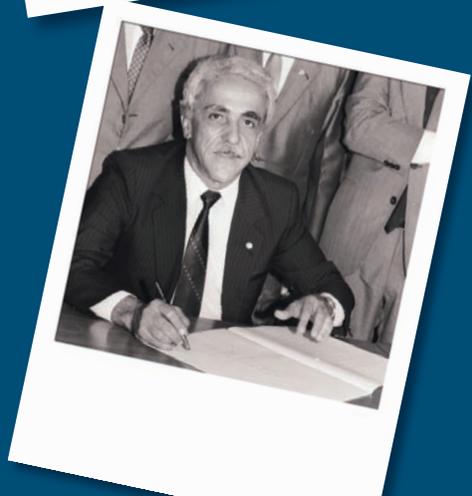
Mário Maia
 MÁRIO MAIA
 2º-Secretário

Arnaldo Faria de Sá
 ARNALDO FARIA DE SÁ
 3º-Secretário

Benedita da Silva
 BENEDITA DA SILVA
 1ª-Suplente de Secretário

Luiz Soyer
 LUIZ SOYER
 2ª-Suplente de Secretário

Sotero Cunha
 SOTERO CUNHA
 3ª-Suplente de Secretário





[Handwritten signature]
 BERNARDO CABRAL
 Relator Geral

[Handwritten signature]
 ADOLFO OLIVEIRA
 Relator Adjunto

[Handwritten signature]
 ANTONIO CARLOS KONDER
 Relator Adjunto

[Handwritten signature]
 JOSÉ FOGAÇA
 Relator Adjunto

[Handwritten signature]
 ABIGAIL FEITOSA

[Handwritten signature]
 ADALDO GOMES

[Handwritten signature]
 ADAUTO PEREIRA

[Handwritten signature]
 ADEMIR ANDRADE

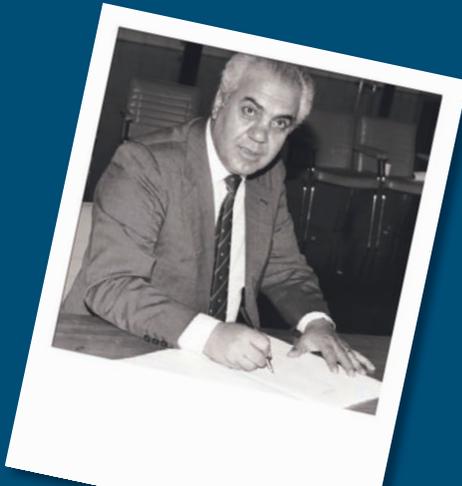
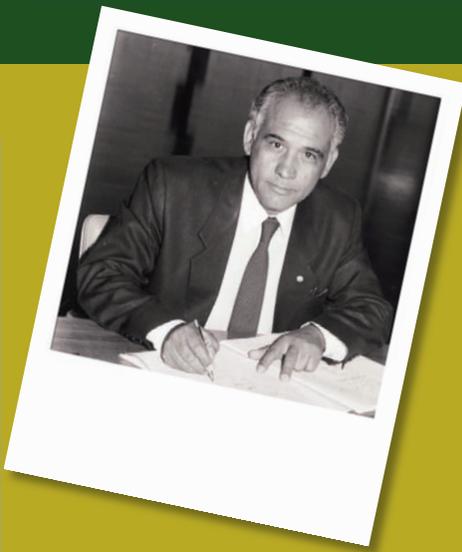
[Handwritten signature]
 ADHEMAR DE BARROS FILHO

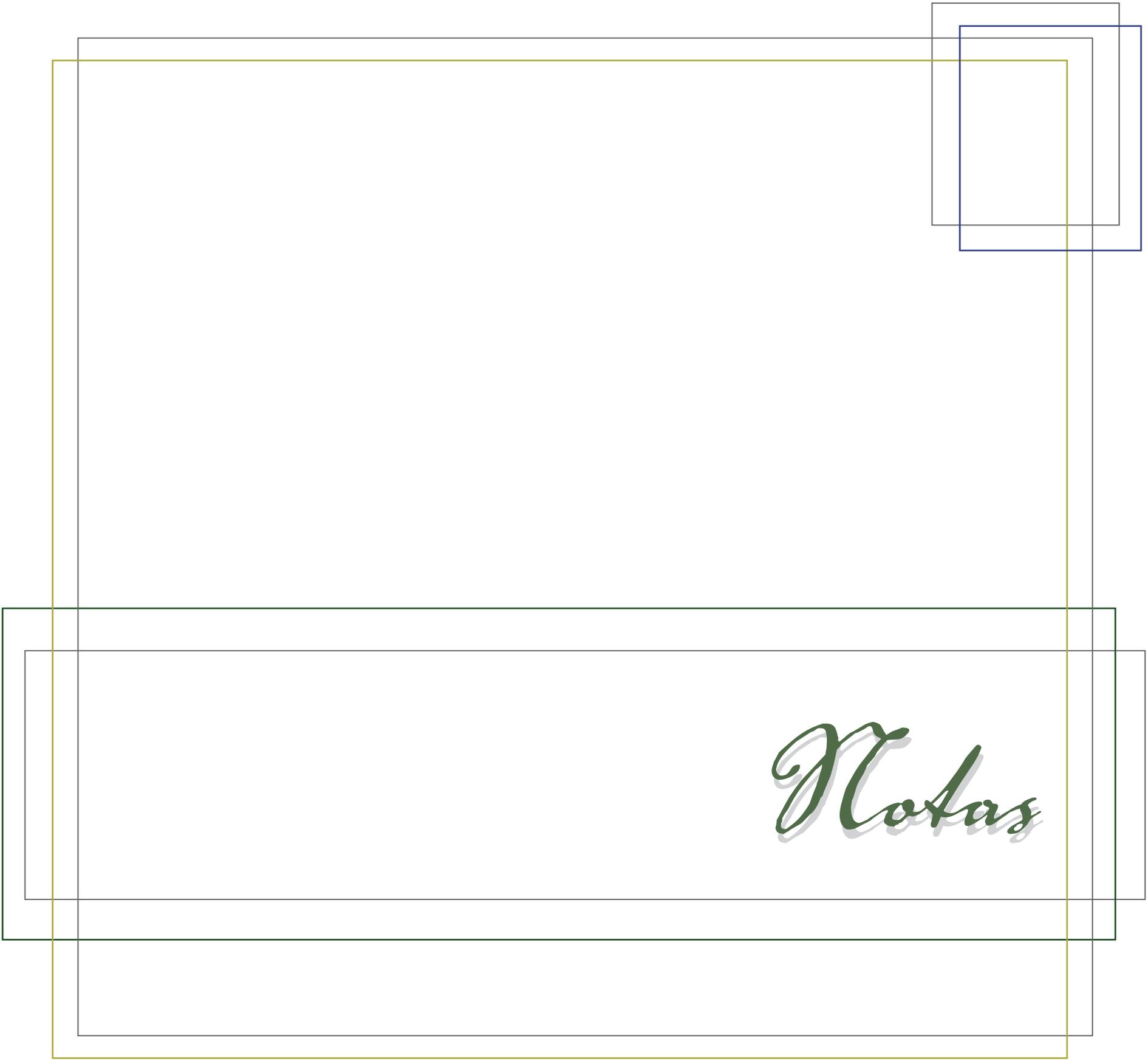
[Handwritten signature]
 ADROALDO STRECK

[Handwritten signature]
 ADYLSO MOTA

[Handwritten signature]
 AÉCIO DE BÓRBA

[Handwritten signature]
 AÉCIO NEVES





Notes

Capítulo 1 – A assembléia por dentro

- ¹ A emenda constitucional nº 27/85, que convocou a Assembléia, dispôs que esta seria uma Constituinte congressual, ou seja, a ANC e o Congresso Nacional funcionariam simultaneamente. Houve setores que defenderam uma Constituinte exclusiva, funcionando independentemente do Congresso Nacional, com parlamentares eleitos com a única finalidade de elaborar a nova Constituição. Depois da Promulgação da nova Carta, os mesmos representantes eleitos em 1986 continuaram a exercer normalmente o mandato parlamentar.
- ² Fonte: O Processo Constituinte 1987-1988. Coordenação editorial de Milton Guran. Brasília: Ágil, 1988. p. 192
- ³ GUEDES, Nair Barbosa. “Mulher, Participação Popular e Constituinte”. Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares. Carlos Michiles [et al.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 303.

Capítulo 2 – A assembléia debate

- ⁴ Na entrevista, concedida pelo senador ao CPDOC, o senador continua: “Quando eu desci da tribuna, assim meio estonteado (...), o Pereira Lima (...) me abraçou assim muito comovido e me disse: “Você derrubou o governo.” Eu disse: “Ah, não derrubei, que besteira e tal.” E ele: “Derrubou o governo. O governo não resiste a esse discurso.” Ele me disse isso.” (grifos nossos). As citações das entrevistas encontram-se em interessante artigo de Verena Alberti: “Idéias” e “fatos” na entrevista de Afonso Arinos de Melo Franco”. In ALBERTI, Verena. Ouvir Contar: Textos em História Oral. RJ: Editora FGV, 2004. pp.113 a 148.
- ⁵ Pronunciamento feito no Seminário Vinte Anos da Constituição Federal, realizado na Câmara dos Deputados em 10/6/2008.

Capítulo 3 – A assembléia dá a palavra à sociedade

- ⁶ Foram no total 192 audiências públicas. Uma lista de todas as audiências, em cada uma das subcomissões e comissões, pode ser consultada no livro “O processo histórico de elaboração do texto constitucional”, v. III, Mapa 5; Câmara dos Deputados, Brasília, 1993.
- ⁷ Conforme Monclaire, Stéphane. In: Seminário 15 anos da Constituição. Imprensa: Brasília. Senado Federal, Instituto do Legislativo Brasileiro, 2004.
- ⁸ In “O Processo constituinte”. Assembléia Nacional Constituinte, 1987-1988. Separatas de discursos, pareceres e projetos. nº 26.
- ⁹ Citado por LACERDA, Rosane. “A participação indígena no processo Constituinte”. Constituição e Democracia. nº 20, março de 2008. p. 17.

Notas

¹⁰“Os Trabalhos Desenvolvidos na Assembléia Nacional Constituinte – 1987-1988. A Constituição Federal de 1988”. Carta Mensal. Rio de Janeiro, v. 50, n. 589, abr. 2004. p. 37.

Capítulo 4 – A sociedade se faz ouvir

¹¹LACERDA, Rosane. “A participação indígena no processo Constituinte”. Constituição e Democracia. Nº 20, março de 2008. p. 17.

¹²“Participação Cidadã”, julho de 2005. www.brazil-brasil.com/content/view/1472/78.

¹³A experiência dos comunistas na Constituinte de 1987/88. Informe apresentado por Haroldo Lima e aprovado no 7º Congresso do PC do B, realizado em 1988 em São Paulo. www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1988b.asp, consultado em 12/10/2007.



Bibliografia

Bibliografia

- Assembléia Nacional Constituinte, 1987: repertório biográfico dos membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987.
- CABRAL, Bernardo. “Os trabalhos desenvolvidos na Assembléia Nacional Constituinte – 1987-1988. A Constituição Federal de 1988”. Carta Mensal. RJ, v. 50, n. 589, abr. 2004.
- COELHO, João Gilberto Lucas. A nova Constituição. Avaliação do texto e perfil dos constituintes. Coordenação: Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, INESC. RJ: Revan, 1989.
- Contos da Câmara: depoimentos de servidores nos 180 anos do Legislativo. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.
- FLEISCHER, David. “Perfil sócio-econômico e político da Constituinte”. O processo constituinte 1987-1988 : documentação fotográfica : a nova constituição / [coordenação editorial: Milton Guran ; documentação fotográfica por André Dusek ... et al.]. Brasília : Agil, 1988
- GOMES, Sandra. “O impacto das regras de organização do processo legislativo no comportamento dos parlamentares: um estudo de caso da Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988).” Dados, vol. 49, nº 1, Rio de Janeiro, 2006.
- GUEDES, Nair Barbosa. “Mulher, Participação Popular e Constituinte”. Cidadão Constituinte: a saga das emendas populares. MICHILES, Carlos [et al.]. Cidadão constituinte: a saga das emendas populares. RJ: Paz e Terra, 1989
- LACERDA, Rosane. “A participação indígena no processo Constituinte.” Constituição e Democracia. Nº 20, março de 2008.
- LIMA, Haroldo. “A experiência dos comunistas na Constituinte 1987/88”. Informe apresentado por Haroldo Lima e aprovado no 7º Congresso do PC do B, realizado em 1988 em São Paulo. www.vermelho.org.br/pcdob/80anos/docshists/1988b.asp.
- JOBIM, Nelson Azevedo. “A Constituinte vista por dentro – vicissitudes, superação e efetividade de uma história real”. SAMPAIO, José Adércio Leite. Quinze Anos de Constituição. Belo Horizonte, Del Rey: 2004.
- MICHILES, Carlos [et al.]. Cidadão constituinte: a saga das emendas populares. RJ: Paz e Terra, 1989.
- OLIVEIRA, Mauro Márcio. Fontes de informações sobre a Assembléia Nacional Constituinte de 1987: quais são, onde buscá-las e como usá-las. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1993.

- OLIVEIRA, Paulo Afonso Martins de. O Congresso em meio século. Depoimento a Tarcísio Holanda. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.
- O processo constituinte 1987-1988 : documentação fotográfica : a nova constituição / [coordenação editorial: Milton Guran ; documentação fotográfica por André Dusek ... et al.]. Brasília : Agil, 1988
- O processo histórico da elaboração do texto constitucional: mapas demonstrativos / trabalho elaborado por Dilson Emilio Brusco e Ernani Valter Ribeiro. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1993.
- PILATTI, Adriano. Constituinte de 1987-1988. Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo. RJ: Lúmen Júris, 2008.
- SILVA NETO, Casimiro Pedro da. A construção da democracia: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, as assembleias nacionais constituintes e do Congresso Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.
- Seminário dos 15 anos da Constituição Imprensa: Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2004
- SOUZA, Herbet. "Participação Cidadã", julho de 2005. www.brazil-brasil.com/content/view1472/78



Anexos

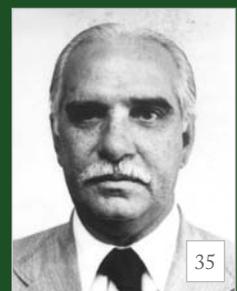
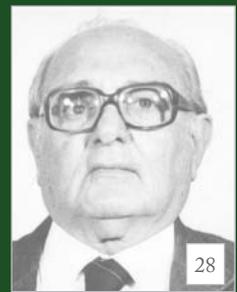
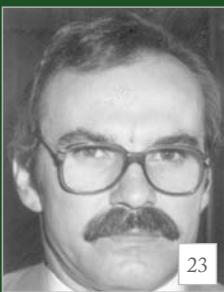
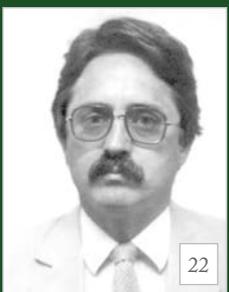
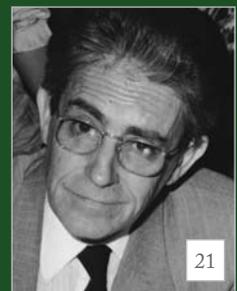
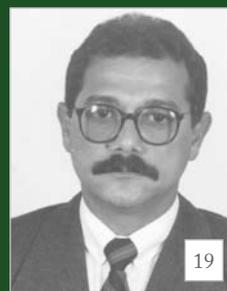
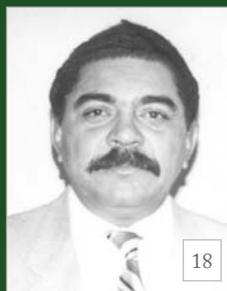
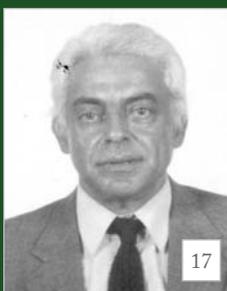
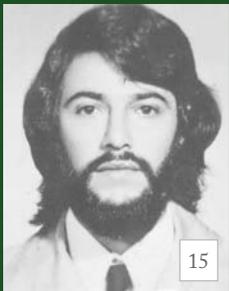
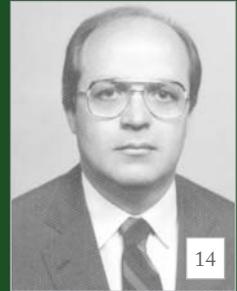
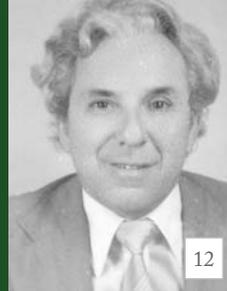
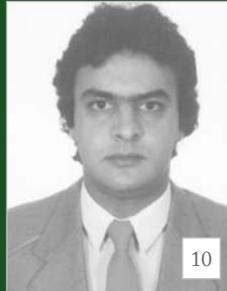
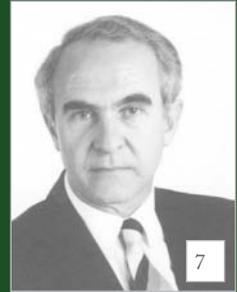
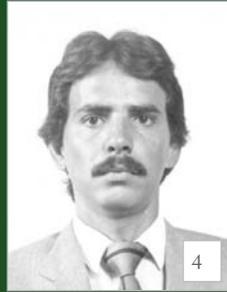
A lista de constituintes apresentada no presente livro é idêntica à da 26ª edição da Constituição Federal de 1988 publicada pela Câmara dos Deputados, atualizada em 2008, e inclui os parlamentares que detinham o mandato no ato da Promulgação da Carta e a assinaram; os que participaram dos trabalhos da Assembléia, mas não mais exerciam o cargo ao final dos trabalhos; e os que faleceram no período. As respectivas fotografias são as que constam nos bancos de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Anexo 1

Deputados constituintes

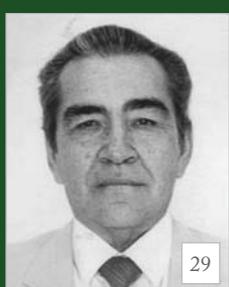
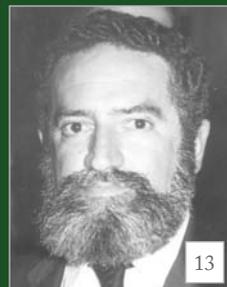
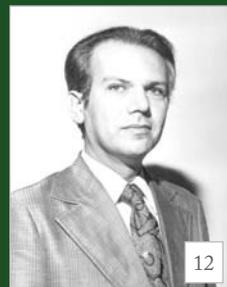
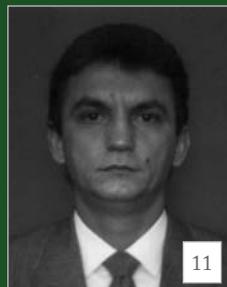
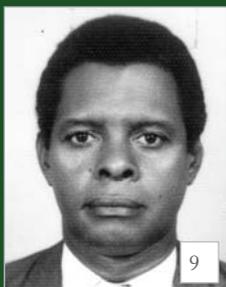
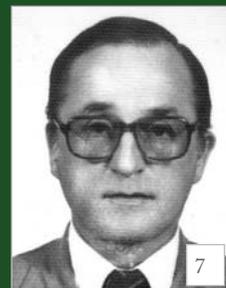
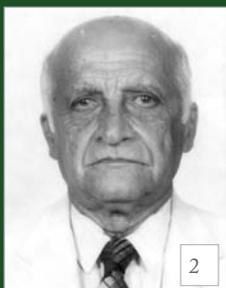
- 1) Abigail Feitosa
- 2) Acival Gomes
- 3) Aduino Pereira
- 4) Ademir Andrade
- 5) Adhemar de Barros Filho
- 6) Adolfo Oliveira
- 7) Adroaldo Streck
- 8) Adylson Motta
- 9) Aécio de Borba
- 10) Aécio Neves
- 11) Afif Domingos
- 12) Agassiz Almeida
- 13) Agripino de Oliveira Lima
- 14) Airton Cordeiro
- 15) Airton Sandoval
- 16) Alair Ferreira
- 17) Alarico Abib
- 18) Albérico Cordeiro
- 19) Albérico Filho
- 20) Alceni Guerra
- 21) Alcides Saldanha
- 22) Aldo Arantes
- 23) Alécio Dias
- 24) Alexandre Puzyna
- 25) Aloisio Vasconcelos
- 26) Aloysio Chaves
- 27) Aloysio Teixeira
- 28) Aluizio Campos
- 29) Álvaro Antônio
- 30) Álvaro Valle
- 31) Alysson Paulinelli
- 32) Amaral Netto
- 33) Amaury Müller
- 34) Amilcar Moreira
- 35) Ângelo Magalhães

Deputados constituintes



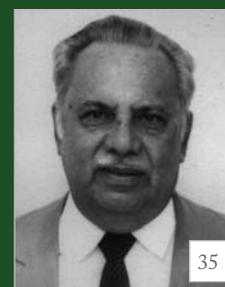
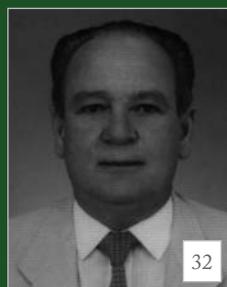
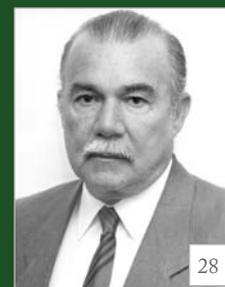
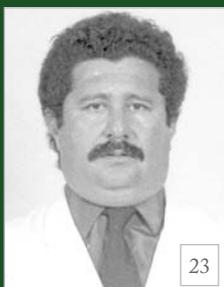
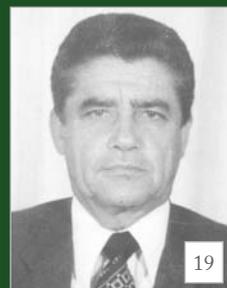
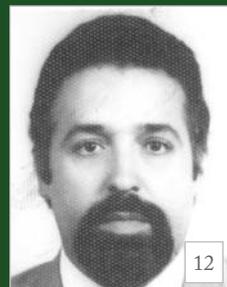
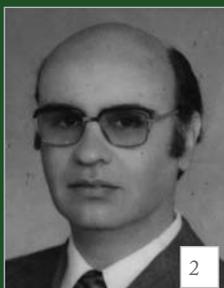
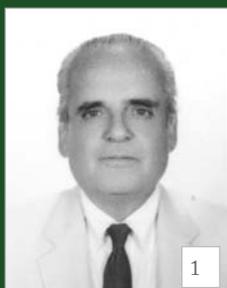
- 1) Anna Maria Rattes
- 2) Annibal Barcellos
- 3) Antero de Barros
- 4) Antônio Britto
- 5) Antônio Câmara
- 6) Antônio Carlos Franco
- 7) Antônio Carlos Konder Reis
- 8) Antonio Carlos Mendes Thame
- 9) Antônio de Jesus
- 10) Antonio Ferreira
- 11) Antonio Gaspar
- 12) Antonio Mariz
- 13) Antonio Perosa
- 14) Antônio Salim Curiati
- 15) Antonio Ueno
- 16) Arnaldo Faria de Sá
- 17) Arnaldo Martins
- 18) Arnaldo Moraes
- 19) Arnaldo Prieto
- 20) Arnold Fioravante
- 21) Arolde de Oliveira
- 22) Artenir Werner
- 23) Artur da Távola
- 24) Asdrubal Bentes
- 25) Assis Canuto
- 26) Átila Lira
- 27) Augusto Carvalho
- 28) Basílio Villani
- 29) Benedicto Monteiro
- 30) Benedita da Silva
- 31) Benito Gama
- 32) Bernardo Cabral
- 33) Bete Mendes
- 34) Beth Azize
- 35) Bezerra de Melo

Deputados constituintes



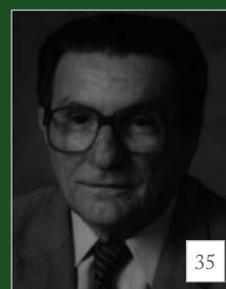
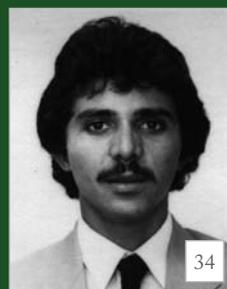
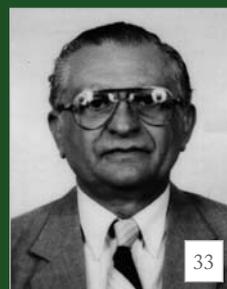
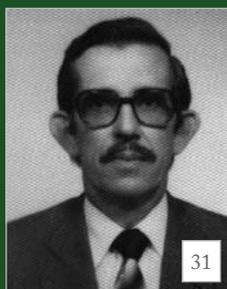
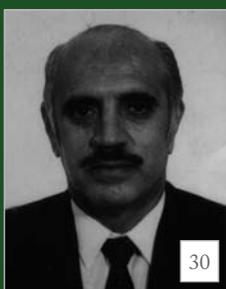
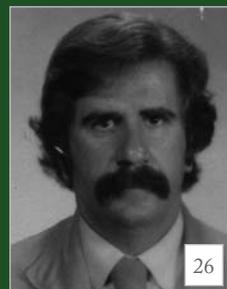
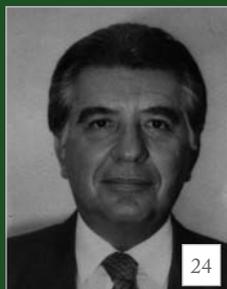
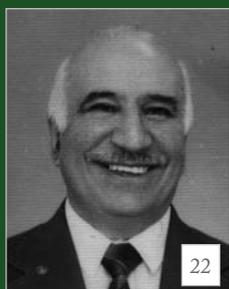
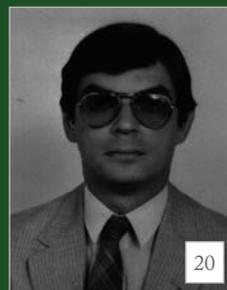
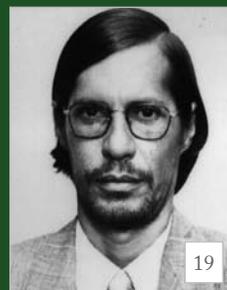
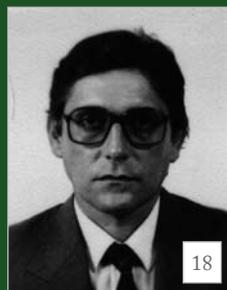
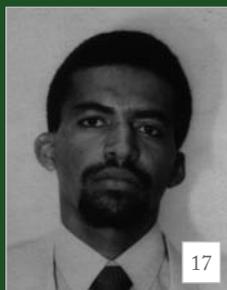
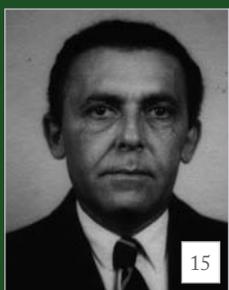
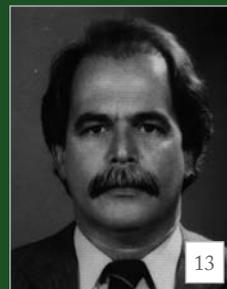
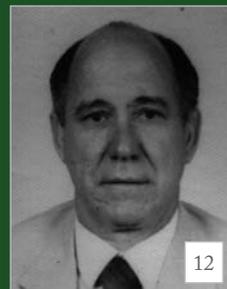
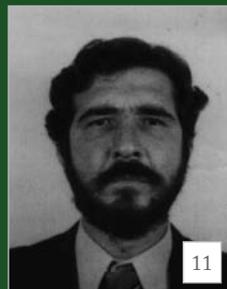
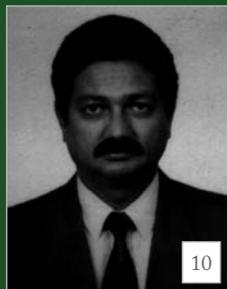
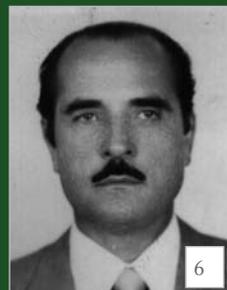
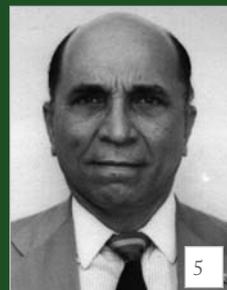
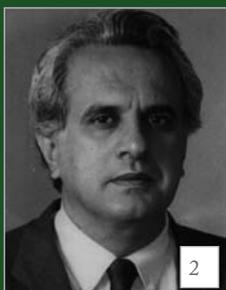
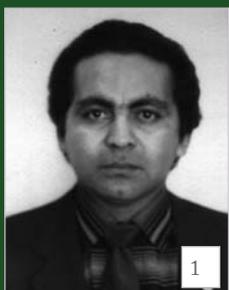
- 1) Bocayuva Cunha
- 2) Bonifácio de Andrada
- 3) Borges da Silveira
- 4) Bosco França
- 5) Brandão Monteiro
- 6) Caio Pompeu
- 7) Cardoso Alves
- 8) Carlos Alberto Caó
- 9) Carlos Benevides
- 10) Carlos Cardinal
- 11) Carlos Cotta
- 12) Carlos Mosconi
- 13) Carlos Sant'Anna
- 14) Carlos Vinagre
- 15) Carlos Virgílio
- 16) Carrel Benevides
- 17) Cássio Cunha Lima
- 18) Célio de Castro
- 19) Celso Dourado
- 20) César Cals Neto
- 21) César Maia
- 22) Chagas Duarte
- 23) Chagas Neto
- 24) Chico Humberto
- 25) Christóvam Chiaradia
- 26) Cid Carvalho
- 27) Cláudio Ávila
- 28) Cleonânicio Fonseca
- 29) Costa Ferreira
- 30) Cristina Tavares
- 31) Cunha Bueno
- 32) Dálton Canabrava
- 33) Darcy Deitos
- 34) Darcy Pozza
- 35) Daso Coimbra

Deputados constituintes



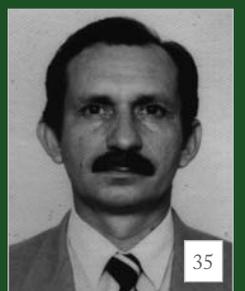
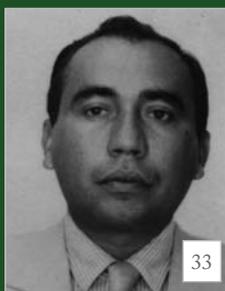
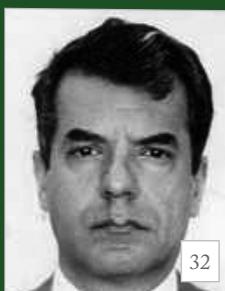
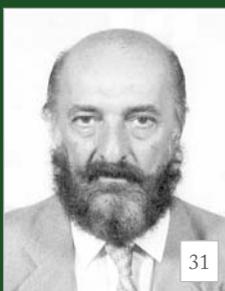
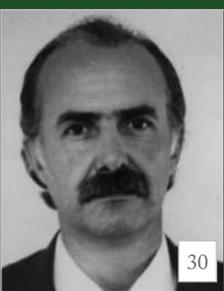
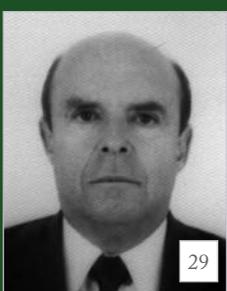
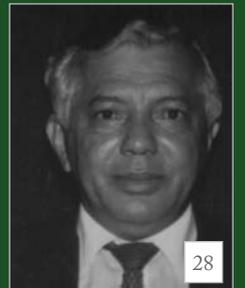
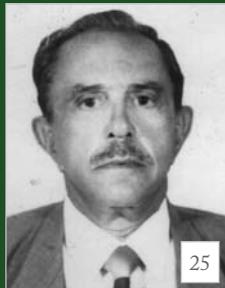
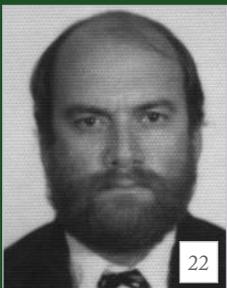
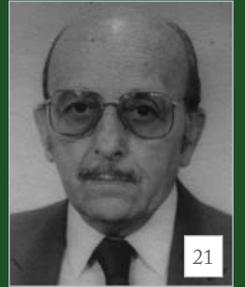
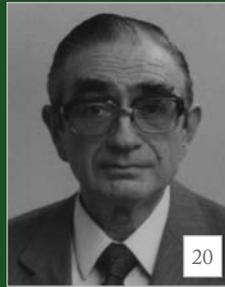
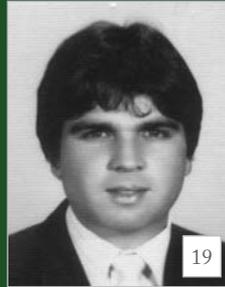
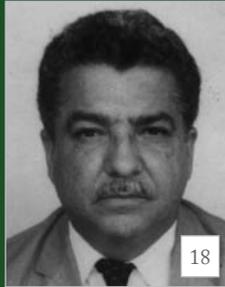
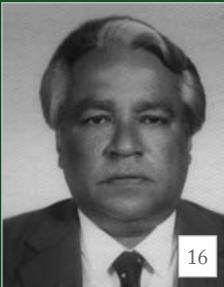
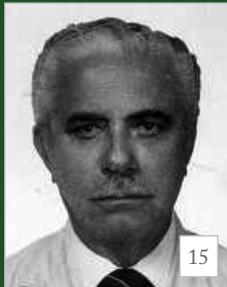
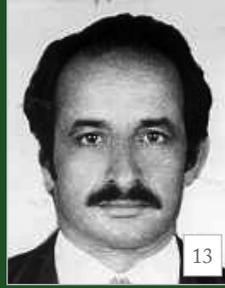
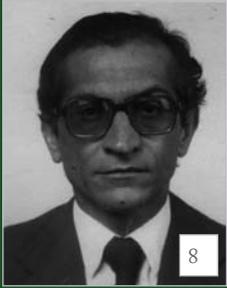
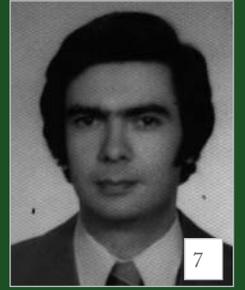
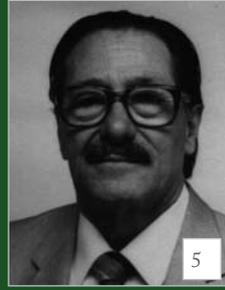
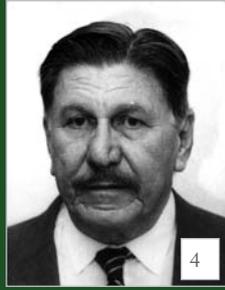
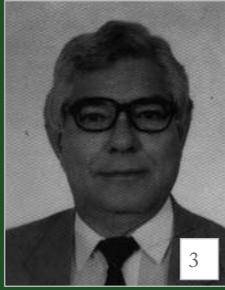
- 1) Davi Alves Silva
- 2) Del Bosco Amaral
- 3) Delfim Netto
- 4) Délio Braz
- 5) Denisar Arneiro
- 6) Dionisio Dal Prá
- 7) Dionísio Hage
- 8) Dirce Tutu Quadros
- 9) Djenal Gonçalves
- 10) Domingos Juvenil
- 11) Domingos Leonelli
- 12) Doreto Campanari
- 13) Edésio Frias
- 14) Edivaldo Holanda
- 15) Edivaldo Motta
- 16) Edme Tavares
- 17) Edmilson Valentim
- 18) Eduardo Bonfim
- 19) Eduardo Jorge
- 20) Eduardo Moreira
- 21) Egídio Ferreira Lima
- 22) Elias Murad
- 23) Eliel Rodrigues
- 24) Eliézer Moreira
- 25) Enoc Vieira
- 26) Eraldo Tinoco
- 27) Eraldo Trindade
- 28) Erico Pegoraro
- 29) Ervin Bonkoski
- 30) Etevaldo Nogueira
- 31) Euclides Scalco
- 32) Eunice Michiles
- 33) Evaldo Gonçalves
- 34) Expedito Júnior
- 35) Expedito Machado

Deputados constituintes



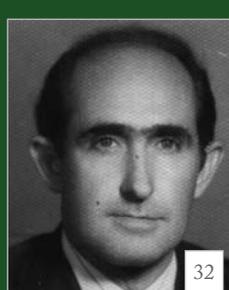
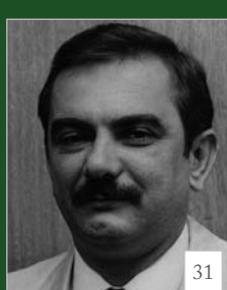
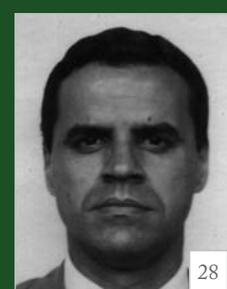
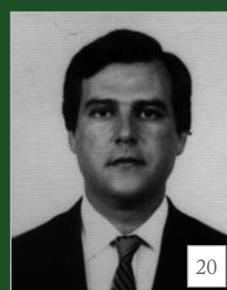
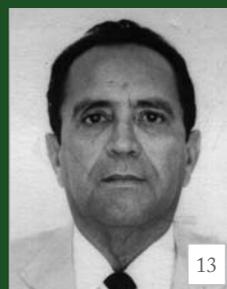
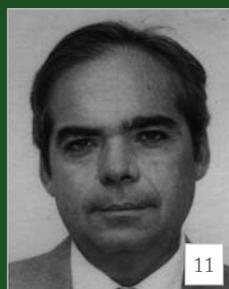
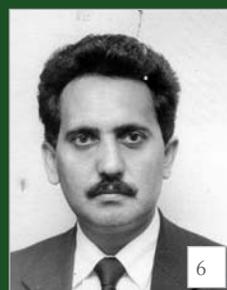
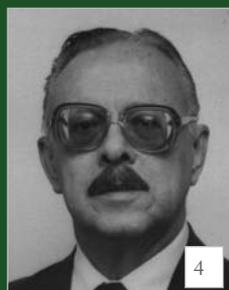
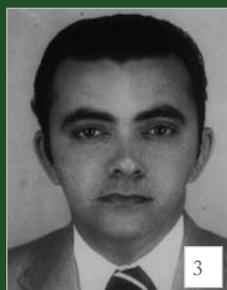
- 1) Ézio Ferreira
- 2) Fábio Feldmann
- 3) Fábio Raunheitti
- 4) Fadah Gattass
- 5) Farabulini Júnior
- 6) Fausto Fernandes
- 7) Fausto Rocha
- 8) Felipe Mendes
- 9) Feres Nader
- 10) Fernando Bezerra Coelho
- 11) Fernando Cunha
- 12) Fernando Gasparian
- 13) Fernando Gomes
- 14) Fernando Lyra
- 15) Fernando Santana
- 16) Fernando Velasco
- 17) Firmo de Castro
- 18) Flavio Palmier da Veiga
- 19) Flávio Rocha
- 20) Florestan Fernandes
- 21) Floriceno Paixão
- 22) França Teixeira
- 23) Francisco Amaral
- 24) Francisco Benjamim
- 25) Francisco Carneiro
- 26) Francisco Coelho
- 27) Francisco Dias
- 28) Francisco Diógenes
- 29) Francisco Dornelles
- 30) Francisco Küster
- 31) Francisco Pinto
- 32) Francisco Rossi
- 33) Francisco Sales
- 34) Furtado Leite
- 35) Gabriel Guerreiro

Deputados constituintes



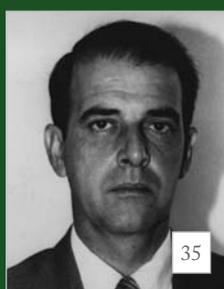
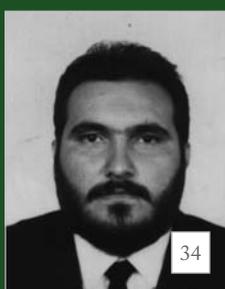
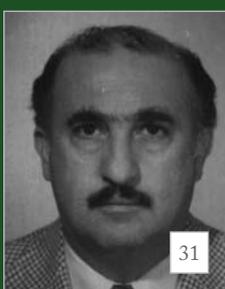
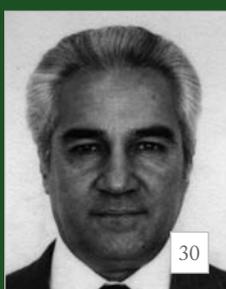
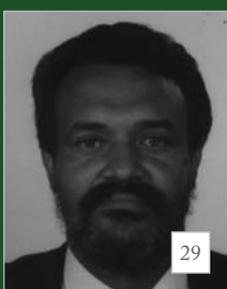
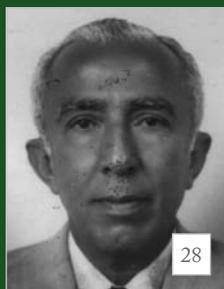
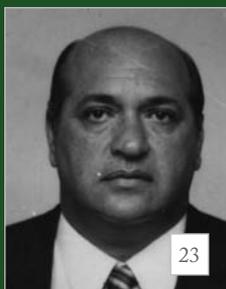
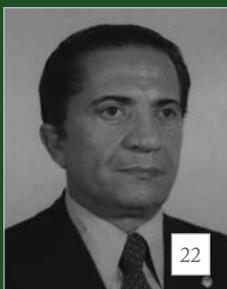
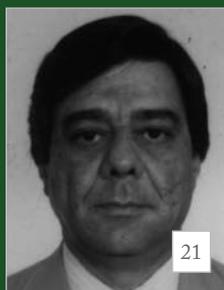
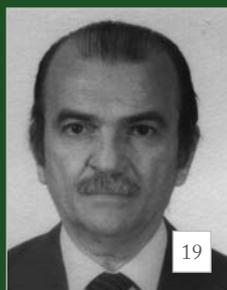
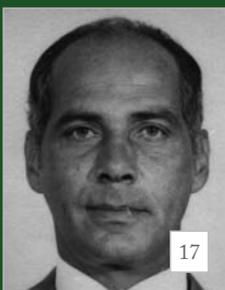
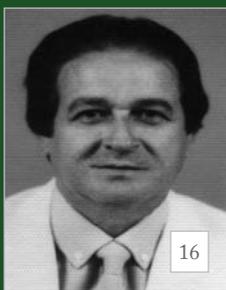
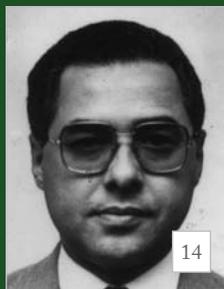
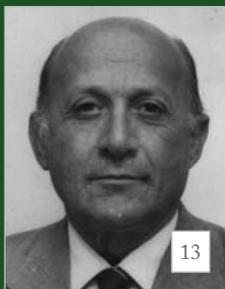
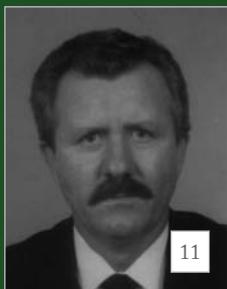
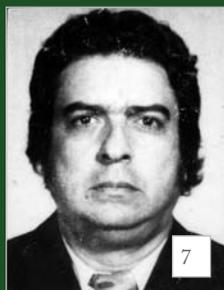
- 1) Gandi Jamil
- 2) Gastone Righi
- 3) Genebaldo Correia
- 4) Genésio Bernardino
- 5) Geovah Amarante
- 6) Geovani Borges
- 7) Geraldo Alckmin Filho
- 8) Geraldo Bulhões
- 9) Geraldo Campos
- 10) Geraldo Fleming
- 11) Geraldo Melo
- 12) Gerson Marcondes
- 13) Gerson Peres
- 14) Gidel Dantas
- 15) Gil César
- 16) Gilson Machado
- 17) Gonzaga Patriota
- 18) Gumercindo Milhomem
- 19) Gustavo de Faria
- 20) Harlan Gadelha
- 21) Haroldo Lima
- 22) Haroldo Sabóia
- 23) Hélio Costa
- 24) Hélio Duque
- 25) Hélio Manhães
- 26) Hélio Rosas
- 27) Henrique Córdova
- 28) Henrique Eduardo Alves
- 29) Heráclito Fortes
- 30) Hermes Zaneti
- 31) Hilário Braun
- 32) Homero Santos
- 33) Horácio Ferraz
- 34) Humberto Souto
- 35) Iberê Ferreira

Deputados constituintes



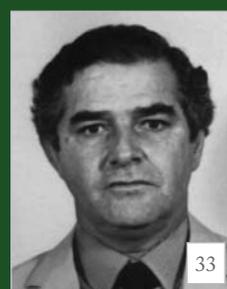
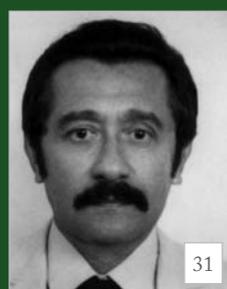
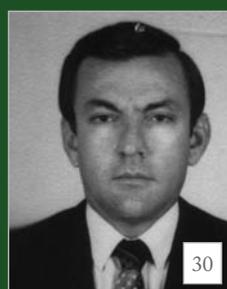
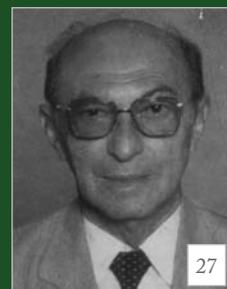
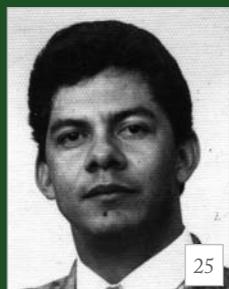
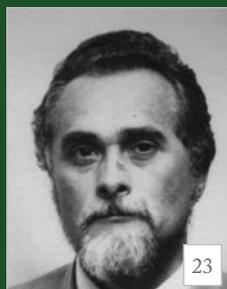
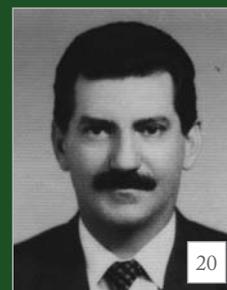
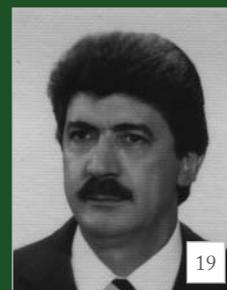
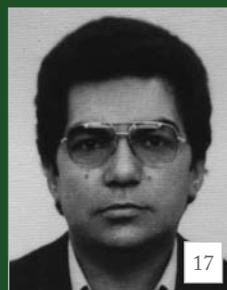
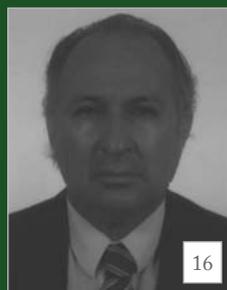
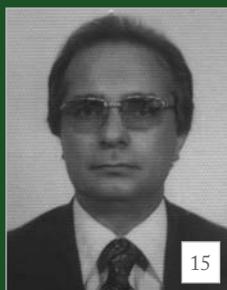
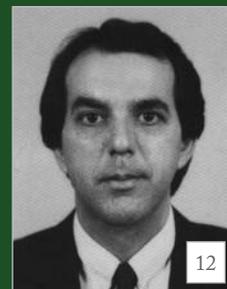
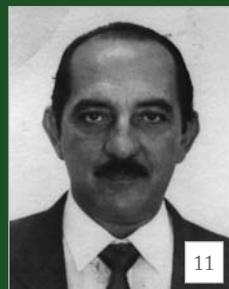
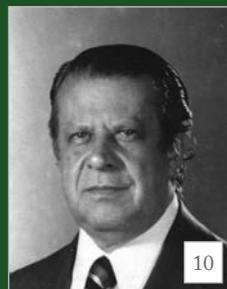
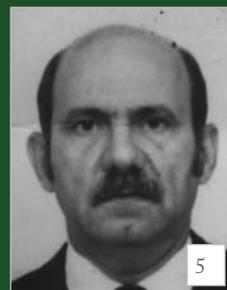
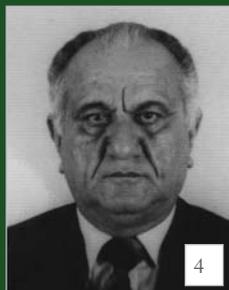
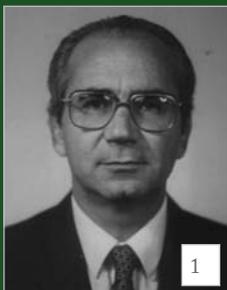
- 1) Ibsen Pinheiro
- 2) Inocêncio Oliveira
- 3) Irajá Rodrigues
- 4) Irma Passoni
- 5) Ismael Wanderley
- 6) Israel Pinheiro
- 7) Iturival Nascimento
- 8) Ivo Cersósimo
- 9) Ivo Lech
- 10) Ivo Mainardi
- 11) Ivo Vanderlinde
- 12) Jacy Scanagatta
- 13) Jairo Azi
- 14) Jairo Carneiro
- 15) Jalles Fontoura
- 16) Jayme Paliarin
- 17) Jayme Santana
- 18) Jesualdo Cavalcanti
- 19) Jesus Tajra
- 20) Joaci Góes
- 21) João Agripino
- 22) João Alves
- 23) João Carlos Bacelar
- 24) João Cunha
- 25) João da Mata
- 26) João de Deus Antunes
- 27) João Herrmann Neto
- 28) João Machado Rollemberg
- 29) João Natal
- 30) João Paulo
- 31) João Rezek
- 32) Joaquim Bevilacqua
- 33) Joaquim Francisco
- 34) Joaquim Hayckel
- 35) Joaquim Sucena

Deputados constituintes



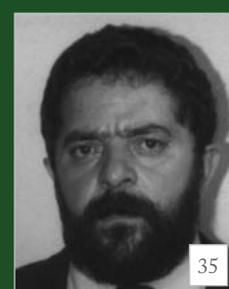
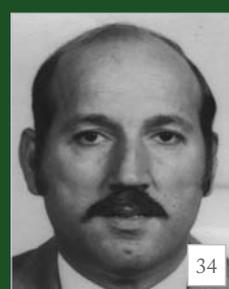
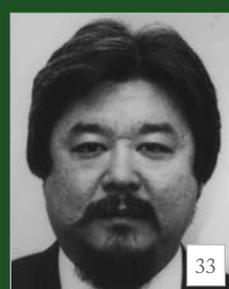
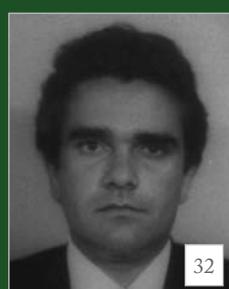
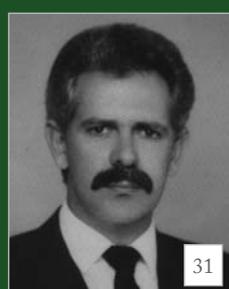
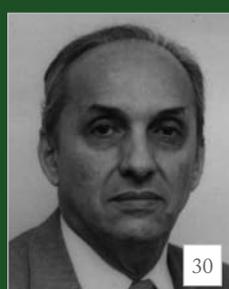
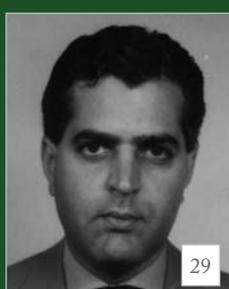
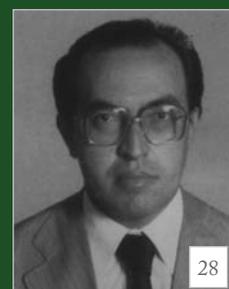
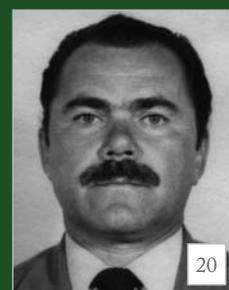
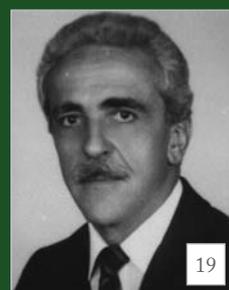
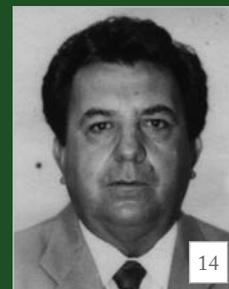
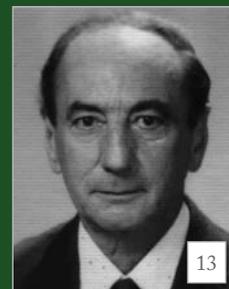
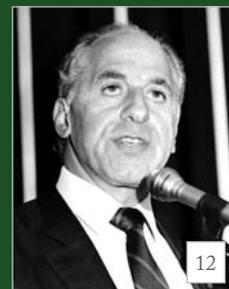
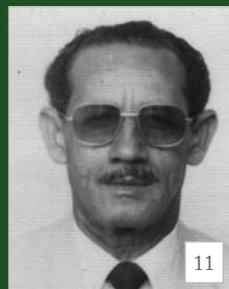
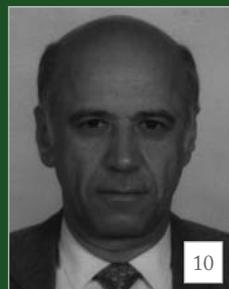
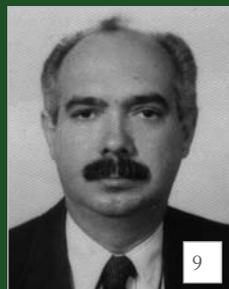
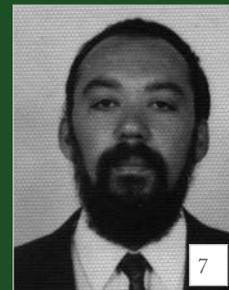
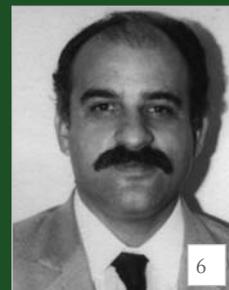
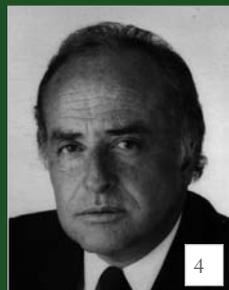
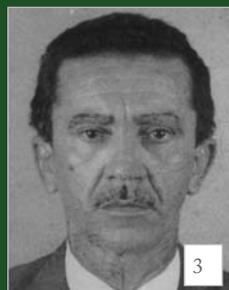
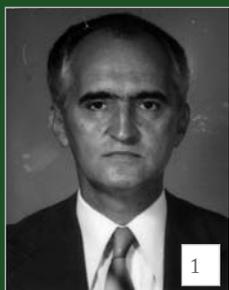
- 1) Jofran Frejat
- 2) Jonas Pinheiro
- 3) Jonival Lucas
- 4) Jorge Arbage
- 5) Jorge Hage
- 6) Jorge Leite
- 7) Jorge Medauar
- 8) Jorge Uequet
- 9) Jorge Vianna
- 10) José Camargo
- 11) José Carlos Coutinho
- 12) José Carlos Grecco
- 13) José Carlos Martinez
- 14) José Carlos Sabóia
- 15) José Carlos Vasconcelos
- 16) José Costa
- 17) José da Conceição
- 18) José Dutra
- 19) José Egreja
- 20) José Elias
- 21) José Fernandes
- 22) José Freire
- 23) José Genoíno
- 24) José Geraldo
- 25) José Guedes
- 26) José Jorge
- 27) José Lins
- 28) José Lourenço
- 29) José Luiz de Sá
- 30) José Luiz Maia
- 31) José Maranhão
- 32) José Maria Eymael
- 33) José Maurício
- 34) José Melo
- 35) José Mendonça Bezerra

Deputados constituintes



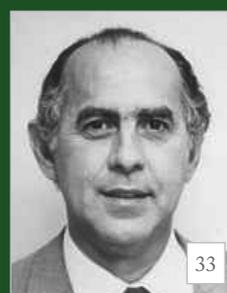
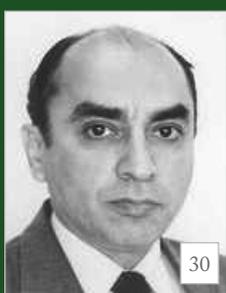
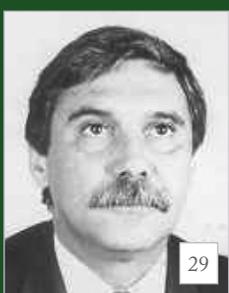
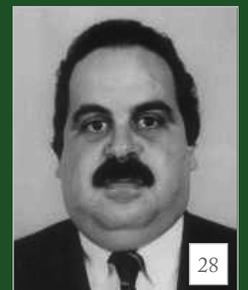
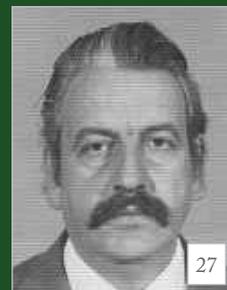
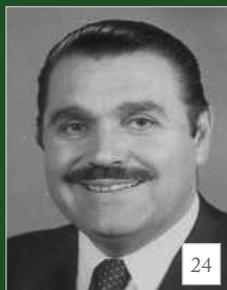
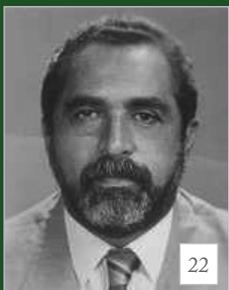
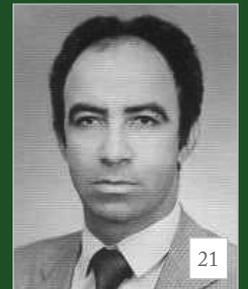
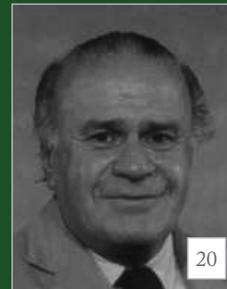
- 1) José Mendonça de Morais
- 2) José Moura
- 3) José Queiroz
- 4) José Santana de Vasconcellos
- 5) José Serra
- 6) José Tavares
- 7) José Teixeira
- 8) José Thomaz Nonô
- 9) José Tinoco
- 10) José Ulisses de Oliveira
- 11) José Viana
- 12) José Yunes
- 13) Jovanni Masini
- 14) Juarez Antunes
- 15) Júlio Campos
- 16) Júlio Costamilan
- 17) Jutahy Júnior
- 18) Koyu Iha
- 19) Lael Varella
- 20) Lélío Souza
- 21) Leopoldo Bessone
- 22) Leur Lomanto
- 23) Levy Dias
- 24) Lézio Sathler
- 25) Lídice da Mata
- 26) Lúcia Braga
- 27) Lúcia Vânia
- 28) Lúcio Alcântara
- 29) Luís Eduardo
- 30) Luís Roberto Ponte
- 31) Luiz Alberto Rodrigues
- 32) Luiz Freire
- 33) Luiz Gushiken
- 34) Luiz Henrique
- 35) Luiz Inácio Lula da Silva

Deputados constituintes



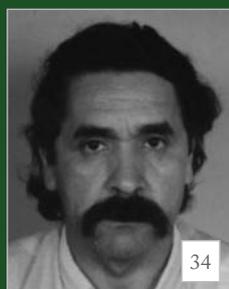
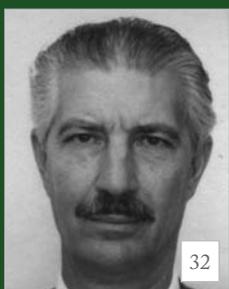
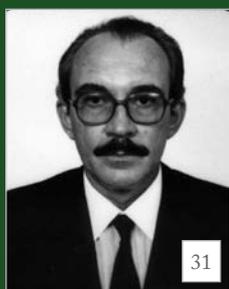
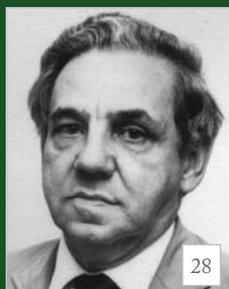
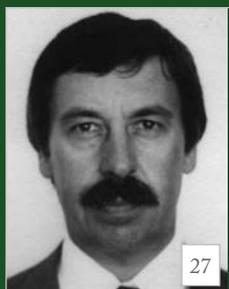
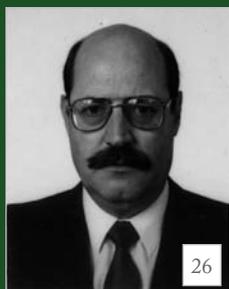
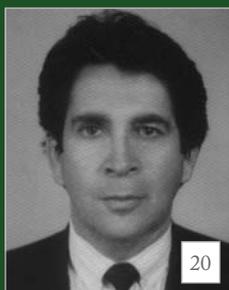
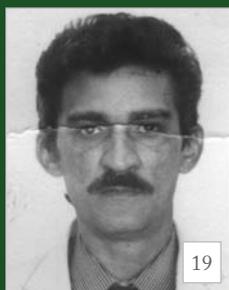
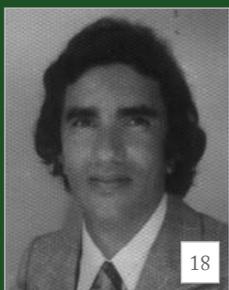
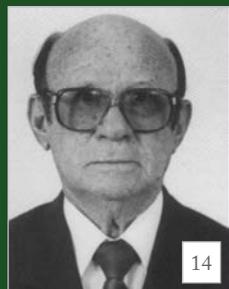
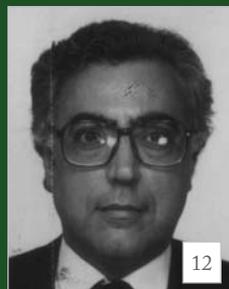
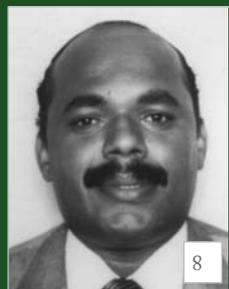
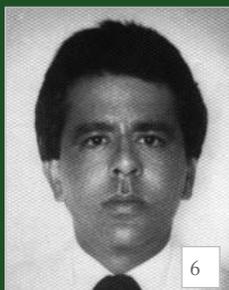
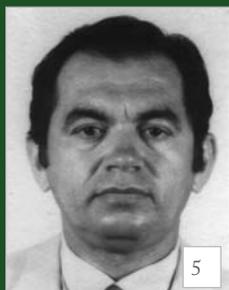
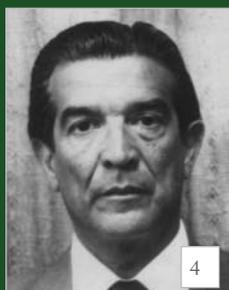
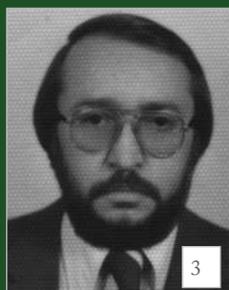
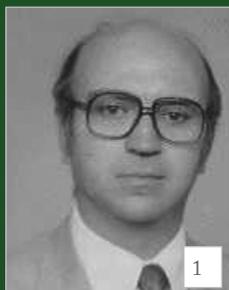
- 1) Luiz Leal
- 2) Luiz Marques
- 3) Luiz Salomão
- 4) Luiz Soyer
- 5) Luiz Viana Neto
- 6) Lysâneas Maciel
- 7) Maguito Vilela
- 8) Maluly Neto
- 9) Manoel Castro
- 10) Manoel Moreira
- 11) Manoel Ribeiro
- 12) Manuel Viana
- 13) Marcelo Cordeiro
- 14) Márcia Kubitschek
- 15) Márcio Braga
- 16) Marcos Lima
- 17) Marcos Queiroz
- 18) Maria de Lourdes Abadia
- 19) Maria Lúcia
- 20) Mário Assad
- 21) Mário de Oliveira
- 22) Mário Lima
- 23) Marluce Pinto
- 24) Matheus Iensen
- 25) Mattos Leão
- 26) Maurício Campos
- 27) Maurício Fruet
- 28) Maurício Nasser
- 29) Maurício Pádua
- 30) Maurílio Ferreira Lima
- 31) Mauro Campos
- 32) Mauro Fecury
- 33) Mauro Miranda
- 34) Mauro Sampaio
- 35) Max Rosenmann

Deputados constituintes



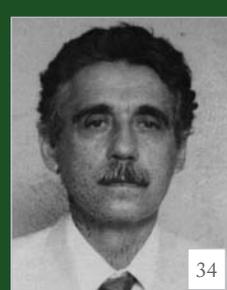
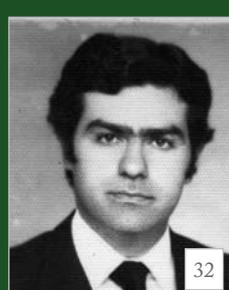
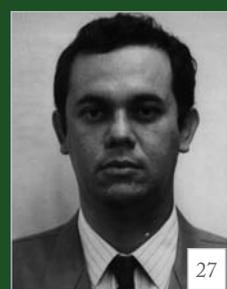
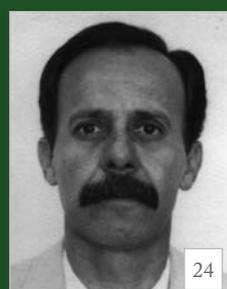
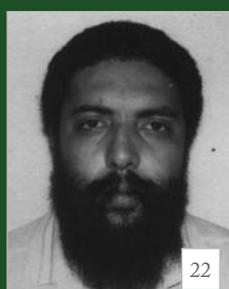
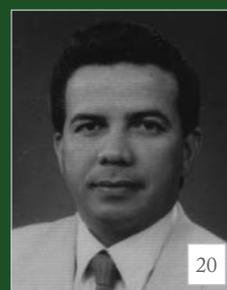
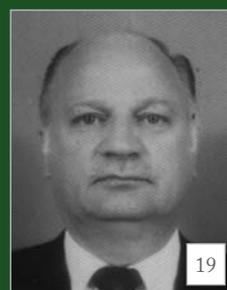
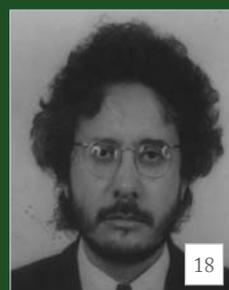
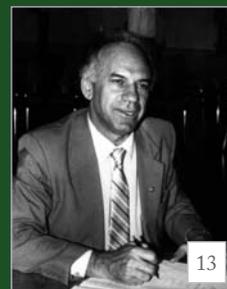
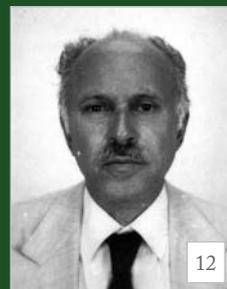
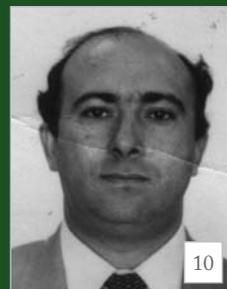
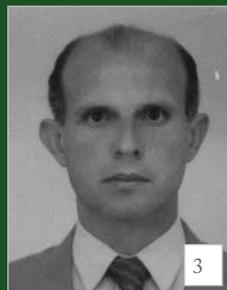
- 1) Mello Reis
- 2) Melo Freire
- 3) Mendes Botelho
- 4) Mendes Ribeiro
- 5) Messias Góis
- 6) Messias Soares
- 7) Michel Temer
- 8) Milton Barbosa
- 9) Milton Lima
- 10) Milton Reis
- 11) Miraldo Gomes
- 12) Miro Teixeira
- 13) Moema São Thiago
- 14) Moysés Pimentel
- 15) Mozarildo Cavalcanti
- 16) Mussa Demes
- 17) Myrian Portella
- 18) Naphtali Alves de Souza
- 19) Narciso Mendes
- 20) Nelson Aguiar
- 21) Nelson Jobim
- 22) Nelson Sabrá
- 23) Nelson Seixas
- 24) Nelton Friedrich
- 25) Nestor Duarte
- 26) Neuto de Conto
- 27) Nilso Sguarezi
- 28) Nilson Gibson
- 29) Nion Albernaz
- 30) Noel de Carvalho
- 31) Norberto Schwantes
- 32) Nyder Barbosa
- 33) Octávio Elísio
- 34) Olívio Dutra
- 35) Onofre Corrêa

Deputados constituintes



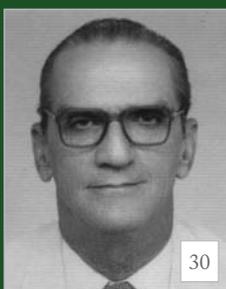
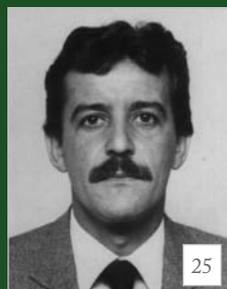
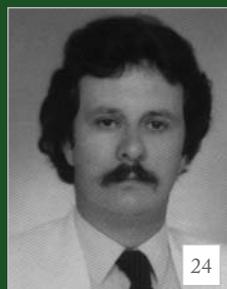
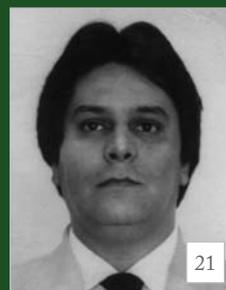
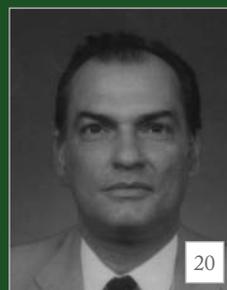
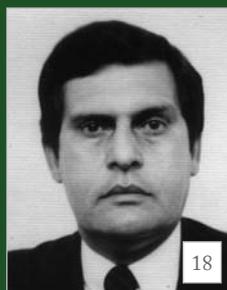
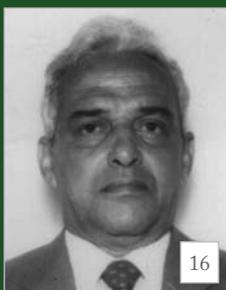
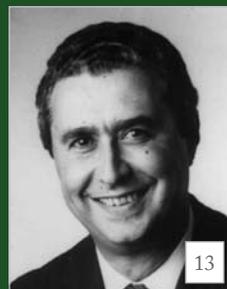
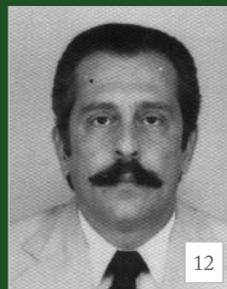
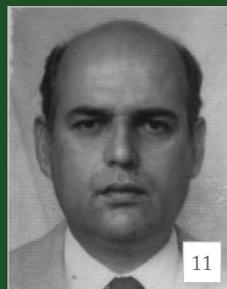
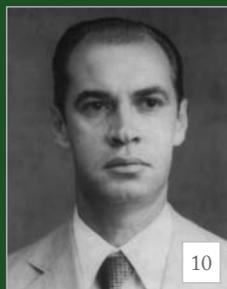
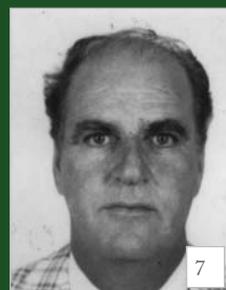
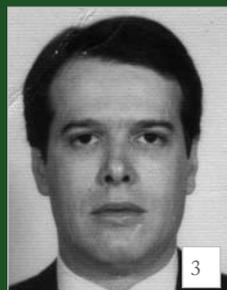
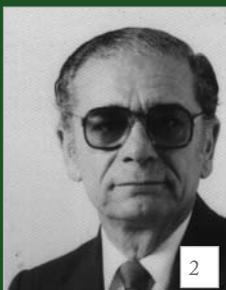
- 1) Orlando Bezerra
- 2) Orlando Pacheco
- 3) Oscar Corrêa
- 4) Osmar Leitão
- 5) Osmir Lima
- 6) Osmundo Rebouças
- 7) Osvaldo Bender
- 8) Osvaldo Coelho
- 9) Osvaldo Macedo
- 10) Osvaldo Sobrinho
- 11) Osvaldo Almeida
- 12) Osvaldo Lima Filho
- 13) Osvaldo Trevisan
- 14) Ottomar Pinto
- 15) Paes de Andrade
- 16) Paes Landim
- 17) Paulo Almada
- 18) Paulo Delgado
- 19) Paulo Macarini
- 20) Paulo Marques
- 21) Paulo Mincarone
- 22) Paulo Paim
- 23) Paulo Pimentel
- 24) Paulo Ramos
- 25) Paulo Roberto
- 26) Paulo Roberto Cunha
- 27) Paulo Silva
- 28) Paulo Zarzur
- 29) Pedro Canedo
- 30) Pedro Ceolin
- 31) Percival Muniz
- 32) Pimenta da Veiga
- 33) Plínio Arruda Sampaio
- 34) Plínio Martins
- 35) Prisco Viana

Deputados constituintes



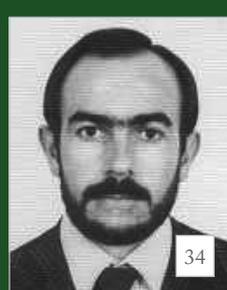
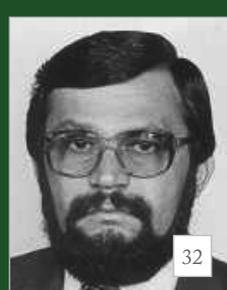
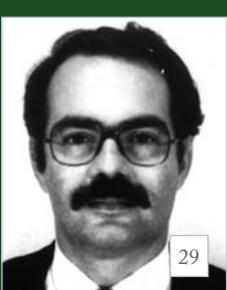
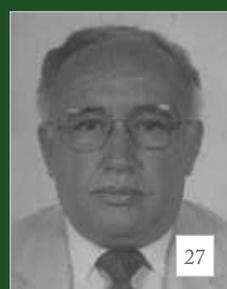
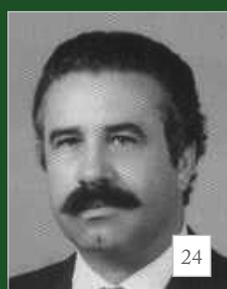
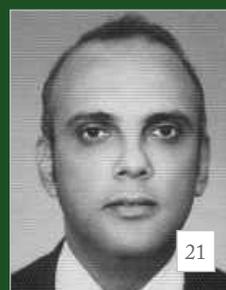
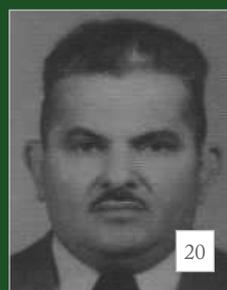
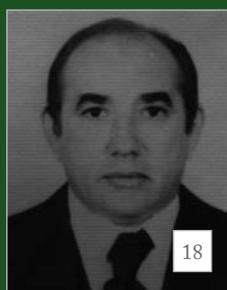
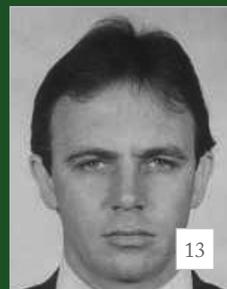
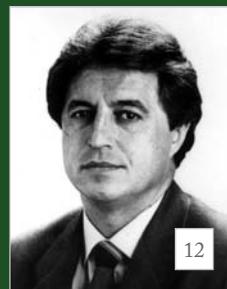
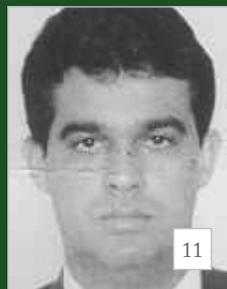
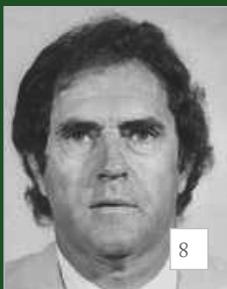
- 1) Raimundo Bezerra
- 2) Raimundo Rezende
- 3) Ralph Biasi
- 4) Raquel Cândido
- 5) Raquel Capiberibe
- 6) Raul Belém
- 7) Raul Ferraz
- 8) Renan Calheiros
- 9) Renato Bernardi
- 10) Renato Johnsson
- 11) Renato Vianna
- 12) Ricardo Fiuza
- 13) Ricardo Izar
- 14) Rita Camata
- 15) Rita Furtado
- 16) Roberto Augusto
- 17) Roberto Balestra
- 18) Roberto Brant
- 19) Roberto D'Ávila
- 20) Roberto Freire
- 21) Roberto Jefferson
- 22) Roberto Rollemberg
- 23) Roberto Torres
- 24) Roberto Vital
- 25) Robson Marinho
- 26) Rodrigues Palma
- 27) Ronaldo Carvalho
- 28) Ronaldo Cezar Coelho
- 29) Ronaro Corrêa
- 30) Rosa Prata
- 31) Rosário Congro Neto
- 32) Rose de Freitas
- 33) Rospide Netto
- 34) Rubem Branquinho
- 35) Rubem Medina

Deputados constituintes



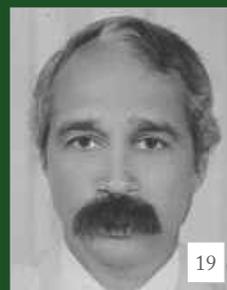
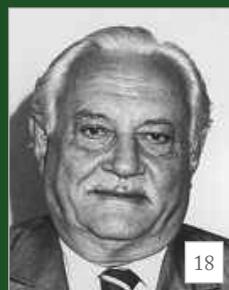
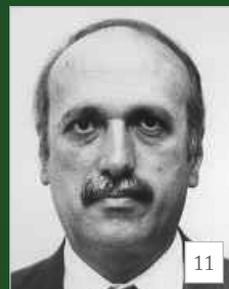
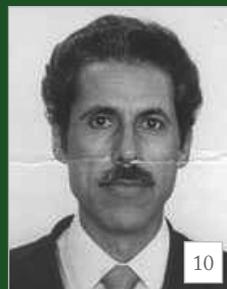
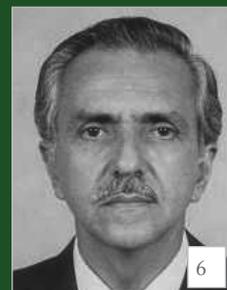
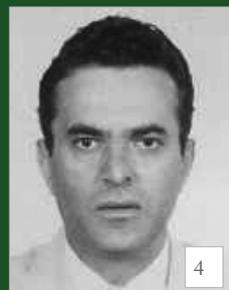
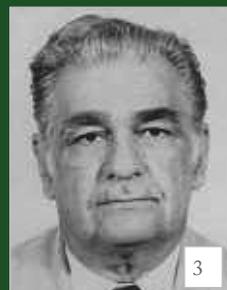
- 1) Ruben Figueiró
- 2) Ruberval Pilotto
- 3) Ruy Nedel
- 4) Sadie Hauache
- 5) Salatiel Carvalho
- 6) Samir Achôa
- 7) Sandra Cavalcanti
- 8) Santinho Furtado
- 9) Sarney Filho
- 10) Saulo Queiroz
- 11) Sérgio Brito
- 12) Sérgio Naya
- 13) Sérgio Spada
- 14) Sérgio Werneck
- 15) Sigmaringa Seixas
- 16) Sílvio Abreu
- 17) Simão Sessim
- 18) Siqueira Campos
- 19) Sólon Borges dos Reis
- 20) Sotero Cunha
- 21) Stélio Dias
- 22) Tadeu França
- 23) Telmo Kirst
- 24) Theodoro Mendes
- 25) Tidei de Lima
- 26) Tito Costa
- 27) Ubiratan Aguiar
- 28) Ubiratan Spinelli
- 29) Uldurico Pinto
- 30) Ulysses Guimarães
- 31) Valmir Campelo
- 32) Valter Pereira
- 33) Vasco Alves
- 34) Vicente Bogo
- 35) Victor Faccioni

Deputados constituintes



- 1) Victor Fontana
- 2) Victor Trovão
- 3) Vieira da Silva
- 4) Wilson Souza
- 5) Vingt Rosado
- 6) Vinicius Cansanção
- 7) Virgildásio de Senna
- 8) Virgílio Galassi
- 9) Virgílio Guimarães
- 10) Vitor Buaiz
- 11) Vivaldo Barbosa
- 12) Vladimir Palmeira
- 13) Wagner Lago
- 14) Waldeck Ornélas
- 15) Waldyr Pugliesi
- 16) Walmor de Luca
- 17) Wilma Maia
- 18) Wilson Campos
- 19) Ziza Valadares

Deputados constituintes



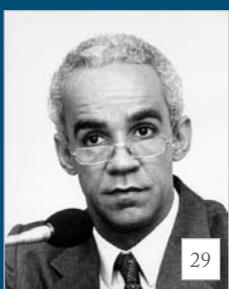
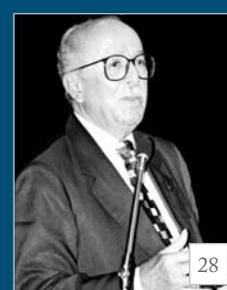
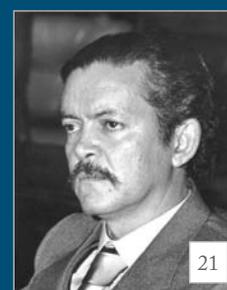
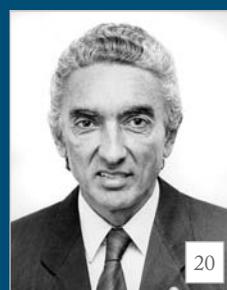
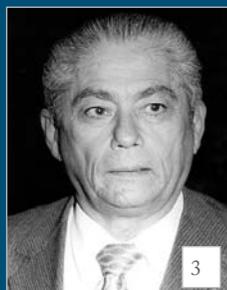
A lista de constituintes apresentada no presente livro é idêntica à da 26ª edição da Constituição Federal de 1988 publicada pela Câmara dos Deputados, atualizada em 2008, e inclui os parlamentares que detinham o mandato no ato da Promulgação da Carta e a assinaram; os que participaram dos trabalhos da Assembléia, mas não mais exerciam o cargo ao final dos trabalhos; e os que faleceram no período. As respectivas fotografias são as que constam nos bancos de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Anexo 2

Senadores constituyentes

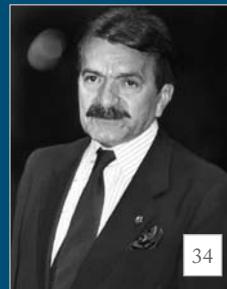
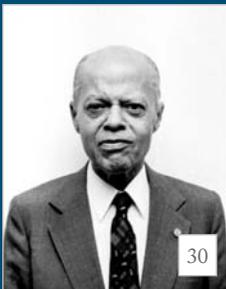
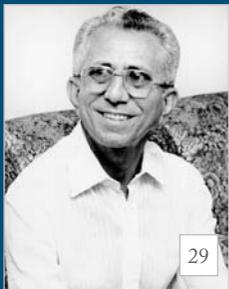
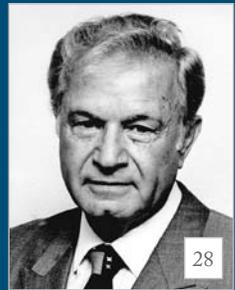
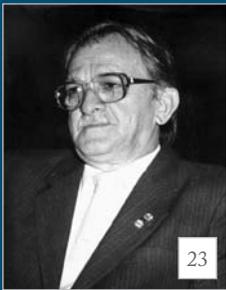
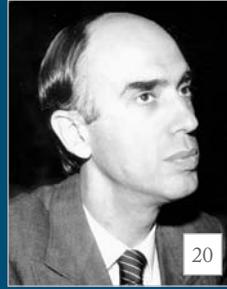
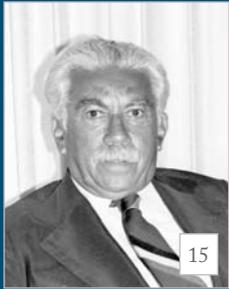
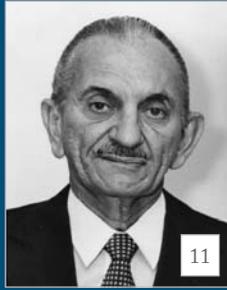
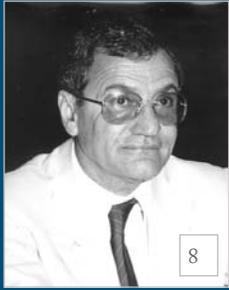
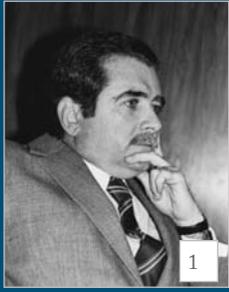
Senadores constituintes

- 1) Affonso Camargo
- 2) Afonso Arinos
- 3) Afonso Sancho
- 4) Albano Franco
- 5) Alexandre Costa
- 6) Alfredo Campos
- 7) Almir Gabriel
- 8) Aluizio Bezerra
- 9) Álvaro Dias
- 10) Álvaro Pacheco
- 11) Antônio Farias
- 12) Aureo Mello
- 13) Carlos Alberto
- 14) Carlos Chiarelli
- 15) Carlos De'Carli
- 16) Chagas Rodrigues
- 17) Cid Sabóia de Carvalho
- 18) Dirceu Carneiro
- 19) Divaldo Suruagy
- 20) Edison Lobão
- 21) Fábio Lucena
- 22) Fernando Henrique Cardoso
- 23) Francisco Rollemberg
- 24) Gerson Camata
- 25) Guilherme Palmeira
- 26) Hélio Gueiros
- 27) Hugo Napoleão
- 28) Humberto Lucena
- 29) Iram Saraiva
- 30) Irapuan Costa Júnior
- 31) Itamar Franco
- 32) Ivan Bonato
- 33) Jamil Haddad
- 34) Jarbas Passarinho
- 35) João Calmon



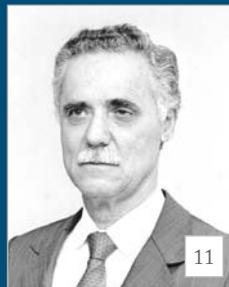
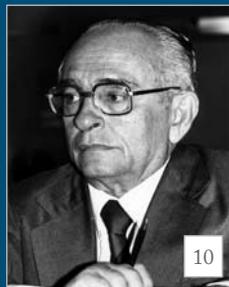
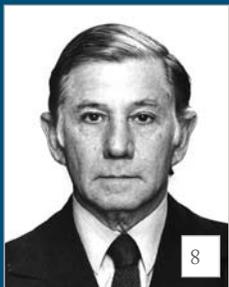
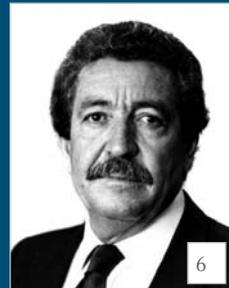
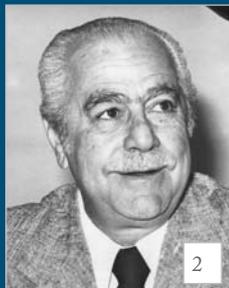
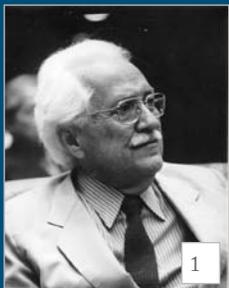
Senadores constituintes

- 1) João Castelo
- 2) João Lobo
- 3) João Menezes
- 4) Jorge Bornhausen
- 5) José Agripino
- 6) José Fogaça
- 7) José Ignácio Ferreira
- 8) José Paulo Bisol
- 9) José Richa
- 10) Jutahy Magalhães
- 11) Lavoisier Maia
- 12) Leite Chaves
- 13) Leopoldo Peres
- 14) Louremberg Nunes Rocha
- 15) Lourival Baptista
- 16) Luiz Viana
- 17) Mansueto de Lavor
- 18) Marcelo Miranda
- 19) Márcio Lacerda
- 20) Marco Maciel
- 21) Marcondes Gadelha
- 22) Mário Covas
- 23) Mário Maia
- 24) Maurício Correa
- 25) Mauro Benevides
- 26) Mauro Borges
- 27) Meira Filho
- 28) Mendes Canale
- 29) Nabor Júnior
- 30) Nelson Carneiro
- 31) Nelson Wedekin
- 32) Ney Maranhão
- 33) Nivaldo Machado
- 34) Odacir Soares
- 35) Olavo Pires



- 1) Pompeu de Sousa
- 2) Rachid Saldanha Derzi
- 3) Raimundo Lira
- 4) Roberto Campos
- 5) Ronaldo Aragão
- 6) Ronan Tito
- 7) Ruy Bacelar
- 8) Severo Gomes
- 9) Teotonio Vilela Filho
- 10) Virgílio Távora
- 11) Wilson Martins

Senadores constituintes



Anexo 3
Cronologia da
Assembleia Nacional
Constituinte

Cronologia

- 1985 -

- ☉ 27 de novembro: Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, determina que os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.
- ☉ 7 e 8 de dezembro: Plenárias do Movimento Pró-Constituinte.

- 1986 -

- ☉ 15 de novembro: Eleição dos deputados federais e de dois terços dos senadores que comporão a Assembléia Constituinte (primeira eleição do Congresso Nacional em que o direito de sufrágio se estende aos analfabetos).

- 1987 -

- ☉ 1º de fevereiro: Instalação da Assembléia Constituinte.
- ☉ 2 de fevereiro: Eleição do presidente da Assembléia Constituinte.
- ☉ 19 e 20 de fevereiro: Reunião, em Brasília, de plenários, comitês e movimentos pró-participação popular na Constituinte.
- ☉ Fevereiro: Em debate crucial sobre procedimentos, se decide que não haveria anteprojeto, mas texto construído a partir dos trabalhos das 24 subcomissões.
- ☉ 19 de março: Aprovação do Regimento da Assembléia, que determina, entre outras medidas, o recebimento de sugestões de órgãos legislativos subnacionais, de entidades associativas e de tribunais, além das de parlamentares (Art. 13, §11); a realização de audiências públicas, pelas subcomissões, para ouvir a sociedade (Art. 14); a apreciação de “emendas populares com 30 mil assinaturas” (Art. 24); a obrigatoriedade do voto nominal em matéria constitucional.
- ☉ 27 de março a 6 de maio: Milhares de sugestões apresentadas por constituintes e entidades externas são recebidas para apreciação formal da Assembléia.

- ☉ 7 de abril a 25 de maio: Subcomissões temáticas realizam quase duzentas audiências públicas, uma verdadeira radiografia do Brasil.
- ☉ 1º de abril a 12 de junho: Trabalho das comissões temáticas.
- ☉ 9 de abril: Instalação da Comissão de Sistematização. Relator e relatores adjuntos são definidos.
- ☉ 9 a 12 de junho: Seminário Nacional de Avaliação dos Trabalhos da Constituinte, com a presença de inúmeras entidades (CEAC da UnB, INESC, DIAP, IBASE, CEDAC, FASE, etc) e de centenas de pessoas.
- ☉ 16 de junho: Lançamento da campanha nacional de apoio às emendas populares.
- ☉ 26 de junho: O relator entrega o anteprojeto com 501 artigos.
- ☉ 12 de julho: Encaminhamento ao Plenário do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, com 496 artigos.
- ☉ 17 de julho: Dia Nacional de Mobilização para a coleta de assinaturas das emendas populares.
- ☉ 12 de agosto: Ato público, em Brasília, para a entrega das emendas populares.
- ☉ 13 de agosto: Fim do prazo para a apresentação de emendas.
- ☉ 26 de agosto a 4 de setembro: Defesa das emendas populares no plenário da Comissão de Sistematização, por representantes da sociedade civil.
- ☉ 18 de novembro: Término da votação na Comissão de Sistematização, com a conseqüente transferência dos trabalhos para o Plenário.
- ☉ 24 de novembro: O projeto de Constituição com 335 artigos, aprovado na Comissão de Sistematização, é entregue ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte.
- ☉ 26 de novembro: Início da discussão, em Plenário, do projeto aprovado.
- ☉ 2 de dezembro: Mudança importante no Regimento Interno da Assembléia (defendida pelo grupo que ficou conhecido como “Centrão”).

Cronologia

- 1988 -

- ⌚ 05 de janeiro: Aprovação da Resolução 03/88 (reforma regimental apresentada pelo “Centrão”).
- ⌚ 3 de fevereiro: Início de votação em primeiro turno.
- ⌚ 30 de junho: Fim da votação em 1º turno.
- ⌚ 11 de julho: Fim do prazo de recebimento de emendas.
- ⌚ 22 de julho: Início da votação em segundo turno.
- ⌚ 27 de julho: O presidente Ulysses Guimarães defende a Assembléia Constituinte em pronunciamento na televisão.
- ⌚ 18 de agosto: Entrega, pelo relator, dos pareceres sobre as emendas.
- ⌚ 2 de setembro: Término da votação em segundo turno.
- ⌚ 22 de setembro: Plenário aprova, em votação global de turno único, a redação final.
- ⌚ 5 de outubro: Promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil.

Anexo 4
Abreviações

ANC – Assembléia Nacional Constituinte
 DANC – Diário da Assembléia Nacional Constituinte
 JC – Jornal da Constituinte
 CN – Congresso Nacional
 CD – Câmara dos Deputados
 SF – Senado Federal
 CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
 CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 CUT – Central Única dos Trabalhadores
 CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
 UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
 UNE – União Nacional dos Estudantes
 UDR – União Democrática Ruralista

Partidos políticos

PCB – Partido Comunista Brasileiro
 PC do B – Partido Comunista do Brasil
 PFL – Partido da Frente Liberal
 PDC – Partido Democrata Cristão
 PDS – Partido Democrático Social
 PDT – Partido Democrático Trabalhista
 PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
 PT – Partido dos Trabalhadores
 PL – Partido Liberal
 PMB – Partido Municipalista Brasileiro
 PSB – Partido Socialista Brasileiro
 PSC – Partido Social Cristão
 PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
 PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

Abreviações

Ficha Técnica

Projeto gráfico

Paula Pereira Scherre

Capa e diagramação

Paula Pereira Scherre e Tereza Cristina Pires da Silva

Revisão de texto

Centro de Documentação e Informação / Coordenação Edições Câmara

Seleção das fotos

Ana Luiza Backes

Debora Bithiah de Azevedo

Akimi Watanabe

Alessandro Shirlei de Souza

Cláudio Dumas Gomes

Cristiane Medeiros Jardim

Nilze De Campos

Paula Pereira Scherre

Raimundo José Alves

Fotografias

Centro de Documentação e Informação / Coordenação de Arquivo

Luiz Alves (páginas 12, 14, 15, 16, 49)

Raimundo José Alves (página 73)

Pesquisa histórica e documental

Ana Beatriz de Castro Carvalho Lacerda

Solange Oliveira Pinardon

Marta Lira Oliveira Veras

Projeto “20 anos da Constituição Cidadã”

Gerente: Andréa Sampaio Perna

Membros:

Ana Luiza Backes

Christiano Vitor de Campos Lacorte

Cristiane Medeiros Jardim

Debora Bithiah de Azevedo

Flávia Gonçalves Jardim

Flávio Elias Ferreira Pinto

Hérycka Sereno Neves da Rocha

Iara Beltrão Gomes de Souza

Jean Keiji Uema

José Antônio Ferreira Filho

José Cláudio Conceição de Aguiar

José Luiz Camargo da Costa

Maria Helena Pinheiro Monteiro

Maristela Mendes de Sant’Ana

Nelson Roberto Souza Guimarães

Rachel Giacomoni Osório

Sílvia Maria Brito Costa

Sílvia Valéria Lima Mergulhão

Ficha Técnica

Esta edição foi diagramada em setembro de 2008 na Coordenação Edições Câmara dos Deputados e impressa na SEEP. No **miolo**, utilizaram-se as fontes Voluta Script e Adobe Caslon Pro, tamanho 11, entrelinhamento 13, sobre papel couchè 120 g/m². Na **capa**, utilizaram-se as fontes Castle T, Adobe Caslon Pro e Voluta Script.





ISBN 978-85-736-5558-2



9 788573 655582